

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.
Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação
de fonte conforme abaixo.

REIS, Gustavo Moraes Rego. *Gustavo Moraes Rego Reis*
(*depoimento, 1992*). Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. 144 p. dat.

GUSTAVO MORAES REGO REIS
(depoimento, 1992)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Gláucio Ary Dillon Soares; Maria Celina D'Araujo

levantamento de dados: Equipe

pesquisa e elaboração do roteiro: Equipe

sumário: Priscila Riscado

conferência da transcrição: Ignez Cordeiro de Farias

copidesque: Leda Maria Marques Soares

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 16/07/1992 a 22/07/1992

duração: 7h 20min

fitas cassete: 08

páginas: 140

Entrevista realizada no contexto do projeto "1964 e o regime militar", desenvolvido pelo CPDOC, com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), no período de 1992 e 1995. A pesquisa contou com a participação de Gláucio Ary Dillon Soares. A partir de 1997, passou a integrar o projeto "Brasil em transição: um balanço do final do século XX", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. O projeto resultou na publicação da trilogia "VISÕES do golpe: a memória militar sobre 1964" / Introdução e Organização de Maria Celina D'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994., "OS ANOS de chumbo: a memória militar sobre a repressão" / Introdução e organização de Maria Celina D'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. e "A VOLTA dos quartéis: a memória militar sobre a abertura" / Introdução e organização de Gláucio Ary Dillon Soares, Maria Celina D'Araujo, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, além do livro de depoimentos "ERNESTO Geisel" / Organizadores Maria Celina D'Araujo e Celso Castro. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1997.

temas: Ato Institucional, 1 (1964), Ato Institucional, 5 (1968), Carlos Lamarca, Costa E Silva, Destacamentos Militares, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel, Espionagem, Estado Maior do Exército, Exército, Golbery do Couto e Silva, Golpe de 1964, Guerrilha Rural, Guerrilha Urbana, Gustavo Moraes Rego Reis, Humberto de Alencar Castelo Branco, Juarez Távora, Operação Bandeirantes (1968-1970), Orlando Geisel, Petrobras, Repressão Política, Serviço Nacional de Informações, Sistema Nacional de Informações (Sisni), Tortura

Sumário

Entrevista: 16.07.1992

A Segunda Guerra Mundial e seu impacto sobre o entrevistado; a experiência dos militares brasileiros no exterior e sua possível influência na criação da Escola Superior de Guerra (ESG); relato sobre a ESG e as principais idéias que existiam no início de sua formação; contato com Golbery e Rodrigo Otávio; relato sobre os militares que compunham o "grupo da Sorbonne"; contato com o general Castelo Branco; participação do entrevistado na fase conspiratória do golpe de 1964 e função que ocupava na época; relacionamento entre Castelo Branco e Costa e Silva; relação do entrevistado com Ernesto Geisel e deste com o então presidente Castelo Branco; o grupo da "linha-dura" na ditadura militar; projetos políticos dos grupos militares envolvidos na conspiração para o golpe militar de 1964; diferenças entre o "grupo dos 7" e o "grupo dos 11", formado por militares do Exército; relato sobre a possibilidade de um desfecho diferente para o golpe de 1964; comentários sobre os militares que faziam parte do "grupo dos 7" e do "grupo dos 11"; a violência no governo Castelo Branco; a posição dos militares da "linha dura" e de Costa e Silva; observações sobre os movimentos separatistas no Brasil; o Conselho de Segurança Nacional; a criação do Serviço Nacional de Informações e seu papel durante a ditadura militar; quebra da hierarquia entre os militares durante a ditadura militar, o funcionamento e as ligações existentes entre os órgãos de informações; relação entre Castelo Branco e Cordeiro Farias; a prisão de parentes de oficiais durante a ditadura militar e a atuação dos órgãos de informações; funcionamento dos Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e dos Centros de Operações de Defesa Interna (CODI); relações entre Forças Armadas e civis durante a ditadura; principais razões que levaram ao golpe militar em 1964; o Conselho de Segurança Nacional e as cassações no governo Castelo Branco; a escolha de Figueiredo para a sucessão de Geisel na presidência da República; comentários sobre os grupos radicais existentes no Exército; a escolha de Médici para a presidência; participação do entrevistado na sucessão de Ernesto Geisel; a origem do Destacamento de Operações de Informações (DOI); as funções atuais do Centro de Informações do Exército (CIE) e da 2ª Seção; o tratamento dado pela imprensa aos militares com o fim da ditadura; opinião dos militares sobre as escolhas dos presidentes durante a ditadura; análise da posição radical de oposição do general Frota até sua saída do Exército; o governo Geisel e a "diluição" dos grupos de linha dura e a participação destes e dos órgãos de informação no governo Figueiredo; as medidas contra o abuso da tortura no governo Geisel; o Ministério do governo Geisel e seu papel na política de abertura; os casos de tortura ocorridos nas dependências dos Destacamentos de Operações de Informação (DOI), como eles chegavam ao conhecimento dos oficiais; a competição existente entre os órgãos de informações; explicação sobre a longa duração do regime militar; a influência do comunismo no Exército; observações sobre a pena de morte no Brasil durante a ditadura militar; relato sobre o "grupo dos 11" e o "grupo dos 7" gerais; Costa e Silva e seu papel na ditadura militar; reação da linha dura, dos grupos militares de direita durante os governos Geisel e Médici; negociação em torno das candidaturas de Geisel e Figueiredo a presidência da República; Golbery e o "Caso Riocentro"; a ação e o funcionamento da Justiça Militar durante a ditadura; conversa sobre personagens civis e militares que tiveram importante papel durante a ditadura e a possibilidade de que estes concedessem entrevistas.

1ª Entrevista: 16.07.1992

M.A. - Nós temos no CPDOC um Programa da História Oral, que já entrevistou o general Cordeiro de Farias, o general Murici, Amaral Peixoto, etc. A gente gostaria também de fazer com o senhor um depoimento longo...

G.S. - Mas esta conversa hoje é mais temática e limitada a uma série de questões que estavam acontecendo durante sua época na ativa e que ninguém sabe. O senhor foi promovido a aspirante durante a Segunda Guerra Mundial, que teve um impacto grande no pensamento militar. Qual foi esse impacto sobre o seu pensamento em particular, tanto militar quanto em relação à organização do Estado nacional e à política?

G.R. - Quando o Brasil declarou guerra aos países do Eixo, em agosto de 1942, eu ainda era cadete e cursava a Escola Militar do Realengo. O noticiário até então era escasso e censurado, quando não voltado à exaltação das vitórias militares do Eixo. O jornal *O Globo* tem publicado uma resenha, “O Globo há 50 anos”, que bem retrata esse quadro naquela época. Com o torpedeamento dos cinco navios brasileiros que conduziam para o Nordeste uma unidade de artilharia, houve realmente um impacto, a conscientização de que estávamos na guerra. O fato militar. Medidas de defesa civil, *blackout* das praias, convocação de reservistas. Os oficiais nada comentavam conosco. Em fins de 1941 ocorrera na escola um episódio muito significativo. O comandante da escola, coronel atuante e oficial de muito prestígio junto ao ministro da Guerra, general Eurico Dutra, como de resto uma ponderável parcela da cúpula do Exército, era reconhecidamente inclinado para a Alemanha. O nacionalismo exacerbado, a fixação permanente contra o perigo comunista explorada pela ampliação do risco que teria apresentado a Intentona de 1935, e, afinal, as sucessivas vitórias militares alemãs, tudo isso condicionava aquela inclinação de muitos. Assim é que naquela ocasião, o coronel adido militar junto à embaixada da Alemanha, que tinha livre acesso a nossos quartéis e organizações do Exército, ofereceu para exibição, para cadetes e oficiais, um filme documentário sobre as vitórias alemãs na ocupação da Polônia. Mal passados uns poucos minutos de exibição, foi esta interrompida por força de estrondosa vaia dos cadetes. O constrangimento foi terrível e o alemão retirou-se revoltado não escondendo seu desagrado. A decepção do coronel nosso comandante foi penosa. Não havia porém, ainda, uma consciência política entre nós. As democracias européias decadentes e

Gustavo Moraes Rego Reis

derrotadas e os Estados Unidos ainda enigmáticos em seu isolacionismo, não conseguiam assim se oferecer como exemplos, penetrando em nosso meio militar enclausurado, custodiado pela alta hierarquia ainda comprometida pelo estabelecimento e pela manutenção do regime do Estado Novo e a perpetuação de Getúlio Vargas no poder ditatorial até outubro de 1945. Tudo muito obscuro e contraditório. Quando fomos declarados aspirantes-a-oficial, em janeiro de 1944, a FEB estava sendo organizada na Vila Militar, no Rio. Nós queríamos ir para a guerra. A guerra é, afinal, a razão de ser de nossa profissão. E, sob este aspecto, é frustrante, posto que a guerra não pode ser desejada. E nós nos preparamos, profissionalmente, para ela a vida inteira. Três camaradas e eu escolhemos para servir – de acordo com nossa classificação ao término do curso – no 2º Regimento Moto-Mecanizado, na Vila Militar. Era a primeira unidade a receber material norte-americano – armamento, viaturas motorizadas e blindadas. Na nossa visão uma quantidade enorme de material – rádios, armamento, ferramentas, sobressalentes, munições – uma coisa incrível para nossos hábitos da velha escola francesa. Tudo isso tinha de ser identificado, adaptado, traduzido para a formação do pessoal subalterno – cabos e soldados – e para nós mesmos, oficiais e sargentos oriundos da cavalaria. Tudo isso constituía um desafio. Inicialmente, parece que era a intenção enviar duas divisões de infantaria, ou seja, um efetivo aproximado de 80.000 homens, tendo sentido pois a participação de nosso regimento. Posteriormente, com a redução estabelecida pelos americanos para apenas uma divisão, nossa unidade contribuiu com apenas um esquadrão. Por razões que não atinamos até hoje, nenhum de nós quatro foi classificado naquela subunidade que em seu regresso recebeu o nome de Esquadrão Tenente Amaro, oficial da reserva convocado, morto em combate na Itália. Em julho de 1944, o regimento, com todo o seu material e pessoal, inclusive familiares, foi embarcado em três navios-transporte e seguiu para o Rio Grande do Sul. Medida adotada face à posição da Argentina, ainda inclinada para o Eixo, apesar de guardar neutralidade. Perón havia assumido. Assim, podemos concluir que a conjuntura mundial provocou, sem dúvida, um forte impacto do ponto de vista dos meios materiais, disponibilidade de recursos de toda ordem – combustíveis e munição à vontade – , dedicação integral à instrução, enfim, um adestramento completo. Diga-se, a bem da verdade, que há uma marca indelével na formação de um tenente – a de seu primeiro capitão comandante. Nós tivemos esta sorte: um velho gaúcho, capitão Manoel de Freitas Ribeiro. Não fez carreira, reformou-se cedo. Mas eu lhe devo muito. Já o coronel comandante do regimento não se destacava, apesar da importância da unidade e da

expectativa de sua missão. Nossa instrução e disciplina eram calcadas no modelo francês, com as necessárias adaptações que nossa vivência foi modificando. A doutrina era francesa. Os regulamentos das armas e serviços eram muito bem feitos e, principalmente, muito bem redigidos. A FEB, em seu regresso, trouxe nova ordem de problemas. A disciplina dos americanos, ingleses e franceses é muito mais rígida do que a nossa, principalmente a disciplina de combate. Porém, quando as unidades eram retiradas da frente de combate para repouso ou substituição, na retaguarda havia excessos de toda ordem, liberdade descontrolada, transgressões, indisciplina e não poucos crimes contra a população civil desarmada, principalmente, as mulheres italianas. Conseqüência do potencial de agressividade exacerbado no combatente pela guerra e para a guerra.

A reintegração dos contingentes que voltavam da Itália à vida e disciplina do tempo de paz não foi fácil. Impunha-se, como foi feito, a desmobilização e o encaminhamento dos contingentes às suas primitivas sedes – São João Del Rei, em Minas, o vale do Paraíba para os de São Paulo, e outros menores que tiveram sua origem em diversos estados. Eram todos heróis. Ou, pelo menos, assim se consideravam, em particular aqueles que não haviam sido. Houve acusações de perseguição, propósito de diluir a FEB com receio de golpes contra o governo e outras alegações até certo ponto procedentes. Não foi o retorno da FEB que promoveu o processo político do Brasil até a derrubada de Getúlio Vargas em outubro de 1945. Foi a própria evolução da conjuntura mundial e a hegemonia incontestada dos Estados Unidos após a derrota do Eixo e do Japão. A palavra democracia, mais do que o conteúdo, e as quatro liberdades de Roosevelt, mais citadas do que enumeradas, eram grandes temas que os brasileiros ouviram bastante na Itália. Mas não creio que, necessariamente, associassem ao processo e ao quadro político brasileiro. Getúlio era politicamente combatido, atacado, mas não era odiado, muito menos temido. O sistema vigente se exauriu, sem qualquer resistência. Foram fatores de ordem econômica mais do que política e, muito menos, militar. Prova é que não tendo sido ele exilado nem cassado, elegeu-se – sem qualquer objeção política ou militar – senador por dois estados e deputado por outros sete, carregando assim seus suplentes, que assumiram uma grande bancada nacional, eleita graças ao seu enorme prestígio e à incongruência da legislação então vigente. Por seu turno, o Partido Comunista elegeu três senadores – sendo um deles Prestes – e cerca de dez deputados.

M.A. - Esta ida para fora foi um instrumento de socialização do militar brasileiro? Isso influenciou também para a criação da ESG?

G.R. - Não. A integração dos quadros – oficiais e sargentos – com a tropa sempre foi muito boa em nosso Exército. A oportunidade da FEB na Itália ofereceu uma excelente amostragem de nossa solidariedade social e do espírito da coletividade brasileira, sem discriminação de raças, credos e origens. Filhos de sargentos e de funcionários humildes chegam aos altos postos e desempenham funções de importância nas instituições militares. Sempre foi assim. Um excelente oficial de minha turma recebeu sua espada de aspirante das mãos de seu pai, um velho cabo reformado da Polícia Militar, ambos fardados, o pai prestando continência ao filho antes de proceder à entrega. Os Colégios Militares do Rio, Porto Alegre e Fortaleza – acessíveis a filhos de militares de qualquer graduação, e de civis, o meu caso – prestam, há mais de um século, uma importante contribuição para a socialização do militar brasileiro. Atente-se, principalmente, para o fato de significativa parcela não seguir a carreira militar. Perduram assim, no decorrer dos anos, as antigas e saudosas recordações da juventude reavivadas nas comemorações das turmas, nos aniversários dos colégios – ocasião em que se irmanam civis e militares – e nas associações de ex-alunos. Curioso é que os civis são muito mais ciosos dessas reuniões e efemérides. Diferente, por exemplo, do Exército argentino, o nosso jamais foi elitista. Embora sem qualquer tipo de contato com forças ou elementos russos na Itália, um significativo núcleo de integrantes da FEB já dispunha de convicções ideológicas firmadas. Daí a efetiva, audaz e rápida expansão do comunismo entre os integrantes da FEB e da Marinha Mercante que prestaram serviços no exterior.

É muito provável que seus adeptos mais destacados já expusessem aquelas idéias mesmo antes da ida para Itália. Caso é que, em outubro de 1945, foi fundada a Associação dos Ex-Combatentes da FEB com o objetivo de “defender os interesses de seus membros das três forças armadas e da Marinha Mercante que haviam prestado serviços no exterior”. Desde logo, com reconhecida iniciativa e perseverança, os comunistas – inclusive oficiais da ativa – procuraram formar chapas para a disputa das eleições para os diretórios regionais nos estados e no Distrito Federal (Rio de Janeiro). Em sua grande maioria eram já civis desmobilizados após o regresso da Itália, muito atuantes na defesa de seus interesses e, principalmente, no empenho de participação política de contexto ideológico, na linha de atuação política do Partido. Em 1946 foi eleito, com o apoio dos comunistas para a presidência da Associação, seção do Distrito

Federal, o ex-cabo Osvaldo Aranha, filho do conhecido político getulista Osvaldo Aranha. Não se tratava de uma demonstração democrática, mas sim de uma manobra de descrédito contra a oficialidade, tirando partido do entusiasmo e da ambição do jovem Aranha. O Partido Comunista voltara à legalidade. E, na chapa de Aranha, incluía vários de seus membros no Conselho Nacional da Associação. Posteriormente desgostoso, Aranha acabou rompendo com eles. Em 1947 era decisivo o domínio dos comunistas nos mais elevados cargos da Associação. O major Henrique Cordeiro Oest, que combatera na Itália comandando um batalhão, elegeu-se deputado pelo PCB. Seus antecedentes comunistas vinham de 1935. Posteriormente fora anistiado. Pedro Paulo Sampaio Lacerda, funcionário do Banco do Brasil, perdera uma perna quando menino atacado de paralisia infantil, nem por isso deixara de servir a FEB, graduado como tenente-coronel na seção financeira do Banco na Itália. Era o presidente da seção da Associação no Distrito Federal e fazia parte da célula comunista do Banco do Brasil, bastante infiltrada desde 1935. O polêmico coronel João Carlos Gross, que chegou a general, era dos mais solidários aos comunistas, não por convicção ideológica, mas talvez por obstinação e pirronismo. Além desses, havia o capitão Kardek Leme, Jacob Gorender e muitos outros. A reação dos que a eles se opunham foi a de dar por perdida a associação. Criaram então uma outra organização de veteranos, composta somente de oficiais do Exército. Discriminativa, teve vida curta e inexpressiva. Voltaram eles então a lutar, tentando a recuperação da associação, conseguindo eleger o tenente coronel Castelo Branco para presidente da seção do Distrito Federal e obrigando-o a conviver durante dois anos com os companheiros comunistas. Quanto à criação da ESG, em outubro de 1948, além de Cordeiro de Farias, que exerceu o comando da Artilharia Divisionária na FEB, então general de brigada, Golberi¹, tenente-coronel, que também participaram da FEB, os demais fundadores e primeiros membros do corpo permanente da escola – os coronéis Idálio Sardenberg, Heitor Herrera, Ernesto Geisel, Rodrigo Otávio Jordão Ramos, Jaime Graça, Sena Campos, Murici² – foram os mais atuantes. Pouco depois, Golberi foi encarregado da Divisão de Assuntos Internacionais da escola, passando a ser um dos expoentes do grupo. As atividades da ESG e seus primeiros estudos – sua estrutura e as especulações sobre a parte conceitual da segurança nacional – foram levadas a efeito por este grupo. Dele participavam oficiais da Marinha e da

¹ Golberi do Couto e Silva, assim como Ernesto Geisel e Rodrigo Otávio Jordão Ramos, foram para a ESG no ano de 1952.

² Antônio Carlos Murici foi para a ESG no ano de 1951.

Aeronáutica, aparentemente sem maior interesse. A assistência prestada pelos americanos nem sempre era cordial, face à condição que os nossos buscavam de encontrar soluções adaptadas à nossa realidade.

A partir de 1948 foi assinado um acordo militar Brasil-Estados Unidos e criada uma comissão mista para implementar o processo de cooperação – fornecimento de armamentos, munições, viaturas, materiais diversos e cursos de especialização nas escolas militares americanas. A assistência à ESG estava ali incluída. O general Juarez sucedeu a Cordeiro no comando da ESG, em 1953. Vários oficiais, inclusive os já citados, freqüentaram o NWC. O contato inicial do general Castelo com a ESG somente ocorreu em 1954, quando foi transferido do comando da 10ª Região Militar, em Fortaleza, para a sub-chefia do Exército no Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), sob as ordens do marechal Mascarenhas de Moraes. Com o suicídio de Getúlio, Castelo é nomeado pelo presidente Café Filho comandante da Escola de Estado-Maior, onde permanece até abril de 1956, quando então é nomeado para o corpo permanente da ESG. Ali permanece até fins de 1958. Concluindo, a influência para a criação da ESG não foi da FEB e seu regresso, foi a evolução da conjuntura que propiciou a cooperação e, afinal, um modelo adaptado do National War College.

G.S. - Esse grupo que começou com a ESG, que idéias tinha naquela época a respeito de geopolítica? Como eles estavam vendo o mundo já dividido em Leste/Oeste? Ou essa percepção veio depois?

G.R. - Naquela época eu era um modesto capitão, instrutor da Escola de Moto-Mecanização, em Deodoro, e me preparava para prestar concurso para a Escola de Estado-Maior. O programa limitava-se à geografia econômica, história militar da América do Sul e duas provas de línguas. Estava dispensado das provas de tática face ao resultado de meu curso na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Não tinha, pois, nem informação nem acesso àquilo que se desenvolvia na ESG. Eu queria saber tática, o resto viria a seu tempo. Nossa grande aspiração era a ECEME.

A ESG ainda não tinha projeção nos escalões intermediários – majores e capitães. É muito interessante a apreciação do ministro Abelardo Jurema sobre a Escola de Estado-Maior quando, em abril de 1964, foi a ela recolhido por horas.

Creio, porém, que a melhor indicação para atender à pergunta seria encontrada na apresentação do próprio Golberi em seu livro *Geopolítica do Brasil*³. Como o autor explica, são palestras e ensaios escritos em vários anos durante a década de 50, traduzindo concretamente a evolução de um pensamento geopolítico. Em 1955, Golberi publicou *Planejamento Estratégico*⁴, edição da Biblioteca do Exército. Não sei se é ao livro de Alfred Stepan⁵ que o senhor se refere, mas a propósito, há nele uma passagem interessantíssima. Refiro-me à surpresa do autor face à observação pessoal do general Golberi de que a ESG não havia sido de fato importante como centro de ideologia e política depois de 1964, e que quase nunca havia utilizado qualquer de suas análises políticas.

Em seu discurso como paraninfo dos estagiários de 1953, o general Juarez reclamava mais “planificação e, sobretudo, coordenação geral das atividades públicas e, até onde possível, democraticamente, das atividades privadas que cooperam no campo da economia”. Em 1950, o general Cordeiro de Farias fizera do mote do anticomunismo a tônica, denunciando a “inflação comunista que se disfarça em ultranacionalista e protetora dos fracos”. Assim, o objeto básico da ESG era e sempre foi desenvolver e aperfeiçoar uma técnica de planejamento nacional com a coordenação das atividades públicas e eventualmente, privadas, nos diversos campos do poder nacional – o econômico, o político, psico-social e o militar. Os estagiários são, em sua maioria, civis de nível universitário – selecionados e indicados pelos diversos ministérios e áreas de atividade – e militares das três forças já diplomados pelas respectivas escolas de estado-maior. Para tanto, os estagiários assistem palestras do mais alto nível, que proporcionem um quadro geral da conjuntura nacional e internacional, e efetuam trabalhos em grupo, seminários, visitas a áreas do Brasil e do exterior, tudo isso em cerca de dez meses. Afinal, levam a efeito uma tentativa de planejamento nacional esquemática e cada qual apresenta uma tese sobre um tema proposto pela escola.

Vê-se pois, que a escola realiza, e muito bem, um processo contínuo de atualização e aperfeiçoamento de uma técnica de planejamento nacional, cujos elementos são variáveis com a conjuntura e com a visão dos agentes governamentais. São apenas as grandes linhas. Seria inviável pretender que em um ano, estagiários de formações as mais diversas, assim como o corpo permanente da escola, os instrutores

³ SILVA, Golberi do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

⁴ SILVA, Golberi do Couto e. *Planejamento Estratégico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1955.

⁵ STEPAN, Alfred. *Os militares: da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

nem sempre permanentes, elaborassem trabalhos de maior profundidade. Trata-se assim, apenas de uma técnica de aprendizagem e, principalmente, de estreita convivência e troca salutar de experiências profissionais entre civis e militares. O documento final, fecho de todo o trabalho de planejamento, seria o conceito estratégico nacional. Trata-se de um documento extremamente acurado que perdura apenas na especulação. Tanto é que nem mesmo os fundadores da ESG julgaram adequada ou indispensável sua formulação efetiva, salvo o governo Costa e Silva quando tentado pelos menos preparados para tal empreitada, como de fato se evidenciou em 1967/1969 face às graves e previsíveis crises institucionais que se desenrolaram naquele período. Sob outro aspecto, a ESG se caracterizava por uma diferenciação política e militar em relação ao grupo no poder. Paradoxalmente, desde a sua origem 1949/1950, a ESG tinha em seus quadros permanentes e entre os estagiários “desafetos” dos governos Getúlio, Juscelino e João Goulart. Depois de 1964, a escola foi perdendo progressivamente essa expressão política. As oportunidades de participação efetiva nas atividades de governo, tanto militares quanto civis, comandos e funções de relevo, mantiveram a escola como uma espécie de “desvio” sem, todavia, caracterizar-se por abrigo de “oposicionistas” a cada um dos governos militares ora aos castelistas, ora aos costistas, em termos relativos. A ESG não poderia dispor de um repertório atualizado de informações de toda ordem que possibilitasse uma efetiva análise política confiável. Daí a afirmação sincera e autorizada do general Golberi.

M.A. - O senhor está falando do Golberi e do Rodrigo Otávio. De quando vem o seu contato com esses generais?

G.R. - Vem de muito depois dessa época da criação e implantação da ESG. Vale aqui uma explicação que nós empregamos comumente – servir – e que parece não traduzir exatamente seu significado. A circunstância de frequentarmos uma escola juntos, como colegas e trabalharmos na mesma organização militar – seja na condição de companheiro, subordinado ou chefe e comandante – cria laços de relacionamento, avaliação, conhecimento recíproco e até mesmo de amizade. Assim é que conheci o Golberi, servindo com ele na presidência da República, no governo Castelo. Ele, chefe do SNI e eu, assistente do general Geisel, chefe do Gabinete Militar. Assim começou nosso relacionamento e, até mesmo, o relacionamento com o próprio Geisel, com quem não tivera qualquer convivência até essa época. Até então meu relacionamento era com

o Castelo, com quem servira antes em Belém e depois no Recife. Com o Rodrigo Otávio, só fui conhecê-lo na Amazônia. Foi meu comandante militar da Amazônia, com sede em Manaus, em 1969, na ocasião em que eu, coronel, comandava o Comando de Fronteira do Solimões, com sede em Tabatinga, de 1969 a 1971. Até então o que eu sabia deles era fama.

G.S. - Sobre isso eu gostaria de fazer uma pergunta. Alguns jornalistas da política brasileira, alguns estudiosos, como por exemplo o Alfred Stepan, falam muito do “grupo da Sorbonne”, cuja semente teria sido plantada durante a Segunda Guerra Mundial. O senhor conheceu alguns desses membros importantes, inclusive o marechal Castelo Branco ?

G.R. - O livro de Stepan é muito documentado, tendo conseguido entrevistar-se com Geisel e Golberi, ele sem dúvida, marcou um tempo. Quanto à alusão “Sorbonne” em relação ESG e, em particular, àquele grupo inicial, seus fundadores e formuladores da política de segurança nacional e seus desdobramentos, não encontrei explicação, salvo uma referência admissível citada por J. F. Dulles, atribuindo a Osvaldo Aranha descrever a ESG como a “Sorbonne do Brasil” pela amplitude de seus estudos. Já me referi aos outros aspectos da indagação. No que tange ao general Castelo Branco, como disse, sua permanência e trabalho na ESG deu-se de 1956 a 1958. Os dois anos anteriores haviam sido muito tumultuados na vida de Castelo. Servindo ele no EMFA, o ambiente militar agitava-se: o Memorial dos 82 coronéis contra o governo; as eleições do Clube Militar com a escolha do general Canrobert, apoiado pelo pessoal da ESG; o episódio que culminou com o suicídio de Getúlio e que Castelo acompanhou passo a passo pela assistência que prestava ao marechal Mascarenhas, amigo do presidente e seu chefe no EMFA. Nomeado pelo novo governo para o comando da Escola de Estado-Maior, apesar do grande interesse e entusiasmo sob o aspecto profissional, não conseguiria manter a escola afastada da agitação política que envolvia o meio militar, dividido face à expectativa da derrota do candidato Juarez por Juscelino, como aconteceu. Os episódios de 11 e 22 de novembro de 1955, com a participação de alguns oficiais instrutores e alunos da escola, levaram ao rompimento das relações entre o ministro Henrique Lott e Castelo, que foi exonerado do comando em janeiro de 1956. Em abril foi nomeado para a ESG. Sua presença na ESG propiciou dois importantes resultados. De um lado, ofereceu-lhe um auditório atento, eclético e de alto nível – civis

e militares das três forças armadas vivamente interessados nas exposições e, principalmente, nos debates sobre os variados assuntos de importância nacional e internacional. Aí Castelo desenvolveu as bases para uma nova doutrina militar brasileira e a destinação constitucional das forças armadas, temas que já vinha explorando desde seu regresso da Itália, inicialmente como diretor do ensino e, posteriormente, na condição de comandante da Escola de Estado-Maior. De outro lado, o general Castelo exposto à indagação e ao debate, podendo demonstrar toda sua capacidade intelectual, suas idéias, sua personalidade, tornou-se conhecido por quase duas centenas de estagiários das três turmas, (1956/1957/1958) principalmente no meio civil – político e empresarial. Fator de importância capital para a adesão a seu nome em 1964 e, depois, no curso de seu governo. Em novembro de 1956 houve o conhecido episódio da “espada de ouro” oferecida ao general Lott, candidato ao governo cujas posições políticas e militares em passado recente haviam levado ao rompimento de relações com Castelo. A comissão encarregada do evento, maldosamente, enviou um convite pessoal a Castelo encarecendo “sua decisiva adesão pública à gigantesca demonstração popular”. Castelo ficou tão perplexo e perturbado com a provocação que decidiu responder, publicamente, enviando ao *O Globo* a famosa “carta da espada de ouro”. O incidente teve enorme repercussão, tanto nos meios militar, político e empresarial, como na opinião pública e na imprensa. Seu fraterno amigo, o general Ademar de Queirós declarou, em entrevista, a importância da resposta de Castelo “por ter sido essa a primeira vez em que ele tomou, publicamente, uma atitude pessoal em oposição aos que exerciam a autoridade”. Curiosamente, nenhum dos demais generais servindo no Rio, e sabidamente adversos à posição de Lott, recebeu o ofício-convite. Apenas Castelo, justamente o menos indicado. Os termos do ofício-convite são de tal maneira provocativos e até debochados, dada a incongruência de suas alegações, que não poderia ser outra a atitude de Castelo. Há uma versão plausível de que o convite teria sido propositalmente manipulado por dois amigos seus, inconformados com sua atitude reservada. Assim, visavam provocar a reação, decisiva para o desdobramento do processo político e seu posicionamento militar. Nunca foi apurado. Caso é que a reação de Castelo foi decisiva para marcar sua posição.

G.S. - O que caracterizava esse “grupo Sorbonne”? Em que eles se diferenciavam dos demais oficiais de nível?

G.R. - Eram profissional e intelectualmente muito bem preparados. Destacavam-se em suas respectivas armas – Cordeiro, Sardenberg, Herrera, Geisel e Murici, na artilharia; Juarez e Rodrigo Otávio, na engenharia; Golberi e Mamede na infantaria. A Marinha e a Aeronáutica também participavam, em menor número e menos expressiva ação. Haviam alguns cursado o National War College como também cursos de suas armas nos Estados Unidos. Lott foi estagiário na ESG. Cursara, tal como Castelo, a Escola Superior de Guerra na França, correspondente à nossa Escola de Estado-Maior. Conheciam bem o Brasil, tanto o Sul como o Nordeste, e seus problemas, pela vivência revolucionária – a Coluna Prestes, com Juarez e Cordeiro; a experiência na administração nordestina de Geisel e Mamede. Herrera, Rodrigo Otávio e Murici mais voltados para o Sul. Liam tudo, desde jovens tenentes. E todos com muita personalidade, o que devia dificultar sobremaneira as discussões por ocasião da organização da ESG, contidos pelo espírito moderador do general Cordeiro. Um dos mais trabalhadores e dedicados foi o coronel Idálio Sardenberg, que depois afastou-se do grupo, apoiando o general Lott e servindo em seu gabinete.

G.S. - E seu contato com o marechal Castelo?

G.R. - Quando terminei o curso de estado-maior em 1958 escolhi o comando Militar da Amazônia para servir. Éramos oito majores estagiários. Depois de demorada viagem de navio, chegamos a Belém. Seguia sozinho e no dia seguinte apresentei-me ao general Castelo, o comandante. Recebeu minha apresentação formal e cerimoniosamente. Perguntou sobre a escola e o curso. Desejou saber a razão de minha escolha por Belém. Aleguei, sem falsa modéstia, que a Amazônia havia me dado uma oportunidade excepcional para conhecê-la, quando ali servira em 1955. Viajara bastante pela fronteira, conhecera seus problemas e sua gente. Ainda mais, graças a um convênio entre a Fundação Getulio Vargas e a SPVEA, hoje SUDAM, freqüentei um curso de Planejamento Regional, em Belém. Por isso, julgava agora meu dever, habilitado pelo curso de estado-maior, retribuir um pouco do muito que o Exército havia me proporcionado. Não comentou nada. Perguntou-me sobre a documentação do curso – os famigerados polígrafos, temas táticos desenvolvidos na carta, com situações que evoluem e sobre os quais são levantadas questões e debatidos os ensinamentos a serem aprendidos. Uma vasta papelada mimeografada, muito bem elaborada como instrumento de trabalho, mas sem qualquer finalidade prática posterior, salvo a cópia servil, sem

nenhum mérito. Declarei que os havia jogado fora depois de cada prova. Afirmar sem qualquer comentário. E Castelo demonstrou seu desconforto imediato. Enchi-me de coragem e expliquei que admitia aquele material necessário apenas para adestrar-nos no hábito, na prática e, afinal, na incorporação de um “método de raciocínio”, o chamado “Estudo de Situação”, e na abordagem e solução de todo problema, em particular no terreno tático. E mais, o entendimento, a real apreensão dos princípios de guerra – economia de forças, segurança, surpresa, iniciativa, unidade de comando, liberdade de manobra – conclui que julgava ter aprendido a lição, prova é que jogara fora a papelada. Castelo desanuviou a fisionomia, mas não comentou nada. Afinal, perguntou-me, abruptamente, o que eu estava lendo. Creio que foi a minha salvação. Havia comprado um livro para a longa viagem de navio, *La Défense Nationale*, coletânea de conferências de militares e civis levadas a efeito no Centro de Ciências Políticas do Instituto de Estudos Jurídicos de Nice, publicada em 1958. Um senhor livro de mais de seiscentas páginas e muito marcado, como é meu costume. Castelo imediatamente transformou-se. Cordial e acessível, declarou que não conhecia e pediu-me para trazer no dia seguinte para emprestar-lhe. A despeito de seu formalismo, era cordial e extremamente educado no trato, muito cioso de sua autoridade, intransigente face à preguiça, desleixo, incompetência e falta de espírito militar. Era, contudo, tolerante e até mesmo zeloso quando se apercebia que faltava ao subordinado discernimento bastante para atender a uma exigência ou resolver uma questão ou situação. Assim é que, na Amazônia – reconhecendo a carência de meios e as deficiências de pessoal –, na qualidade de seu assistente, enviava-me precedendo a uma inspeção sua para orientar o comandante a respeito daquilo que seria indagado. E recomendava-me com ironia: “Quero que ele se saia muito bem.” Às vezes era ríspido e, não raro, irônico, sem no entanto magoar o subordinado. Sob esse último aspecto, quando presente, sua esposa, dona Argentina, gentilmente o observava desfazendo um possível mal-estar ou constrangimento do subordinado. As longas viagens em aviões anfíbios Catalina da FAB, que o general Castelo realizava conosco para inspecionar as pequenas e longínquas guarnições de fronteira – Oiapoque, Boa Vista, Cucuí, Japurá, Ipiranga, Tabatinga, Estirão do Equador, Porto Velho, Guajará Mirim, Forte do Príncipe da Beira, além de Macapá e Manaus –, com pernoites em condições precárias e convivência relativamente confinada durante cerca de 15 ou mais dias, contribuía para estabelecer um forte vínculo entre o general e nós, majores novos de seu estado-maior. Todas essas circunstâncias promoveram o conhecimento recíproco, a confiança e o fortalecimento dos melhores

laços de camaradagem militar. Quatro meses após, terminando o nosso estágio, Castelo convidou-me para seu assistente-secretário. Não sei porquê. Assim, nasceu uma amizade que perdurou até a sua morte, em 1967.

Em fins de novembro, por ocasião da visita do candidato Jânio Quadros a Belém, em sua demagogia de palanque, Jânio referiu-se à Petrobras de maneira irreverente e desairosa. O major Passarinho, superintendente regional da empresa, revidou publicamente, em jornal, com aspereza. Passarinho, tal como seu adjunto tenente-coronel José Pinto, apesar de anti-lottistas exaltados desde alunos da Escola de Estado-Maior, sob o comando de Castelo, não havia resistido aos apelos de Lott para aceitar aqueles cargos. Contudo não lhes faltava competência. O incidente envolveu, indiretamente, o general Castelo. Jânio enviou uma carta atenciosa a Castelo, em resposta àquela que Passarinho publicara nos jornais, defendendo a Petrobras e elogiando Lott. Castelo, a despeito da solidariedade a Passarinho, não podia endossar os elogios a Lott. No início de dezembro, outro episódio mais grave. Um reduzido grupo de aviadores, no qual se destacavam o tenente-coronel-aviador Haroldo Veloso e o coronel do Exército Luís Mendes da Silva, velho amigo de Castelo, levam a efeito a destrambelhada aventura de seqüestrar um avião comercial com passageiros, levando-o para o interior de Goiás, em Aragarças. Afinal, frustrado o movimento, o avião conseguiu decolar e voar para a Argentina. Um inquérito instaurado por Lott, sendo encarregado o general Estevão Taurino de Resende, colega de turma de Castelo, pretendeu indiciá-lo sob alegação de envolvimento com a rebelião de Aragarças. A inquirição fazia referência a um documento que teria sido enviado a conspiradores no Rio por oficiais da FAB em Belém, afirmando que “caso a rebelião seja adotada, devemos prender ou deter o general Castelo Branco, até que ele se decida em nosso favor”. Até um exercício com tropa realizado em novembro, foi alegado como um pretexto de treinamento para a rebelião. Castelo ficou magoado e indignado. É dessa época uma carta que escreveu para o major Freixinho. Dizia ele: “O episódio de Aragarças é mais um empurrão que recebemos, no plano inclinado em que deslizam as forças armadas. Idealismo, possivelmente. Mas, além de inépcia, há um erro de visão: o de que o Brasil não pode melhorar dentro do regime constitucional. Só e só dentro da constituição penso eu, como pensei sempre. Só se faz uma revolução dentro de uma ideologia e impellido por uma forte corrente da opinião pública. O Brasil não quer quarteladas, nem revolução, pelo menos no período que atravessamos. Em consequência da rebeldia do Mendes e do Veloso os carcomidos bastidores do palácio da Guerra e a

sua imprensa me tomaram como rebelde. Só podem combater a minha pessoa com infâmias.” Meu trato continuado com o general Castelo, o conhecimento entranhado de suas convicções e o entendimento do dever militar que ele tinha demonstrado, exposto e defendido com veemência nas diversas oportunidades e circunstâncias, sempre coincidente com meus juízos e meus sentimentos de soldado, foram de definitiva valia para meu posicionamento político e militar. Até mesmo sem que com ele tivesse contato oportuno, tal como aconteceu em 1961, com a renúncia de Jânio, e nos antecedentes próximos a 1964. Por seu turno, estou seguro de que ele não tinha qualquer dúvida a meu respeito. Curiosamente, o então major Nilton Freixinho, a quem Castelo admirava pela inteligência brilhante, era um devotado lottista e, após a renúncia de Jânio, tornou-se um janguista entusiasmado, comandante de importante unidade do dispositivo militar de confiança do governo no Rio, até abril de 1964. Castelo era um chefe coerente e conseqüente. Diferente de Mourão, por exemplo.

M.A. - Mas por que o senhor não tinha confiança no general Mourão?

G.R. - Meu conhecimento sobre Mourão decorria de informações do Castelo, seu colega de turma na Escola Militar. Mourão era inteligente e com certa cultura. Não era um profissional respeitado, menos ainda como chefe. Era desleixado na apresentação pessoal e no trato. Os bons profissionais que conheci e que com ele haviam servido como subordinados, faziam dele um juízo pouco lisonjeiro. Quando capitão, em 1937, Mourão, que era integralista, foi conivente com um documento forjado, contendo uma ameaça comunista sob a denominação de Plano Cohen. A farsa foi engendrada para sensibilizar as forças armadas e o meio político de maneira a justificar as medidas preparatórias para a implantação do Estado Novo com a Carta de 1937. Mourão, carreirista e oportunista, era frustrado em relação a seus companheiros de turma que se destacaram profissionalmente. Foi sem dúvida ativa sua participação na fase conspiratória. Creio porém, que não era levado muito a sério. Efetivamente não seria um nome tão respeitado que empolgasse o Exército.

G.S. - General, quer dizer que durante a etapa conspiratória da revolução o senhor não teve participação?

G.R. - A partir de agosto de 1962 servia com o general Castelo Branco na condição de seu assistente-secretário no comando do IV Exército, na cidade do Recife. Comando bastante complexo e com características políticas delicadas face à conjuntura nacional, já que se estendia do Maranhão até a Bahia, ou seja, por nove estados e o território de Fernando de Noronha. Os prefeitos das capitais e dos municípios do interior, cerca de 20 ou mais bispos, efetivos das Polícias Militares, as Ligas Camponesas, líderes como o governador Miguel Arrais, Francisco Julião, padre Melo, padre Crespo. Eram seis generais subordinados ao general Castelo, alguns deles afinados politicamente com o presidente Goulart. Serviam também na área um almirante e um brigadeiro. O general Castelo mantinha um relacionamento profissional e respeitoso, porém muito cioso de sua autoridade e responsabilidade. Mantinha-se muito bem informado e demonstrou intransigência na aplicação de recursos disciplinares, até suas últimas conseqüências, sempre que a situação assim o exigiu. Com propriedade, em todas as oportunidades, inclusive para escolas e cursos que visitavam nossa área, observava e enfatizava o quadro pré-revolucionário e a penetração comunista no Nordeste. Assim, nossa posição era a de resguardo das instituições, particularmente as militares, já começando a ser envolvidas nos clubes de sargentos. Essa era a nossa “conspiração”, posto que realmente, os antecedentes e o próprio engajamento dos chefes mais responsáveis pelo movimento de 1964 eram o de uma contra-revolução preventiva face ao quadro de perturbação da ordem, de comprometimento da disciplina e da hierarquia e, principalmente, de deterioração do governo e de sua autoridade legal. Assim, vivíamos no Recife um clima de “guerra” do ponto de vista de tensão, situações inopinadas e provocações, não raro estimulados ou aprovados subrepticamente. Conhecia, portanto, o pensamento do general Castelo, suas posições, sua determinação. Conhecia também a situação geral e, particularmente, a situação nas unidades e comandos dos estados do Nordeste e da Amazônia e o ambiente do estado-maior do Exército e da guarnição do Rio de Janeiro, onde servira um ano atrás. Também todos aqueles que me conheciam e, principalmente, as minhas relações pessoais com Castelo nas funções de confiança pessoal que exercera na Amazônia e no comando do IV Exército – participando, nessas condições e na medida adequada, de suas decisões e atitudes – tudo isso seria suficiente para ajuizar a minha conduta quando necessário. Como de fato foi. Este foi o meu comportamento e a minha participação na condição de soldado. Mas nunca pertenci a grupos de conspiração política. Em julho de 1963, Castelo foi convidado pelo ministro Jair Dantas Ribeiro para as funções de chefe do estado-maior do Exército. Na ocasião

escreveu uma carta ao general Jair, seu colega de turma, expondo sua visão e responsabilidades do cargo que iria exercer – suas prerrogativas funcionais no cargo mais elevado da força, inclusive o acesso direto ao ministro para o debate de assuntos importantes, sem excluir os pertinentes à conduta do Exército face ao quadro político em curso. Jair respondeu cordialmente, ressaltando porém sua autoridade e competências, na condição de ministro, no trato dos assuntos políticos. Muito embora pudesse Castelo transferir-me para acompanhá-lo de volta ao Rio, já que o acompanhara no ano anterior para o Recife, não o fez. Sem qualquer explicação pessoal deixou-me no IV Exército. Também não indaguei. Era seu estilo. E o meu. Em agosto fui promovido a tenente-coronel e Castelo consultou-me se gostaria de servir na Divisão Blindada, no Rio. Realmente, àquela altura um oficial ligado ao general Castelo ser classificado na Divisão Blindada – alguém não pertencente ao “dispositivo militar” do governo – era de fato inusitado. Sem dúvida uma demonstração de prestígio e habilidade de Castelo. No exercício de minhas funções como oficial de operações da DB, trabalhei muito. Após alguns anos, estava voltando às minhas origens nos blindados. Absolutamente leal aos meus dois sucessivos comandantes, os generais de brigada Álvaro Braga e Luna Pedrosa, ambos bem relacionados com o ministro Jair e com o comandante do I Exército, general Âncora. Declarei a ambos, com a maior franqueza, minhas relações com o general Castelo, aliás conhecidas, e minha eventual posição face à expectativa para que se encaminhava o Brasil. Alerttei-os, porém, de que caso tivesse eu de tomar alguma decisão, seriam eles os primeiros a ser informados. Jamais os trairia. Eram meus comandantes. O general Âncora também me conhecia. Fora meu instrutor-chefe quando major, e eu cadete de cavalaria no Realengo, na Escola Militar. Conhecia minhas ligações com Castelo.

M.A. - E sobre o relacionamento do presidente Castelo com Costa e Silva?

G.R. - Julgo pertinente fazer antes algumas considerações. Nas relações entre militares, principalmente entre oficiais-generais, o princípio básico da hierarquia – a antigüidade no posto, ou seja, o tempo de serviço na profissão – é o mais importante e decisivo. Essa precedência é rigorosamente respeitada, inclusive entre membros das diversas forças quando servindo na mesma organização militar, como por exemplo, o EMFA, a ESG, a Secretaria do Conselho e o Gabinete Militar da Presidência da República. Ao civil, não raro, escapa o peso e as implicações de tal fator. Em 1964, os generais do Alto

Comando, quatro estrelas, eram colegas de turma de Castelo ou contemporâneos de escola. Âncora, Krueel, Galhardo, Alves Bastos, Décio Escobar, Ururahy, Lira Tavares, Jair – então ministro de Goulart – e Costa e Silva. Mourão e Guedes, ainda generais-de-divisão com comandos em Minas Gerais, também pertenciam a essa turma da escola. Por sugestão de Castelo e por consenso, desencadeado o movimento, Costa e Silva, por ser o mais antigo no Rio, assumiu o Comando Revolucionário, cabendo a Castelo a articulação política do movimento. Costa e Silva convidou o tenente-brigadeiro Francisco Melo, chefe do estado-maior da Aeronáutica, e o vice-almirante Augusto Rademaker que, antecipando-se, na companhia de colegas seus – Levi Aarão Reis, Melo Batista, Saldanha da Gama e Mario Cavalcanti – declarara que a Marinha estava sob seu controle. Porém a aversão de Rademaker a Castelo era conhecida, assim como também não dispunha de uma liderança em sua força que justificasse a ultrapassagem abrupta de quatro almirantes-de-esquadra e cinco vice-almirantes que o precediam na ordem hierárquica. As “cinco Dionnes”, referência jocosa às gêmeas americanas, como eram conhecidos na própria Marinha, destacavam-se pelo radicalismo e violência de suas propostas e atitudes na repressão e em seu obcecado anticomunismo. Não eram líderes. Na Marinha, o princípio foi violado e as conseqüências e seqüelas perduraram por longo tempo. Esse foi um dos núcleos mais radicais da “linha dura”. As relações de Castelo com o Alto Comando, sendo Costa e Silva ministro, não eram fáceis, justamente em conseqüência da intimidade anterior, reduzida drasticamente pelo formalismo e pelo extremo zelo de Castelo em resguardar sua autoridade de presidente. Talvez um pouco de insegurança, fruto da vulnerabilidade de um poder “consentido” por seus colegas. Havia também sua permanente e inabalável preocupação em não dividir o Exército e dissociar as forças armadas, abaladas pelas dissensões internas, fruto do radicalismo extremado existente na Marinha e na Aeronáutica.

M.A. - O seu contato com o general Geisel só se deu depois da revolução?

G.R. - Para não dizer nunca, houve um episódio menor e irrelevante para ele em 1947. Na ocasião, Geisel era major, chefe de gabinete da Diretoria de Moto-Mecanização, e eu, tenente, fui designado para participar de uma comissão naquela diretoria. Apresentei-me a ele com uniforme de serviço, inadequado para uma apresentação. Fui advertido por ele. Depois da eleição de Castelo pelo Congresso, procurei-o no estado-maior do Exército para cumprimentá-lo. Até então, há meses não tinha contato com ele.

Sem conversa, mandou-me procurar o general Geisel que se encontrava em sala próxima reunido a Ademar de Queirós, Cordeiro, Golberi e uns poucos. Creio que examinando nomes para o novo governo. Apresentei-me militarmente e ele entregou-me uma passagem aérea dizendo-me: “Vá para Brasília preparar a chegada do presidente Castelo.” E como se diz ao término de uma inquirição: “E mais não disse e nem lhe foi perguntado.” Assim foi. Retirei-me, arrumei minha mala e parti para Brasília.

M.A. - Preparar a chegada do presidente? Como? Foi uma demonstração de confiança ter sido convidado pelo general Geisel?

G.R. - Suponho que o próprio Castelo tenha me indicado para demonstrar aos que o cercavam naquela época sua confiança na minha lealdade e a minha reconhecida integração ao movimento. A circunstância de servir em posição-chave na Divisão Blindada dentro do dispositivo militar do governo, no Rio e, principalmente, minha lealdade ao Castelo e seu espírito legalista contribuíram para um juízo indeciso a meu respeito por parte, possivelmente, de conspiradores mais radicais que não me conheciam ou não confiavam. Naquela época a Guarnição de Brasília era reduzidíssima. E sem sinal de reação do governo e do presidente Goulart, que fugiu para o Sul e depois para o exterior, permaneceram somente em seus postos uns poucos funcionários administrativos do palácio do Planalto. Depois verificamos que estes eram os que realmente trabalhavam, tanto é que continuaram conosco, para surpresa de muitos.

Os demais, em sua imensa maioria, eram “fantasmas”, apenas lotados na presidência para receber todas as vantagens proporcionadas pelo governo Juscelino por ocasião da transferência da capital. Quatro oficiais revolucionários – os coronéis Antônio Carlos de Andrada Serpa e Francisco Boaventura Cavalcanti, e os majores Juércio e Natalino Brito – haviam chegado dias antes a Brasília e instalado um Gabinete Militar, afastando os que ali serviam, sem qualquer reação. Ditavam suas ordens, inclusive a publicação do Diário Oficial. Uma linha direta através de precaríssimo telefone de campanha e um telex rudimentar asseguravam ligação com a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, ocupada pelo coronel Jaime Portela e outros no Rio de Janeiro e, por seu intermédio, com o Comando Supremo da revolução, instalado no Ministério da Guerra. Avisados de minha chegada e missão, mandaram um carro apanhar-me no aeroporto. Pelas observações que já fiz, não encontrei muita receptividade por parte deles, salvo o Boaventura. Mandaram eu me entender com o

presidente Mazzilli, virtual presidente da República, que já se instalara no palácio da Alvorada, apesar da precariedade de sua situação face à autoridade incontestada do general Costa e Silva no Rio. Anunciado, Mazzilli veio receber-me muito tenso, mas controlado. Cumprimentei-o militarmente, com urbanidade, disse da minha missão e indaguei quando poderia deixar o palácio – era dia 13 e Castelo chegaria a 15. Respondeu-me que imediatamente. Procurei deixá-lo à vontade, contudo ele não estava tranqüilo. Não era para menos.

M.A. - E a organização do Gabinete Militar sob a chefia de Geisel?

G.R. - Castelo e Geisel não tinham qualquer intimidade. No curso de suas carreiras não tiveram oportunidade de convivência profissional, salvo o relacionamento com amigos comuns tais como Ademar de Queirós, Murici e Cordeiro de Farias. Creio que por sugestão destes foi o convite feito a Geisel e por ele aceito. Salvo os amigos muito íntimos, colegas de turma e alguns subordinados, a convivência com Castelo era, em geral, considerada difícil. Muito cioso de sua autoridade, não raro intransigente em seus pontos de vistas, talvez pelo hábito prolongado na condição de instrutor nas escolas. Era polêmico, quando com seus pares. Quando diretor de ensino da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, ainda coronel, tivera um desagradável atrito com o então coronel Orlando Geisel, instrutor da escola e uma inteligência privilegiada, levando este a afastar-se da função. Também aqueles amigos comuns teriam sido responsáveis pela indicação do general Golberri para organizar o SNI, juntando-se a isso a fraterna amizade que unia Golberri a Geisel. Sem dúvida, porém, havia antes de tudo um respeito profissional, o espírito militar ético e a dedicação, sem reservas, aos interesses nacionais, sentimentos recíprocos em Castelo e Geisel. O Gabinete Militar era organizado em quatro sub-chefias – Marinha, Exército, Aeronáutica e Administrativa. Além disso, o general Geisel era o secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, dispondo para tanto de uma secretaria, que ainda funcionava no Rio de Janeiro, com cerca de 40 funcionários entre oficiais e civis. As sub-chefias tinham cada uma quatro oficiais superiores com o curso de estado-maior ou correspondente. Há um atributo que, a despeito de essencial, infelizmente não é tão encontrado assim – é a disciplina intelectual. Muito diferente da disciplina da obediência pura e simples da ordem, da lei, ou da autoridade competente – que é elementar e pura execução, desde que entendida – a disciplina intelectual é muito mais do que isso, é a adesão integral à decisão tomada.

Ela tanto mais se caracteriza quanto mais o chefe estimula seus subordinados ao debate, ao questionamento das soluções possíveis, das vantagens e desvantagens de cada uma delas. Depois, a decisão do chefe. Eis agora a vez da disciplina intelectual. Trata-se, então, do empenho sincero, honesto, dedicado, fazendo a sua sem subterfúgios à decisão tomada. Na hora do debate, na presença do responsável pela decisão, todos os questionamentos são acatados, defendidos com calor e veemência. Não é fácil. Defender a decisão que foi tomada como se fosse sua, exige uma grande integridade e honestidade intelectual. É a adesão, não apenas a simples obediência. No decorrer dos três anos em que assessorou o presidente Castelo, o general Geisel foi exemplar, em todas as circunstâncias. Antes de levar um problema a Castelo, Geisel discutia o assunto com dois ou três oficiais do Gabinete Militar. Expunha também as suas idéias, o que nos levava a perceber sua posição. Após a decisão do presidente, único responsável, não raro até contrariamente ao pensamento de Geisel, que em não poucos assuntos era mais conhecedor, ele não deixava mais ninguém questionar a decisão, muito menos para lembrar-lhe sua posição anterior. Era verdadeiramente modelar, engajava-se a fundo, exigia empenho total para que o decidido proporcionasse o resultado almejado. Pela personalidade dos dois, foi em verdade um extraordinário exemplo de disciplina intelectual no que diz respeito a Geisel. No caso de Golberi, juntou-se a esse destacado atributo a notável capacidade de apresentar ao presidente Castelo suas informações e avaliações absolutamente isentas de juízo pessoal. Muito poucas pessoas tinham acesso a Geisel, salvo seus familiares e uns poucos amigos antigos. Discreto, retraído, concentrado, conciso e de poucas palavras, no trato é cordial, lúcido e cuidadoso no externar de suas opiniões e juízos. Ultrapassada a eventual barreira da cerimônia, no curso das relações de serviço, é acessível, compreensivo, atento, aberto ao diálogo, paciente para ouvir e generoso em seus sentimentos. Amigo de seus amigos. É objetivo e pragmático.

M.A. - E a origem da “linha dura”? O senhor pode falar alguma coisa?

G.R. - A origem da denominação eu não conheço. Caso é que seus próprios componentes, melhor dizendo, aqueles assim identificados e que disso se orgulhavam, caracterizavam-se pelo radicalismo, arbitrariedade, intransigência e pela adoção de meios e processos violentos de intimidação e coação. Sinceros, porém radicais, como bem caracterizou o presidente Geisel. Porém, nem sempre e nem todos sinceros. Os

“linha dura” não chegaram a constituir organizações estáveis, segmentos ordenados ou estruturas mais ou menos hierarquizadas. Ao contrário, tumultuadas por disputas menores de vedetismo nos IPMs e nas querelas com órgãos do Judiciário e com o próprio governo, alimentadas pelo oportunismo, pelo carreirismo e pela impunidade, não encontravam maiores objeções nem mesmo entre os sinceros porém radicais, mesmo reconhecendo o mal que causaram na época. Creio que o radicalismo anticomunista foi historicamente alimentado no Brasil pela incompetência do “nosso” Partido Comunista, pela animadversão inarredável votada ao getulismo, ao juscelinismo e ao janguismo, por correntes minoritárias de cunho revanchista com o ranço udenista, estimuladas pelo lacerdismo incendiário e inconseqüente, ambicioso e frustrado em seus ódios e recalques. Junte-se a isso as ambições pessoais. Assim é que a hierarquia foi, não raro, atropelada pela exaltação e sofreguidão “revolucionária”, com estragos quase sempre graves e conseqüências insanáveis ou de longa repercussão.

M.A. - O senhor poderia dizer quem era o pessoal da “linha dura”?

G.R. - Não sei a origem da expressão “linha dura”; muito possivelmente deve ter sido cunhada por seus elementos mais notórios, e nem por isso mais expressivos e respeitados. O coronel-professor do Colégio Militar Osneli Martineli e o coronel-intendente Gerson de Pina – encarregados respectivamente dos IPMs do “Grupo dos Onze” de Brizola e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB – utilizaram-se dos encargos para se autopromoverem através da imprensa e de atos de arbítrio de toda ordem, até mesmo criando impasses muito sérios com o Poder Judiciário. Em meados de 1965 uma “Liga Democrática Radical – Lider”, lançou um manifesto de Martineli que classificava Castelo como “nada mais do que um delegado do Comando Supremo da revolução”. Martineli foi preso por 30 dias no Forte de Copacabana onde recebeu as visitas do governador Carlos Lacerda e do coronel Gerson de Pina. O coronel Ferdinando de Carvalho, que foi encarregado do IPM sobre o Partido Comunista onde pretendia incriminar Negrão de Lima, candidato eleito governador da Guanabara. Coronel-aviador Julio Valente, coronel-aviador Roberto Hipólito, brigadeiro Roberto Brandini, João Paulo Burnier, Márcio Coqueiro de Jesus, os dois últimos da FAB. E ainda, coronéis Luis Araripe, Euclides de Oliveira Figueiredo Filho, Sebastião Chaves, Hélio Ibiapina de Lima, Adir Fiúza de Castro, Sebastião José Ramos de Castro, César Montagna de Sousa, Erasmo Dias, Osvaldo Ferraro, Confúcio Danton de Paula Avelino,

Joaquim Vitorino Portela Alves, Augusto Cid Camargo Ozório, Cabral Ribeiro que chegou a ministro do STM –, Confúcio Pamplona, Amerino Raposo Filho, Antonio Carlos e Luis Gonzaga Andrada Serpa, Hélio Lemos, Hélio Mendes, Rui de Castro, Plínio Pitaluga, Valter Pires, Florimar Campelo, Antonio Bandeira, Heitor Caracas Linhares e o coronel-aviador Gustavo Borges, os dois últimos ligados a Lacerda. Na Marinha, além dos cinco almirantes conhecidos por todos pela intransigência e pelo radicalismo em suas posições – Melo Batista, Levi Pena Aarão Reis, Rademaker, Mário Cavalcanti e Saldanha da Gama, todos na ativa – havia também os almirantes da reserva Pena Boto, Silvio Heck e os comandantes Baltasar da Silveira, Duarte Bonoso, Chamoun e outros. Exacerbavam o radicalismo com um deformado “espírito de corpo”, um inarredável preconceito contra as duas outras Forças e em particular contra o Exército, por tradições quase históricas que advêm da República. Sob esse aspecto o clímax foi atingido por ocasião da decisão do presidente Castelo, em janeiro de 1965, relativamente à aviação embarcada e seu emprego nas operações navais. Do dia 14 de dezembro de 1964 a 18 de janeiro de 1965, o presidente Castelo, com extraordinária autoridade e competência, substituiu sucessivamente dois ministros da Aeronáutica – Lavanère e Márcio de Melo e Sousa, este último caracterizadamente “linha dura” na FAB – chegando afinal ao brigadeiro Eduardo Gomes. E na Marinha, com repercussão muito mais grave, substituiu o almirante Melo Batista e o chefe do estado-maior da Armada, o almirante Levi Aarão Reis, além de reagir ao esdrúxulo propósito levantado por Melo Batista de que nenhum almirante da ativa aceitaria a decisão presidencial. Castelo, não se expondo à desfeita, nomeou o almirante reformado Paulo Bosísio, que com notável autoridade implantou operacionalmente a unidade aérea da FAB no porta-aviões Minas Gerais. A 28 de janeiro um helicóptero da Marinha conduzia o presidente e o general Geisel e pousava em alto-mar no convés do *Minas Gerais*. E regressaram separados, em aviões de operações da FAB que decolaram do navio-aeródromo. Mas a Marinha e a Aeronáutica não tiveram grandeza para reconhecer acerto dessa decisão, louvada por diversos chefes navais estrangeiros em ocasiões que assistiram sua eficiência, decisão que jamais provocou um acidente sequer. Mas a Marinha tanto quanto a Aeronáutica não tiveram grandeza para reconhecer o acerto da decisão. De meu modesto ponto de vista foi esta a consagração militar do general Castelo Branco. Costa e Silva e Médici não a alteraram.

M.A. - Já que estamos falando em grupos, e o grupo dos 11 generais? E os sete coronéis mais atuantes da “linha dura”?

G.R. - Vejam bem. Tal como as “Dionnes”, tratava-se apenas de recursos mnemônicos, referências numéricas que eventualmente coincidiam com outros fatos marcantes e populares. Assim, “grupo dos onze” era uma simples e jocosa associação com o “Grupo dos Onze” de Brizola. Creio que foi o general Barros Nunes, amigo deles todos e freqüentador assíduo do general Golberi, quando no Rio, quem inventou a pilhéria. Caso é que eram de fato 11 os generais mais atuantes e mais críticos da política de Castelo. Assim é que cedo passaram a empolgar o prestígio de Costa e Silva, envolvendo-o e alimentando suas aspirações, e as deles também. Eram eles: Sizeno Sarmiento, Sílvio Frota, Ramiro Tavares Gonçalves, Arthur Duarte Candal, Afonso de Albuquerque Lima, Ednardo D’Ávila Melo, Oscar Luis da Silva, José Anchieta Paes, Henrique Assunção Cardoso, Clovis Brasil, João Dutra de Castilho. Todos serviam no Rio ou São Paulo. Portela, ainda coronel, chefe do Gabinete do ministro em Brasília, fazia as ligações com o Congresso a favor da candidatura. Com o afastamento de Costa e Silva do ministério para descompatibilizar-se, assumiu o marechal Ademar de Queirós e nomeou seu chefe de gabinete o general Oscar Luís que comandava uma Divisão de Cavalaria no Sul. Quando Costa e Silva assumiu, os 11 foram premiados. Candal na Petrobras, Afonso Albuquerque Lima no Ministério do Interior, Frota chefe de Gabinete do ministro do Exército Lira Tavares, Sizeno comandante da 1ª Região Militar, Ramiro na Secretaria do Exército, Clovis Brasil nomeado interventor na cidade de Santos, Castilho comandante dos pára-quedistas, e assim por diante. Portela, já promovido a general, foi nomeado chefe do Gabinete Militar de Costa e Silva, em Brasília. Mas vejam, as nomeações eram legítimas, havia apenas a coincidência.

M.A. - E o grupo dos sete? Quem eram os coronéis?

G.R. - Aí não havia razão para uma ligação mnemônica. Sete porque eram sete. Meus colegas e contemporâneos de Escola Militar. Todos muito bons. O Boaventura, irmão do deputado e coronel Costa Cavalcanti, destacava-se pelo espírito de iniciativa, inteligência, capacidade intelectual e competência profissional. Mas era um obstinado que não considerava as conseqüências de seus atos. Como já disse, encontrei-o no palácio do Planalto nos primeiros dias de abril de 1964. Dos quatro que lá se achavam o

Boaventura foi o último mantido pelo general Geisel, com a anuência de Castelo. Durou pouco, porém. Dois meses depois, inconformado com uma crítica publicada em *O Globo* sobre os rumos da revolução, Boaventura responde em carta aberta em caráter individual, contrariando frontalmente as normas de disciplina. Em consequência, foi exonerado do Gabinete Militar. Talvez esse episódio tenha sido a motivação para surgir o núcleo dos sete oficiais que se projetariam como porta-vozes da “linha dura”. Não sendo sabidamente os mais intolerantes e, muito menos, os mais arbitrários e violentos. Boaventura, em novembro de 1965, em carta aberta ao presidente Castelo, se dizia porta-voz da “linha dura” e nessa condição declarava a disposição das forças armadas, lembrando ao presidente as responsabilidades da “linha dura”, etc. Eram os “democratas” contra os resultados das eleições diretas para governadores. Afinal, em maio de 1969, foi o coronel Boaventura transferido para a reserva pela aplicação do AI-5, com o ineditismo de fundamentar o ato considerando desprimoroso, hostil e que feria a honra e a dignidade do oficial. Uma indignidade irreparável.

M.A. - Mas eles participavam da cadeia de comando? Como atuavam?

G.R. - Eles não se contentavam em cooperar no nível e no escalão que ocupavam, aceitando e acreditando na competência. Inclusive nesse problema da radicalização dos IPMs deram muito trabalho. Alguns deles até foram ao gabinete do Costa e Silva, ficaram abanando a candidatura do Costa e Silva com os generais mais próximos. Começaram a alimentar um processo de rivalidades, uma arregimentação de ressentidos e desencantados, visando sempre incutir desconfiança entre Costa e Silva e Castelo.

Acho que o Costa e Silva inicialmente era alheio. Esse pessoal é que trabalhou a candidatura dele. Quando o Costa e Silva esboçou o ministério dele, esses coronéis, na casa do Amerindo, sabatinaram os ministros. O Andreazza vai ser o ministro dos Transportes, ele era assistente-secretário do Costa e Silva. O Andreazza foi sabatinado por eles e tolerou ser sabatinado: “O que é que você vai fazer, o que não vai.” E assim o Hélio Beltrão, o Costa Cavalcanti, e outros. Até que o Delfim Neto deixou vazar aquele procedimento.

M.A.- Esse grupos dos sete e dos 11 se formaram na conspiração para a Revolução de 64 ou depois da revolução?

G.R. - O general Hugo Abreu, em seu livro, citando nomes de companheiros, confessasse conspirador desde 1950. Assim, o processo de adesão foi fruto do quadro em curso. Aí começaram as aspirações, as pretensões sobre o ritmo e o encaminhamento que eles achavam que a revolução devia ter. Mas deve ficar presente que a reação à indisciplina era comum e constante.

M.A. - Qual era o projeto desses militares?

G.R. - Nenhum. Porque a revolução não tinha projeto. É pura verdade, sem dúvida. A revolução foi feita simplesmente para evitar que o Jango fizesse o que queria fazer. Tanto que houve inicialmente muita tendência para a colocação de que era uma contra-revolução do Jango. Era uma contra-revolução. Então, a ausência de uma reação do governo, a falta de uma ideologia e de um projeto, inicialmente deixaram todos perplexos. Todos! Depois da posse do Castelo, o Roberto Campos e o Bulhões esboçaram um plano de combate à inflação, crise cambial, recuo do desenvolvimento.

G.S. - O que parece, corrija-me se estou errado, é que só depois começou a aparecer um projeto baseado na ESG, na idéia de desenvolvimento e segurança, aquele binômio, etc.

G.R. - Roberto Campos era considerado muito ligado ao governo Juscelino e ao do próprio Jango e muito suspeito em relação aos americanos e suas posições ditas “entreguistas”. Assim também o Juarez Távora e o Bulhões. O gravíssimo problema a enfrentar era a inflação. A ESG inicialmente não influenciou. O binômio desenvolvimento e segurança – aliás, desde aquela época sugeri ao presidente associar sempre àquelas duas idéias as de progresso e ordem, como uma continuidade republicana, mas ficou só a sugestão –, o binômio foi adotado justamente por falta de uma ideologia realmente original.

G.S. - Então só depois é que começou a aparecer alguma coisa como um esboço de projeto?

G.R. - Sim. Ali, na falta de um projeto... Basicamente, no Brasil, um projeto tem que olhar a parte econômica e social. A revolução não pensava nisso, a revolução pensava em deter o comunismo desse pessoal, a característica comum era o anticomunismo. Não

tinha nada de social nem de econômico, era o anticomunismo, era a posição exacerbada deles, era ideológica também. Isso realmente deu coesão às forças armadas quando nós sentimos o processo subversivo atingir o sargento, as nossas unidades, as nossas organizações. A Marinha, por exemplo, entrou numa crise que... A Marinha tem três, quatro oficiais dentro de um navio pequeno para 20 ou mais marinheiros e outros. Num processo desses subversivo, a Marinha entrou em pânico. Houve uma ocasião em que os 27 almirantes se recusavam a receber qualquer comissão, qualquer função. Foi quando o Jango nomeou o almirante reformado Paulo Mário da Cunha Rodrigues.

M.A. - Bom. O senhor está dizendo que o projeto dessas pessoas mais radicais era o anticomunismo?

G.R. - Não era projeto. Era uma posição que lhes dava maior ou menor coesão. Aliás os últimos e talvez únicos propósitos e princípios que asseguravam a nossa coesão eram os da preservação da disciplina e da hierarquia nas forças armadas e da paz social face às ameaças iminentes da ação subversiva comunista. Este era um fato incontestável. Nessas posições os radicais e intolerantes naturalmente se evidenciavam.

G.S. - Uma coisa que eu estava querendo entender é a seguinte: quando nós falamos, por exemplo, dentro de uma disciplina acadêmica, que fulano é de uma determinada escola, normalmente se pode traçar como esse pesquisador passou a ser daquela escola – estudou na Inglaterra ou tal lugar, onde essa escola é dominante, etc. No caso particular do Exército, como é que o “grupo dos sete” e o “grupo dos 11” chegaram a se diferenciar do grosso da oficialidade, no sentido de assumir posições radicais? O que terá influenciado? O senhor tem alguma idéia a respeito disso?

G.R. - Carlos Lacerda declarou em certa ocasião que a carreira militar era a única que proporcionava uma formação verdadeiramente universitária, no sentido de que nossos sucessivos cursos, cada vez abrangentes e compulsórios, nos facultavam o domínio de um “universo” cada vez mais amplo. Isso quando não estava ainda generalizado o sistema de cursos de pós-graduação – mestrado e doutorado – tal como hoje. Mas a nossa formação é homogênea e sistemática – formação, aperfeiçoamento, especialização, estado-maior e eventualmente Superior de Guerra. Naturalmente os

currículos evoluem, mas não chegam a diferenciar sob esse aspecto que o senhor aborda.

A sua indagação porém, leva a considerar, em épocas mais remotas, as grandes reformas do Marechal Hermes em 1905, sob influência alemã, a Missão Francesa a partir de 1919 e o importante papel desempenhado pela revista *A Defesa Nacional* na modernização do Exército. Mas na década de 60, o Exército estava relativamente bem equipado e assistido, salvo o crônico problema dos vencimentos. Nossa formação era homogênea e nossas concepções militares adequadas à realidade brasileira. Aqueles grupos não tinham expressão do ponto de vista profissional. Eram atitudes políticas isoladas e de penetração muito restrita até 1964, quando, por força dos conflitos hierárquicos conseqüentes do processo revolucionário, passaram eles a posições de relevo esporádico.

G.S. - Mas a partir de 1964 esses grupos chegaram a constituir uma “escola”, para usar uma expressão acadêmica?

G.R. - A grande escola que dá a estrutura profissional e intelectual do Exército é a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME. São três anos de integral dedicação e estreita convivência de oficiais de todas as quatro armas. Quanto aos grupos de militares a que me referi, seus componentes não se diferenciaram; iguais a eles, a gente pode citar carradas de nomes. Eles não eram expoentes, não eram únicos. O que ocorreu é que, eventualmente, eles estavam ainda em posições aqui no Rio, e começa que o Rio era o Rio, ninguém faz revolução sem o Rio de Janeiro. Todos serviam aqui. No fim do governo do Castelo, o Frota comandava a Divisão Blindada, que era a força mais operacional e equipada, a força mais forte aqui no Rio. Então, cada um deles tinha uma posição de destaque e de relevo, tinha influência, e tinha os comandantes, tinha os subordinados. A revolução mudou todos os comandantes de unidades aqui no Rio que eram mais favoráveis ou ligados ao governo do Jango. Os novos comandantes foram todos escolhidos por esses generais que comandavam aí. Sizeno era chefe do gabinete do Costa e Silva... Então, não é que eles só se destacassem; é que eles, eventualmente, serviam aqui e eram realmente mais radicais. Mas tinha muitos, não era um só. Esses sete também se destacaram, e talvez eu os conhecesse mais. O importante disso tudo é que nenhum deles se aproveitou... Depois exerceram cargos legítimos, que atendiam a uma aspiração legítima. Um general desses, o Candal, ia ser ministro das

Comunicações. Na última hora, o Luís Viana, que já era governador da Bahia, escreveu uma carta melosa alegando que nunca tinha havido um ministério que tivesse um ministro baiano, não sei o quê, e o Costa e Silva tirou o Candal e aproveitou um professor da Bahia indicado pelo Luís Viana, e Candal foi para a Petrobras. Mas foi um bom presidente da Petrobras, muito qualificado, muito competente. Já o ministro das Comunicações, afilhado do Luís Viana, era sem qualquer expressão para um ministério que estava sendo implantado.

M.A. - Esse grupo, além de anticomunista, tinha uma visão nacionalista e estatizante, não tinha?

G.R. – Ah, tinha... O general Afonso Albuquerque Lima, embora completamente afastado dos comuno-nacionalistas que haviam agitado o Clube Militar nos idos de 1950, liderados pelo general Estillac Leal, era de um nacionalismo radical, e assim procurava polarizar os anseios da “linha dura” e sensibilizar os oficiais mais jovens e mais ardentes na busca de soluções rápidas, embora arbitrárias. De certa maneira arvorava-se como seu líder junto aos jovens. O general Hugo Abreu, em seu livro *Tempo de Crise*, confessa que desde 1950 tinha “participação pessoal na luta política interna do país, que volta e meia envolvia as forças armadas” e em outubro de 1961 participava de um grupo de oficiais conspiradores, desde 1954 na Escola de Estado-Maior, entre eles: Ivan de Sousa Mendes, Amerino Raposo, Adolfo Dieguez, Jarbas Passarinho e Vilar de Aquino.

G.S. - O desfecho em 1964 poderia ter sido diferente?

G.R. - Fosse outra a disposição do presidente Goulart, a vontade de resistir, a capacidade mínima de conduzir os acontecimentos. Os chefes, os generais e comandantes de unidades que no Rio constituíam o chamado “dispositivo militar”, não tinham firmes convicções a respeito de suas posições políticas. É verdade que se Jango estava prisioneiro de seu “dispositivo sindical-militar”, caso levasse a efeito uma reação com os radicais de esquerda ficaria prisioneiro do novo dispositivo. Faltava a ele vontade política para superar a crise. O Jango foi vítima, de um lado, da desinformação e dos maus conselheiros, por inapetência e por incompetência. Ao general Assis Brasil, eu não o conheci, faltou o conhecimento antecipado e oportuno. Era uma inteligência no

Exército, mas o que aconteceu com o Jango, 80% foi sua culpa. Erros graves de avaliação da situação e descaso, na condição de chefe do Gabinete Militar e secretário-geral do CSN. Tanto quanto os ministros militares completamente omissos e desinformados.

G.S. - Ou seja, ele não passou ao Jango as informações?

G.R. - Muito pior! Ele não sabia! O Gabinete Militar não sabia de nada. Nada. O Jango alegou muitas vezes que não podia trair aqueles que tinham sempre ficado do lado dele, que eram os sindicatos, o movimento de esquerda. Aquilo tudo era manipulado. Não havia sinceridade e faltava principalmente vontade para comandar uma reação, uma liderança realmente capaz, eficiente. O cabo Anselmo, na Marinha, até hoje não se sabe quem era. Se era um agente duplo... Uma revolução precisa de duas coisas: clima e vontade. Imaginando-se que fosse uma grande ação de esquerda, uma “revolução” do governo, um golpe deles como tudo indicava que fosse, uma coisa de tal gravidade precisaria ter um clima muito evidente e uma vontade, tanto de um como de outro lado, consolidada numa liderança. Quem expressa em última instância a vontade é a liderança. Não havendo isso não há revolução. A tendência sempre é a legalidade, é aceitar a regra do jogo, aceitar uma situação que pode ter lá seus percalços, mas a tendência não é revolução. Os conspiradores são necessários e importantes, mas não fazem uma revolução sozinhos, muito menos podem depois conduzi-la.

M.A. - O senhor tem enfatizado a violência pessoal que foi para o senhor ter que ficar do lado da sua corporação e conseqüentemente contra o governo, que é a quem a corporação devia obediência, não é?

G.R. - Vejam uma situação completamente diferente. Em 1984, na sucessão de Figueiredo. Eu já estava na reserva há mais de três anos. Trabalhava na diretoria de uma pequena empresa de projetos de mineração e engenharia – a Paulo Abib Engenharia – com um modesto escritório em Brasília. Ainda tinha muitas relações com o vice-presidente Aureliano Chaves e com políticos como Marco Maciel, Bornhausen, Severo Gomes, Sarney, Nei Braga e Afonso Camargo, que me procuravam constantemente, dadas as minhas relações com o general Geisel, com quem estava semanalmente no Rio, no escritório da Norquisa. Viajava toda semana para São Paulo e em seguida para o Rio.

Assim participei ativamente dos entendimentos que redundaram na fixação do nome do Tancredo e, principalmente, sua aceitação pelo ex-presidente Geisel. Tudo às claras. Citei esse fato para que comparem. Em 1984 eu já estava na reserva, tratava-se de um problema de natureza política de importância capital, cujo desdobramento visava primordialmente o afastamento definitivo dos militares e de um candidato militar – Medeiros, Andreazza, Costa Cavalcanti ou o próprio Figueiredo reeleito. Assinei inclusive o primeiro documento de fundação da Frente Liberal. Tudo às claras. Sem conspiração. Evidentemente jogo político, mais nada.

M.A. - O Newton Cruz estava num desses grupos dos 11 ou dos sete?

G.R. - Curiosamente, não. Ao contrário, ele de certa forma acompanhava os movimentos desses grupos. Newton era tenente-coronel, junto com Figueiredo, instrutor da Escola de Estado-Maior nos dias da revolução. Foram em seguida os fundadores da Agência-Rio do SNI em um dos andares do antigo Ministério da Fazenda. Seu radicalismo veio aflorar no próprio SNI, particularmente em 1969 e depois.

G.S. - Desses, quais ainda estão vivos, e quais o senhor acha que nós poderíamos entrevistar? Tanto dos 11 quanto dos sete.

G.R. - Os generais ainda vivos estão beirando os 80. Os coronéis, como eu, acima de 70. Não creio que tenham muito interesse em lembrar. Talvez...

G.S. - Aliás, eu vou lhe fazer uma pergunta pessoal: como é que o senhor tem a memória que tem? Eu tenho dez anos menos e já estou perdendo a minha...

G.R. - Memória é sinal de velhice... mas os livros têm muita coisa certa. Isso aí, acho que é porque eu vivi intensamente minha profissão e convivi com muitas pessoas de personalidade marcante, que de certa maneira eram protagonistas da História. Eu tenho cuidado, porque não quero faltar com a verdade. Guardava muitos recortes de jornais e revistas e lia tudo o que era e ainda é publicado a respeito. Essa revolução me marcou demais, e foi uma incisão. Eu vivia aqui no Rio sozinho no QG de Grande-Unidade, o QG era pequeno, mas muito importante e não tinha ninguém pensando como eu, ninguém com quem eu pudesse me abrir. Eu podia até acabar mal lá dentro do

Ministério do Exército. Tomar uma posição contra o governo sem hipocrisias e sem traições, foi um problema muito difícil. Não pelas conseqüências, mas pela certeza moral do acerto de minha decisão.

G.S. - Certamente, para várias pessoas como o senhor foi muito penoso.

G.R. - Muito, muito penoso. Sem querer entrar no problema, mas um governo, se ele não... o caso do Jango. Eu até releio às vezes aquele episódio, aquele comício da Central. Eu estava a cem metros do palanque do Jango, ali em frente à central. Se Jango não tivesse comparecido – e foi dito várias vezes a ele, insistiram com ele, o general Krueel de São Paulo insistiu com ele –, mas ele foi sem reação, compelido pelas circunstâncias. Uma declaração do Jango anticomunista, um chamamento à disciplina e contra a subversão e a indisciplina, que já se instalava nas forças armadas, teria protelado por algum tempo. Alguns comandos fracos e incapazes de reagir à comunicação poderiam ter sido substituídos. Em suma, a incompetência foi muitíssimo maior do que a própria subversão. Prova é que não foram capazes de defender um governo sem dúvida legal, a despeito de questionável quanto a seus propósitos e feição ideológica reconhecidamente de esquerda. Mas governo é governo, só cai se for inteiramente incapaz. A falência do governo de Jango foi sua última linha de defesa, foi o tão decantado “dispositivo militar” do general Assis Brasil.

M.A. - Mas general, no início do governo Castelo Branco a gente tem informações de muitas prisões no Nordeste e de muita violência também, principalmente em Recife. O senhor conhece isso?

G.R. - Sim. Nós fomos lá. Eu fui com o general Geisel. Nessa ocasião as coisas que aconteciam eram mais humilhações do que perversidades e maldades físicas. Fizeram Gregório Bezerra desfilar acorrentado a um jipe. Isso é uma humilhação, uma barbaridade! Houve uma acusação muito grave naquela ocasião na Câmara e no Senado contra o presidente Castelo. O presidente, então, mandou que o general Geisel percorresse todos os lugares em que tivesse acusação. Eu fui com ele. Eu e um coronel do SNI, o Hélio Mendes. Fomos a Fernando de Noronha, falamos com Arrais. Lógico que eles estavam presos, presos num lugar confinado. Mas não havia perversidade,

maldade! Estivemos em São Paulo, em todos esses lugares. Falaram à vontade com o general Geisel. O general depois apresentou seu relato a Castelo.

Mais tarde as informações dele, sem as conhecerem, foram contestadas na imprensa e no Congresso. Ministro do Superior Tribunal Militar, defendeu-se das acusações perante seus pares no STM e no Congresso por intermédio de um senador, oferecendo a versão correta das informações prestadas ao presidente Castelo. Ainda hoje, agora, em pleno Estado de Direito, não somente aqui no Rio, mas no Brasil, no mundo, diariamente a imprensa divulga atos de arbítrio, de violência e de maldade, muitos e muitos permanecendo impunes. Vejam agora num clima revolucionário, de amplitude nacional como foi a Revolução de 1964. Mesquinhas, recalques, vinganças pessoais, toda a miséria humana. Era o preço.

M.A. - Não há dados precisos sobre a repressão no governo Castelo Banco, número de prisões, etc. Já que o senhor foi averiguar in loco o que estava ocorrendo em termos de repressão, poderia nos dizer onde a gente acha informação sobre isso? O senhor tem documentos? O senhor fez relatórios sobre isso?

G.R. - Não. Além disso, essa coleta de dados, números de presos etc, não era objetivo da missão do general Geisel. O objetivo era observar em que condições os presos estavam. Não era saber quantos presos havia. Era apurar a verdadeira extensão de alegados maus tratos a que teriam sido submetidos os presos políticos. O Milton Campos dizia muito bem: “Eu não tenho medo do presidente. Tenho medo do guarda do quartirão”, na adoção de legislação arbitrária e sua compreensão. Mas o grande obstáculo que o presidente Castelo encontrava era a omissão, o conformismo, o comodismo, a tolerância, para não dizer a timidez e até certos pavores e medo de muitos chefes responsáveis de serem tachados de anti-revolucionários. Não reprimiam, não coíbiavam, não enfrentavam as atitudes e comportamentos mais radicais que depunham contra nossas instituições e que desafiavam o próprio presidente. Era, então, ele próprio que tinha de responder às acusações e desafios e determinar as providências e punições quando fosse o caso. Daí a impressão de que o radicalismo tinha uma amplitude muito maior do que tinha na realidade. O processo revolucionário compromete gravemente a hierarquia e a disciplina. A violentação da lei e da ordem, o afrouxamento da disciplina e a conivência à margem da hierarquia, expõem chefes e subordinados a um penoso desgaste de difícil reparação. Os mais afoitos, os mais audazes, os mais ambiciosos, os

mais oportunistas e os mais incompetentes se recusam a voltar às suas antigas e corretas posições e às suas normais e rotineiras atividades. Ganharam outro ritmo, outra dimensão e uma falsa notoriedade revolucionária.

M.A. - E os endurecimentos? Os aparentes retrocessos?

G.R. - Quando se conseguia dar determinado andamento, caminhar um pouco nessa direção, de repente havia uma dessas coisas inopinadas e os radicais se enchiam de razão ou aparentemente se atribuíam razão. Isso aconteceu inúmeras vezes. Aquele livro do Zuenir Ventura mostra o desencontro. Inclusive eles nos conheciam e sabiam o esforço que a gente estava fazendo, mas não nos ajudavam. Ao contrário. Cada destempero desses, nós andávamos para trás. Davam chance para que os radicais, que eram minoria, se adiantassem ou bloqueassem certas pretensões. Assim foi em outubro de 1965 com o AI-2, foi uma violência terrível. Ou o Castelo assinava aquele ato ou caía. O resultado das eleições de 1965, com a vitória da oposição em Minas com o Israel Pinheiro e no Rio com o Negrão, irritaram profundamente a “linha dura”.

M.A. - Mas quem tinha esse poder sobre Castelo?

G.R. - Não havia propriamente um poder sobre Castelo, este que dispunha de um poder consentido, questionável e disputado em consequência de estímulos políticos ambiciosos. Para começar, os políticos que não o ajudaram. Na véspera do ato, o Castelo foi para o palácio da Alvorada e eu fiquei no palácio do Planalto com uma datilógrafa e com o ato institucional na máquina. O ato tinha sido redigido por Neemias Gueiros, jurista, e por Juraci, Cordeiro e outros. Redigiram, foram embora e me deixaram com o rascunho para datilografar. Eu era então assistente-secretário do general Geisel. Castelo enviara um projeto ao Congresso procurando contemporizar a repetição de outra derrota eleitoral, mas os adeptos de ambições presidenciais do Costa e Silva, políticos que apoiavam as modificações para eleições indiretas e outras que atendessem suas ambições, queriam a derrota do projeto do governo. Fiquei em contato com a Câmara e com ele até que o general Cordeiro, que estava no Congresso, informou que não ia passar, tinha sido derrotado. Avisei ao Castelo. No dia seguinte, houve a cerimônia do Ato. A falta total de sensibilidade política da oposição levava a impasses

de enfrentamento do governo com a “linha dura” – inclusive contando com a participação de políticos radicais ditos governistas.

M.A. - O senhor disse que o AI-2 veio por pressão dos próprios políticos?

G.R. - A derrota eleitoral em Minas e no Rio foi extraordinariamente explorada pelos políticos ligados a Lacerda e Magalhães Pinto. A “linha dura” aproveitou os bajuladores dos radicais, também radicais como eles, interesseiros, as “vivandeiras” – como Castelo os denominava, as mulheres que cercavam as tropas de Napoleão, era a alusão pouco lisonjeira, mas muito usada por Castelo.

M.A. - E o Costa e Silva, como reagia?

G.R. - O Costa e Silva, ele próprio não chegava a liderar, mas era dessas figuras que empolgava pela capacidade de ficar à frente dos acontecimentos sem que chegasse necessariamente a provocá-los. Na minha observação, Costa e Silva tinha um notável senso de oportunismo. Sabia buscar o seu lugar numa crise. E não tinha medo. Não tinha tradição no Exército nem mesmo em sua arma, a Infantaria. Foi adido militar na Argentina entre 1945 e 1947⁶, ainda coronel. Como general de divisão, comandou a 2ª Região Militar em São Paulo, durante o primeiro governo Ademar de Barros⁷; general de Exército, comandou o IV Exército, no Nordeste, antecedendo a Castelo. Em 1964 era diretor de Obras e Fortificações, no Rio. Todos os cargos exercidos sem qualquer significado maior. Sem marcar sua passagem profissionalmente na organização militar. Quando foi para o Rio, em 1962, Costa e Silva já estava acomodado, não tinha gosto nem interesse. Era comodista sim. Não era de fazer força, muito menos de se dedicar. Não demonstrava gosto, empenho pelo comando. Contudo, era capaz de se colocar à frente de um acontecimento e empolgar pela iniciativa. Foi meu comandante, assim, na Escola de Moto-Mecanização, em Deodoro, de outubro de 1944 a março de 1945; era tenente coronel. Já em 1965, após o episódio de manobra de Itapeva em São Paulo, com a crise provocada por seu destempero verbal, ele ficou mais contido.

⁶ Costa e Silva foi adido militar junto à embaixada do Brasil em Buenos Aires de janeiro de 1950 a maio de 1952.

⁷ O primeiro governo de Ademar de Barros foi de 1947 a 1951, e Costa e Silva comandou a 2ª Região Militar em São Paulo no ano de 1955.

M.A. - Castelo não tinha condições de reagir? A força militar de Costa e Silva era maior, mais atuante?

G.R. - O Castelo sempre teve excessivo cuidado em não dividir o Exército. Sempre. A própria candidatura do Costa e Silva foi fruto disso. Foi vitoriosa para não dividir o Exército. Se Castelo tivesse empolgado o Exército, seria diferente. Geisel, como não tinha receio de dividir o Exército, não chegou a enfrentar esse problema. Mas nós podíamos ter chegado a uma divisão. Nós somos unidos obedecendo. Ninguém obedece a liderança, a gente só obedece o comandante. Ou é comandante e a gente obedece e não discute, ou é líder, e a gente discute. O Castelo exerceu a presidência da República, mas tinha uma autoridade consentida, tal como os que o seguiram. Ele talvez mais questionado pelo fato de ter sido o primeiro. Senão, não havia esse questionamento como houve. O período era de turbulência. Era um período difícil e sua autoridade era contestada. Havia a legalidade, mas a legitimidade era questionável. Sempre foi assim.

G.S. - Eu li dois livros recentemente a respeito do Costa e Silva. Um, do Carlos Chagas, no qual ele descreve o Costa e Silva como basicamente um prisioneiro da “linha dura”. Ou seja, como alguém que tinha as melhores intenções e que queria no fim do seu mandato uma nova constituição democrática e não aquela dureza do AI-5, etc. Depois eu li o livro do Portela, no qual ele descreve o Costa e Silva como um líder e um líder de direita.

G.R. - O Costa era mais o que o Carlos Chagas disse. O Costa e Silva foi o primeiro aluno da sua turma no Colégio Militar, na frente do Castelo. Depois foi primeiro aluno de infantaria, na frente do Castelo, na Escola Militar. Tudo isso é irrelevante. É preciso que a pessoa tenha depois uma dedicação profissional e um empenho de aperfeiçoamento profissional que justifique isso. Um resultado acadêmico é importante, é interessante e tem valor, mas a nossa profissão está cheia de excelentes alunos que foram péssimos professores, e quanto aos demais desempenhos... Sua candidatura, não digo que chegou a ser imposta, mas foi um trabalho do pessoal da “linha dura” que julgava que podia manipulá-lo. Junte-se a isso a cerimônia de Castelo com Cordeiro, com Juraci, com Roberto Campos. Uma indecisão. Queria o “ótimo”, segundo ele, e não conseguiu nem o bom. Muito escrúpulo “legalista”. Eu dizia: “Castelo queria fazer uma revolução dentro da lei.” Já Geisel, naquela época, queria a lei dentro da revolução.

Geisel ainda tinha o espírito de revolucionário de 1930. Castelo sempre fora legalista. Castelo considerava uma indignidade o presidente ter um candidato “no bolso do colete”. Expressão antiga, pejorativa, mas para o candidato. Mas acontece que o presidente é um chefe político, partidário, e como tal tem de conduzir sua sucessão. Mais ainda num processo revolucionário. O AI-2 e logo em seguida o AI-3 impediram que diversos militares, generais e coronéis, estimulados por políticos – caso de Kruel em São Paulo, em ligação com os deputados da oposição Ulisses Guimarães e Doutel de Andrade – se candidatassem.

M.A. - E o senhor está dizendo que o Ato 3, ao instituir as eleições indiretas, impediu que uma série de generais tomasse esses postos de governo?

G.R. - Já estavam prontos! Eram Kruel em São Paulo, o Justino em Porto Alegre, Murici em Pernambuco e um coronel para cada capital dessas, e por aí afora. Já estavam prontos. Foram impedidos pela exigência moralizadora do domicílio eleitoral, posto que as eleições para governadores seriam indiretas, tudo pelo AI-3 de início de 1966, seguindo o AI-2. O domicílio eleitoral exigido era de 4 anos.

M.A. - Mas estes nomes seriam escolhidos por quem?

G.R. - Por interesse e bajulação dos políticos estaduais e dos respectivos *entourages*. Tanto que houve uma reação grande, e há escritos sobre isso. Comandavam os exércitos e se sentiram preteridos. Quando o Castelo agiu, uma das razões foi essa, justamente. Porque iam se transformar em sátrapas, aqueles generais assírios. Cada um tomava conta de um estado, ia ser isso. Era o Justino no Rio Grande, o Kruel em São Paulo, Murici no Recife, por aí afora. Já tinha prefeito para Recife, já tinha prefeito para Porto Alegre. Agora, uma vergonha, e muitos políticos a favor para pegar as “sobras”. Mas esses não aparecem nunca; apóiam, estimulam...

M.A. - Seriam feitas intervenções em cada estado?

G.R. - Não. Não, aí seriam eleições indiretas, pelas assembleias estaduais.

M.A. - Movidas pelo pessoal mais radical, que queria fazer as suas revoluções...

G.S. - Eles diziam que queriam eleger pessoas amigas, confiáveis...

G.R. - Nem tanto, era mesmo ambição pessoal. Lá no Recife era o Antônio Bandeira, que queria fazer o Murici. E por aí afora. Quer dizer, a satrapia de cada general. Iam dando corda, e juntavam-se os políticos de cada estado. Agora, um aspecto que nunca houve no curso todo da revolução foi o separatismo – podia haver regionalismo, mas sem qualquer espírito separatista. Uma das minhas paixões é a nossa integridade nacional. Quer dizer, houve movimentos de vulto como a Revolução Farroupilha, a Confederação do Equador, a Cabanagem e quantas agitaram o período da Regência e o 2º Império. Nada disso pode existir. Separar até as últimas conseqüências, nunca. Uma coisa maravilhosa no Brasil é a nossa integridade territorial e a nossa integração nacional. São, sem dúvida, os mais fortes e significativos objetivos nacionais permanentes. Estão dentro de nós. De todos nós brasileiros. Julgo oportuno observar que, a despeito da inquestionável aversão dos constituintes de 1988 a tudo aquilo que tivesse alguma e mais remota relação com a Revolução de 1964 e com as próprias forças armadas e, em particular, com a ESG, nos artigos 10 e 30 da Constituição de 1988 constam – nos fundamentos e nos princípios – objetivos nacionais permanentes como preconizados pela ESG. Isso jamais seria conseguido, nem mesmo tentado por nós em 1964 ou mesmo nas reformas constitucionais de 1967 e 1969. Eles estão lá porque são em verdade nacionais e permanentes. Estão eles na alma e no espírito de todos os brasileiros. São inseparáveis do “ser brasileiro”, de sua identidade.

G.S. - Agora, general, a propósito disso, já existe um grupo querendo formar uma república do Sul porque se sentem prejudicados na questão da representação.

G.R. - Não sei se vocês conhecem isto, mas a *Veja* ou a *Isto é* fez uma enquete no Brasil inteiro este ano. Uma enquete no Brasil inteiro, separando por regiões, fazendo um levantamento estatístico de quem queria se separar do Brasil. Então, o Amazonas quer se separar, o Nordeste quer se separar, e o Sul – sem a mais elementar noção geopolítica das nossas origens. Agora, essa questão da representação proporcional ao eleitorado ou à população, ninguém define como pode ser feito de maneira diferente. O que também não é justo é que São Paulo tenha uma bancada de duzentos deputados e lá o Nordeste não tenha, não é? Quer dizer, tem que ser uma coisa equilibrada. Agora, o grave disso, o

grave foi – hoje me arrependo profundamente – ter opinado a favor da extinção dos partidos políticos, muito embora eu não tivesse importância alguma nem peso. Hoje nós teríamos aqueles partidos como tradição, teriam superado a revolução, teriam chegado até agora – UDN, PSD, PTB, mal ou bem já teriam 20 anos. Nós acabamos tudo. Isso por causa de uma utopia do Castelo. O Castelo partiu do seguinte princípio: não há mais ninguém contra a revolução. Todo mundo é a favor da revolução. O Castelo dizia isso. Então, nós vamos ter dois partidos, mas nenhum deles é contra a revolução. Tanto que o pessoal nosso foi para o MDB a pedido do Castelo. Amaral Peixoto e outros foram para o MDB a pedido do Castelo. O Castelo achava que os dois partidos eram da revolução. Isso foi o mal que chegou até hoje. Vira e mexe estão mudando, acabando com os partidos, fazendo outro. Quando o Figueiredo assumiu, na despedida lá do palácio, eu é que falei em nome do presidente, dos ministros. Elogiei a Arena, que nunca tinha faltado ao presidente. A primeira coisa que o Figueiredo fez foi acabar com a Arena para inventar outro partido que está aí, um “partidozinho” que não vale nada, o PDS. Agora, o que acabou, o que se perdeu, e isso era importante, foram as bancadas regionais. As bancadas estaduais e as bancadas regionais. Hoje a gente não ouve falar em bancada de Pernambuco. Alguém ouve falar nisso? Não se ouve. Vejam, agora mesmo discutem as formas e sistemas de governo, mas não há a mínima observação a respeito da organização federativa – sua complexidade e inviabilidade num país com enormes desníveis econômicos e sociais como o Brasil. Nem mesmo os monarquistas levantaram essa tese da organização unitária como era no Império. Federação é cópia deformada da organização americana que, ao contrário de nós, reuniu 13 colônias independentes que voluntariamente se associaram resguardando suas identidades, creio que hoje bem minoradas. Vejam, União para os Estados Unidos e para o Brasil. União para os americanos é a idéia-força da confederação, entre nós é pessoa jurídica de direito público, sem outra conotação coletiva popular. Entre nós, o que expressa nosso sentimento gregário, nosso coletivo, é o Brasil, sua dimensão nacional, sua integridade, nossas fronteiras, sem dúvida pela presença física e contínua de nossos vizinhos e disputas territoriais. A organização unitária efetiva – não o eufemismo de uma federação centralizada – não exclui a representação política dos estados e sua expressão regional. Nordeste tem que procurar seus interesses regionais, e a bancada tem que agir como um todo. Mas é preciso liderança, coordenação, coisa que não existe. Veja bem: O Artigo 149 da Constituição de 1946 criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Era a antiga SPVEA. Bom, bancada do Pará, Amazonas,

Acre. Acho que Acre não tinha não. Amazonas e Pará. Eram oito deputados com mais oito, 16 deputados, de jeito nenhum tinham condições para botar um artigo na Constituição como seria afinal aprovado e votado. Então, o que é que eles fizeram: primeiro foi encomendado um estudo. Imaginaram botar o Maranhão na Amazônia, botar o norte de Goiás, na zona de transição da floresta, e o norte de Mato Grosso. Quer dizer, aumentaram a bancada com o Maranhão, Mato Grosso e Goiás, e com isso conseguiram botar um artigo nas Disposições Transitórias. E aí foi criada a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia. Foi feito um estudo pelo IBGE, pelo Castro Soares. Definiram a Amazônia legal. Meridiano 44 cortando o Maranhão. Pegaram o norte do Mato Grosso, e o paralelo 12 ou paralelo 14 pegou o norte de Goiás, pegou as capitais, que era uma coisa importante para interessar ao Mato Grosso. Então, a bancadazinha pequena do Amazonas conseguiu fazer isso. Agora ficam com problemas de campanário, problemas de coisinha pequena. Os grandes problemas regionais, eles não se unem. Se se unissem, a posição no Congresso seria outra.

G.S. - E o Conselho de Segurança Nacional? Como funcionava?

G.R. - Em primeiro lugar cabe uma colocação. Vez por outra ouve-se: o Conselho votou, o Conselho decidiu, e outras. Completamente sem fundamento. O CSN não é um colegiado. Não há votos, salvo se o presidente abdicando de sua autoridade e competência assim proceder. O certo é que o CSN é um órgão de assessoria superior. Tanto é assim que o texto constitucional diz: “O presidente, ouvido o CSN...” A decisão é unipessoal, de exclusiva competência do presidente. Tal como os referendos dos ministros nos decretos, a responsabilidade do ministro é perante o presidente, mas não é compartilhada com este. E assim em todas as cassações com todos os presidentes. Dizer que o presidente não tomava conhecimento, como alega o general Portela a respeito de sua autoridade em relação ao Costa e Silva, é uma impropriedade, até mesmo uma bobagem. O presidente Geisel, para agilizar e integrar o ministério em suas reuniões criou dois conselhos que funcionaram muito bem: o de Desenvolvimento Econômico e o de Desenvolvimento Social – como se fossem duas amarras do CSN, com reuniões quinzenais. Quando o presidente Sarney assumiu, em 1985, tive oportunidade de conversar com ele sobre aqueles dois Conselhos e sugeri que examinasse as atas: “Presidente, veja as atas dos Conselhos, veja como funcionavam bem durante o governo

Geisel.” Uma notável experiência. Já com o Delfim, ele mandava para os membros do conselho referendar e acabou-se. Morreu ali. Figueiredo também não fazia questão. Aquilo ali era o esclarecimento do presidente. O presidente, quando ouve um ministro, é para ser esclarecido, estimulará o debate, ele quer ver as contradições, os argumentos, quer participação. Isso é que é um conselho. Agora, depois a decisão é dele. Funcionava muito bem. Não tinham nada a ver com o CSN e nem o Golberi nem o Hugo participavam deles. Quando o general Hugo Abreu era secretário-geral do CSN, 1974/1977, foram cassados: deputado Francisco Pinto, pela Lei de Segurança Nacional, em 1974; deputado Alencar Furtado, por pressão do Frota, em junho de 1977; os deputados estaduais Marcelo Gato e Nelson Fabiano, em janeiro de 1976; e mais três deputados federais, entre eles Lisâneas Maciel. Aqueles conselhos foram extintos. Foram alijados sem que fossem avaliados e experimentados na sua capacidade de funcionamento. Outra coisa foi a Secretaria do Conselho. Eu fui secretário geral do Conselho de Segurança. Um órgão formidável, competente, oficiais altamente qualificados e civis. Era para assessorar o presidente, e funcionava muito bem. O SNI, não. O SNI exorbitou, distorceu, passou a operar, e aí já é outra coisa. Mas seus oficiais também eram da melhor qualificação profissional. Muitos atingiram o generalato sem qualquer favor. Eram sem dúvida muito bons.

G.S. - General, a respeito do Conselho de Segurança Nacional, eu estava vendo alguns dados no livro do Portela sobre cassações no governo Costa e Silva. Ele levava 76 projetos, 76 projetos eram aprovados. Levava 54 projetos, 54 projetos eram aprovados. Então, a idéia que o leitor tem é que durante a administração de Costa e Silva, o que ele, Portela, levasse, estava decidido.

G.R. - O que eu posso dizer é o seguinte: com o presidente Castelo, quando ia um processo, ou pela Secretaria do Conselho ou pelos ministérios, passava lá pelo Conselho. Nesse tempo eu era assistente do general Geisel. Feito o processo e o presidente aprovando, íamos levá-lo aos ministros para o referendo. Eu e outros oficiais íamos à casa de cada um deles levando o processo para eles referendarem antes do presidente assinar. Era assim. Não era como consta no livro do Portela, pelo menos conosco. Depois o Passarinho também em certa ocasião diz isso. Eu me lembro que o Bulhões só assinava depois que eu dizia que o Roberto Campos tinha assinado. Queria saber se o Roberto já tinha assinado. A cassação do Juscelino, o Juarez não assinou. Foi

o único que não referendou aquela cassação. Pediu-me que informasse ao presidente Castelo que ele concordava com o ato, todavia julgava-se moralmente impedido de assinar porque havia competido com o Juscelino na eleição, tendo sido derrotado por ele. Mas vejam, a cassação era ato eminentemente político. Não era um procedimento jurídico formal, embora com o respaldo legal do processo revolucionário – os atos institucionais. E estavam excluídos de apreciação judiciária. Com tudo isso, havia, porém, e principalmente, a inarredável e exclusiva responsabilidade do presidente da República. Se o Portela afirma que o Costa e Silva não participava, nem por isso era menos responsável.

M.A. - E a criação do SNI? O senhor falou que ainda estava engatinhando. Quais eram as funções do SNI? O senhor participou de alguma conversa com o general Castelo Branco sobre esse assunto?

G.R. - Um pouco. O SNI foi inspirado no serviço de informações que vinha sendo estudado pela ESG com base na experiência americana de seu congênere, o National War College, e talvez na de outros países. No governo de Juscelino havia na Secretaria do Conselho uma divisão chamada SFICI – Serviço Federal de Informações e Contra-Informações – que foi, digamos, o germe do SNI. Depois saiu e se transformou no Serviço Federal de Informações. No governo de Juscelino era chefe desse serviço um coronel que chegou a general-de-exército e a ministro do EMFA, Humberto de Sousa Melo. E serviam nessa ocasião no SFICI o tenente-coronel Geraldo Knaack e Mário de Sousa Pinto, entre outros. Em 1957 ou 1958 os dois foram à Inglaterra, que enfrentava um problema na África de uma guerrilha chamada Mau-Mau, no Quênia. E os ingleses, naquele requinte, inventaram uma série de tipos de tortura que não deixava marcas no torturado, para tirar informações dos guerrilheiros aprisionados. Esses dois foram para a Inglaterra aprender esta técnica de tortura durante o governo de Juscelino. Evidentemente isso não foi divulgado e não seria o caso. Mas apenas para mostrar que o comprometimento com certas práticas é mais generalizado do que infelizmente se pensa.

M.A. - A mando de quem?

G.R. - A mando do presidente; no mínimo com seu conhecimento e do chefe do gabinete, que era o Néelson de Melo. Então, isso aí não é novo, não é novidade. O caso é que não foram por conta própria. Apenas para mostrar que isso aí tem um passado. O SNI, como órgão de informações, nasceu do SFICI. O Figueiredo foi o primeiro chefe depois da revolução, antes do SNI tomar pé. O Figueiredo era tenente-coronel e foi o primeiro chefe da agência do SNI no Rio – essa que saiu ali de cima da Casa da Borracha, na Uruguaiana, esquina com Presidente Vargas. A Secretaria do Conselho era ali em cima. Depois a agência-Rio do SNI foi instalada em um dos últimos andares do Ministério da Fazenda, na Avenida Antonio Carlos, no centro do Rio.

G.S. - Originalmente o SNI foi concebido como uma instituição de informação e contra-informação. Depois se meteu em operações para obter as informações, estou certo?

G.R. - É. Aí é que foi o grave erro. No meu entender, houve duas etapas importantes que comprometeram o SNI. A primeira foi quando os órgãos das forças armadas começaram as operações de informações. Aí então entrou o vale tudo. Porque é o dilema. O agente da lei não pode violar a lei, e o grave comprometimento da operação de informação é que ela só pode ser feita violando a lei. Então ele fica impune. E, quando o sujeito incorpora essa impunidade, ele pode fazer tudo, porque não acontece nada com ele. Não se consegue montar uma operação de informação de escuta, de arrombamento, sem violar a lei. Dizia-se: “Ah, senão não se obtém informação.” É o dilema da guerra suja, não é? Se o sujeito quiser combater determinado tipo de guerra nos padrões de cavalheirismo, perde a guerra. Mas é a tal história. Eu prefiro perder a guerra. Outros acham que se tem que fazer essa guerra. Eu não faço. Pessoalmente, não faço. A outra, foi quando as forças armadas aceitaram a subordinação de seus serviços específicos de informações, inclusive as informações militares, ao Sistema Nacional de Informações.

G.S. - Quando foi que o SNI saiu de uma função estritamente de informação e contra-informação para entrar em operações?

G.R. - Isso talvez tenha começado com Médici, em 69, com o agravamento da subversão.

G.S. - Uma coisa que a gente gostaria de ter idéia a respeito do SNI, mas não tem, é de que números a gente está falando. Tem gente que fala que em determinado momento o pessoal permanente do SNI espalhado por todo o Brasil seria ordem de 20 mil. Será isso mesmo?

G.R. - Não, acho que não tinha 20 mil. Agora, o problema do SNI é que tinha o pessoal tipo permanente, mas tinha também o pessoal que trabalhava para o SNI. Tinha as polícias militares. É realmente difícil saber o efetivo que participava, mesmo diretamente, do sistema – agentes, informantes, pessoal infiltrado nas instituições, na rede bancária, no serviço público e assim por diante.

G.S. - A grande preocupação que eu tenho aqui com algumas das coisas que nós estamos vendo é a seguinte: dentro da minha concepção, a questão da *chain of command* é muito importante, mas em algum momento essa hierarquia se rompeu, no sentido de que alguns órgãos estavam funcionando com autonomia. Como exemplo, o senhor mencionou o DOI, o caso da traição ao general Ednardo, ou seja, levar adiante um procedimento sem seu conhecimento, sem mantê-lo informado. Deixando que fosse surpreendido.

G.R. - O DOI, Destacamento de Operações de Informações⁸, era subordinado, em termos, à 2ª Seção – Informações – clássica em todo estado-maior de grandes unidades – brigadas, divisões e exércitos – e nos grandes comandos – regiões militares. Já os CODIs, Centros de Operações de Defesa Interna, eram organizações informais, combinadas com a participação de membros das três forças em presença nas áreas – Exército, Marinha e Aeronáutica – para o planejamento e a eventual coordenação do emprego dos meios de cada uma delas conforme o efetivo disponível e a área sensível – área portuária, aeroportos, instalações industriais, distúrbios de rua, etc. Emprego sempre delicado face à não subordinação de um comandante de uma força a outro de outra força. É o conhecido caso das denominadas guarnições, ou seja, unidades até da mesma força sediadas na mesma cidade. O oficial graduado ou mais antigo é o comandante da guarnição, mas nem sempre é o comandante da unidade operacional. Pode acontecer que seja ele o chefe de uma organização burocrática ou de logística, mas

⁸ A sigla DOI significa Departamento de Operações Internas.

cabe a ele exercer o comando da guarnição, receber a correspondência e empregar os meios – a tropa – quando necessário, atribuindo missões ao comandante combatente, no efetivo comando desta. É realmente muito complexo. E em se tratando de comandos e meios de forças diferentes, como é o caso do CODI, aí então fica mais complexo ainda. Em 1962/1963, no Recife, o general Castelo, o almirante comandante do Distrito Naval e o brigadeiro comandante da Zona Aérea assinaram uma espécie de protocolo “diplomático” para assegurar o bom relacionamento dos três. Não havia ainda CODI naquela época. Eram três comandantes de área, cada um com a sua força. Agora, o DOI, que era operação de informação, o comandante tinha que assumir. É o tal comprometimento do agente da lei. Então, se há intenção de violar a lei para se obter ***** uma informação, quanto menos pessoas se comprometam com isso melhor. Aí começam: “Não vamos comprometer o comandante”. Talvez até exagerando, eu esteja atribuindo um aspecto de lealdade: “Não vamos falar com o comandante que nós vamos fazer uma coisa ilegal, mas vamos obter essa informação”. A impunidade é uma coisa terrível. Pior ainda quando agravada por uma espécie de consenso: o mal necessário. Depois torna-se um hábito, a consciência vai embotando, não reage, talvez afinal julgue correto.

M.A. - Mas o DOI não era ligado ao Exército?

G.R. - Era. Mas aí é que está. Na hora de operar, ele tinha que operar de maneira quase sempre ilegal. Como é que ele vai entrar num apartamento com chave falsificada, arrombar cofre, grampear telefone e fazer uma série de atividades ilegais? Quem é que vai pegar e dar ordem por escrito para fazer isso? Ninguém! Não é verdade? Então, aí fica um comprometimento todo pessoal, e no fim aparece a informação: “Fulano de tal, às tantas horas...” Aliás, talvez muitos não saibam, “dragão”, que era a sigla que chamava a escuta telefônica, é uma obsessão do Figueiredo pelos Dragões da Independência. O sítio dele se chamava Dragão, e quando ele começou no SNI com escuta telefônica botou o codinome da escuta de “dragão”. Um “dragão” era escuta telefônica.

G.S. - Como é que era essa ligação do DOI-CODI e do SNI? Em algum momento o senhor mencionou que o Ednardo não sabia. Então, entre o Ednardo e o que acontecia nas operações conjuntas, o que acontecia no DOI-CODI, alguém estava parando o fluxo

de informações que deveria ser uma obrigação desse oficial subalterno para com o comandante do II Exército, Ednardo. Mas isso estava acontecendo no Rio também, e nos diferentes estados.

G.R. - É, porque o processo revolucionário e a autoridade decorrente desse processo, por mais legitimidade que procure – caso do Médici, veja-se, por exemplo, que fez questão que o Congresso fosse convocado novamente, estava em recesso, para sancionar o nome dele –, por mais que esse aparato de legalidade seja buscado, ela é sempre uma autoridade consentida. A autoridade do Castelo era uma autoridade consentida; a do Costa e Silva, do Geisel, do Médici, todas. Mas vejam, o nível dos DOIs era modesto, um simples destacamento. Depois, embora ampliando suas dimensões e principalmente sua competência, ou melhor, seu campo de atuação, manteve a mesma nomenclatura DOI.

M.A. - O senhor acha que o SNI tomou conta do CIE?

G.R. - É verdade, total. Era um Sistema Nacional de Informação. Tomou conta de fato e de direito, nos termos em que o Sistema Nacional foi criado e passou a centralizar todas as informações e, mais grave, a conduzir as operações de informação sem assumir as responsabilidades das mesmas.

G.S. - Não foi o Pires que tentou depois parar isso dizendo que os oficiais do Exército só poderiam ficar quatro anos fora do Exército?

G.R. - Foi o Valter Pires. Mas aí não dava mais, porque o sujeito começava a fazer carreira dentro do serviço e não saía. Mas a essa altura os órgãos de informações já se achavam por demais comprometidos e o desgaste que produziam no Exército era muito grande e evidente.

G.S. - Então a lealdade dele virava lealdade com o serviço?

G.R. - Era. Eu tive muita encrenca com eles. Quando eu estava na Bahia, tive muitas. Não aceitava o desdobramento do canal de comando pelo fluxo de informações de um canal paralelo, como muitos se conformavam.

M.A. - Houve então um processo de centralização dentro do SNI?

G.R. - Sim. A informação era toda centralizada. Fruto muito do conformismo, acomodação, falta de espírito militar e coragem. A informação é um componente indispensável para a decisão. Cabe ao comandante e é de sua inteira responsabilidade.

M.A. - Por exemplo, o Cenimar sabia o que o CIE fazia?

G.R. - Dependendo do caso. Porque os órgãos de baixo recebiam um pedido de busca. Aquele pedido era devolvido a quem pedia. Mas às vezes acontecia que aquele pedido de busca era feito a várias pessoas e órgãos. Marinha, polícia, etc. Todo mundo respondia. Na verdade se produzia mais papel que informação. Era aquele negócio do “ao, ao, ao...”. Nós no comando também tínhamos que fazer um Relatório Periódico de Informações. Veja, o meu E-2, que era o oficial de informações do meu quartel-general na Bahia, se entendia com o E-2 do IV Exército e com o CIE – um canal paralelo. E encontrei esse procedimento, à revelia do comandante da região. Ora, a informação de um escalão é produzida para o comandante, é um componente do processo decisório. Cabe a ele decidir da conveniência e da oportunidade de remeter aquela informação para os escalões superiores e subordinados, quando for o caso. O ato de informar acarreta uma inarredável parcela de responsabilidade quanto aos graus de confiabilidade da fonte e credibilidade da informação. O comandante é parte do sistema e não apenas um mero “cliente privilegiado”, como doutrinava a Escola Nacional de Informações a seus alunos. Não é um simples usuário.

M.A. - E o CODI?

G.R. - O CODI não existia. O CODI só se reunia quando era convocado. O CODI era o almirante, o general e o brigadeiro. Então, faziam um plano de defesa interna e não se reuniam mais. Era só o DOI que atuava. Mas houve uma associação, não sei se proposital. Eu disse uma ocasião que a primeira deformação foi a operação de informação. A segunda foi o envolvimento das informações militares como o SNI. Tudo isso começou no fim do governo Castelo. O marechal Ademar era ministro e eu estava no Gabinete Militar. Eu era sub-chefe do Exército. Estava já acabando o governo e

chegou uma proposta criando um CIE - Centro de Informações do Exército – junto ao gabinete do ministro. Bom, mas os argumentos eram os piores possíveis, o coronel que propôs isso já morreu. Havia inclusive argumentos completamente esdrúxulos. Porque a informação do mais alto nível no Exército é a 2ª Seção do estado-maior do Exército, que tinha então duas subseções: uma de segurança interna e outra de segurança externa. Aquilo é que o chefe do estado-maior levava para o ministro. Como todo órgão da alta administração, o gabinete contava também com uma seção para tratar de assuntos sigilosos. Mas a informação institucional é a 2ª Seção do estado-maior do Exército. Assim veio essa proposta criando o CIE e um dos argumentos era completamente idiota. Era que, em geral, na política, o estado-maior ficava numa posição e o gabinete do ministro ficava em outra posição política. Isso era um atentado. Alegar isso aí não tem sentido nenhum. Então eu fiz um arrazoado. A proposta era um negócio lembrando o Cenimar da Marinha. A Marinha considerava uma grande vantagem que nem o comandante do navio soubesse quem era o agente do Cenimar dentro de seu navio. Era um negócio completamente deformado. Alegavam eles que era “inspirado” em modelo inglês. Mas a mim me parece que os anticomunistas mais radicais foram justamente buscar o modelo do “comissário político” soviético, ou até mesmo do nazi-fascismo. Afinal, os extremos se tocam.

G.S. - Isso é típico da União Soviética.

G.R. - Pois é. Entre os meus argumentos, um era esse. Era o que se condenava. Fiz um arrazoado e mostrei ao general Geisel que disse: “Leva ao presidente”. Eu levei ao presidente, que comentou. “Mas o Ademar manda isso?” Ele não queria magoar o Ademar e disse: “Guarda com você. Não devolve, não”. Já estava para acabar o governo. Aí guardamos. Veio o Costa e Silva e o Lira foi ministro do Exército. A primeira coisa que fizeram foi criar o CIE. Ah, e nesse estudo, o chefe do estado-maior do Exército, que era o Orlando Geisel, era contra também. Tinha que ser contra. Mas acabaram criando. A jornalista Ana Lagoa, em livro muito interessante – *SNI – Como nasceu e como funciona*⁹ – atribui ao presidente Geisel a permissão para criar o CEIEx-CIE. Incorreto. O CIE foi criado em 1967 com o ministro Lira Tavares. Em 1969, com a posse de Médici e o general Orlando Geisel no Ministério do Exército, o CIE passou a

⁹ LAGÔA, Ana. *SNI – Como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

exercer atividade cada vez maior sob a chefia do então coronel Milton Tavares de Sousa, com o coronel Adir Fiúza de Castro, e os tenentes-coronéis Etchegoyen, dois irmãos, e outros radicais de mesma disposição. O general Alcides Etchegoyen foi meu comandante quando eu era capitão. Um grande chefe, generoso, um líder muito diferente de seus filhos. E desde tenente fora revolucionário de 1922.

G.S. - E o general Cordeiro? E sua relação com Castelo?

G.R. - De 1938 a 1943, Cordeiro foi interventor no Rio Grande do Sul, depois foi para a guerra. Em 1949, a ESG, e de 1955 a 1958, governador de Pernambuco. Salvo na guerra, não conheço maiores ligações de Castelo com Cordeiro. Na guerra da Itália, Castelo era tenente-coronel e o Cordeiro era general-de-brigada, comandante da artilharia. A carta em que o Castelo agradece o serviço, quando o Cordeiro saía do ministério, ele leu pessoalmente na frente de todo mundo, foi uma coisa comovente! Ele leu a despedida do Cordeiro e fez uma referência a essa dívida de guerra. Então, Cordeiro achava que ele, participando como participou, com trânsito junto aos políticos do Nordeste, principalmente Pernambuco, e do Sul – era político por vocação, gostava de atuar no Congresso – e com o Castelo presidente da República, o Cordeiro achava que era a oportunidade dele. 23 anos de general. Cordeiro foi general da ativa por 23 anos. Foi promovido a general com 40 anos pelo Getúlio. Então, quando Castelo comunicou a ele, lá em Brasília, que tinha se inclinado pelo Costa e Silva... Mas naquela hora não dava mais, qualquer um via que não dava mais, muito menos para o Cordeiro. Não dava mais. Tinha uma sala que era o gabinete do general Geisel, no 4º andar, e tinha uma sala grande que era a sala de espera, e tinha um grupo no sofá, e o Cordeiro sentou na poltrona e eu no sofá. Eu era tenente-coronel. Ele triste, dizia: “Eu sei que o Exército pensa assim de mim. Vocês me consideram um político que só fiz me aproveitar do Exército.” Muito amargurado. Procurei mostrar as limitações de Castelo, que ele conhecia muito melhor do que eu... e conhecia os políticos...

G.S. - A neta do Cordeiro, o neto do Lott, a filha do Moraes. Vários parentes de militares foram presos ou maltratados e não havia jeito. Pelos canais competentes não se chegava lá.

G.R. - Não chegava. Por isso, vê-se essa limitação do poder. Esse alcance do poder é muito limitado. O pessoal está lá. Manda, faz, acontece... não cumprem. Na terceira transmissão já não cumprem. Na quarta distorcem. Na quinta modificam. Tanto que é um princípio nosso que tem que acompanhar até a execução, senão a ordem é distorcida. Não é cumprida. Quando se apertou lá em São Paulo o problema da tortura e da prisão etc., viu-se que prendiam, mas traziam aqui para o Rio. Quando entravam com mandado de segurança em São Paulo, não estava lá, estava aqui. Mudavam de prisão. Em abril de 1965 o Supremo Tribunal Federal concedeu hábeas corpus ao ex-governador Arrais, que se achava preso em Recife. Foi concedido por unanimidade.

G.S. - Agora, se traziam de lá para cá e de cá para lá, é porque havia uma conexão muito grande, não é? O DOI e o CODI trabalhavam juntos?

G.R. - Ainda não existia nem DOI-CODI. Foram os radicais e arbitrários encarregados do IPM, coronéis Ferdinando e Martineli, com a complacência dos comandantes dos exércitos no Rio de Janeiro e em Pernambuco. Grave omissão e tolerância, com a mudança de Arrais para o Rio, impedindo o cumprimento da decisão judicial sob a alegação de que estava o réu respondendo a outra acusação e assim continuaria preso. Costa e Silva estava nos Estados Unidos. A violência foi terrível, uma verdadeira coação levada a efeito pelos encarregados dos IPMs, e a omissão, senão a conivência, das autoridades superiores lá no Recife e aqui no Rio. E provocou gravíssimo incidente entre o governo federal, o presidente, e o presidente do Supremo, ministro Ribeiro da Costa.

G.S. - Quer dizer, o DOI não devia obediência aos comandantes? Às 2^{as} Seções? Na Bahia, com o senhor, como funcionava?

G.R. - Veja bem, tínhamos de remeter mensalmente um Relatório Periódico de Informações, que era um calhamaço de informações feito em papel jornal para não gastar dinheiro. Havia uma faculdade de dança, por exemplo, na Universidade da Bahia que vivia em greve. Isso rendia páginas e páginas, como se todos os alunos fossem comunistas. Eu pegava aquilo com calma. Meu nome ia naquilo, no Relatório Periódico, embora o autor oficial fosse o coronel. Ele insistia comigo: “General, estão cobrando o Relatório Periódico.” Eu dizia: “Estou lendo.” “Mas estão cobrando!” Então eu dizia:

“Edson, eles não podem cobrar isso de vocês, eles tem que cobrar isso de mim, que sou o comandante, sou o responsável por tudo o que é feito ou deixa de ser feito aqui.” Aí o Edson disse: “Na Escola de Informações me ensinaram que o comandante é um cliente privilegiado.” Aí argumentei: “Há um engano, ensinaram errado. Eu não sou cliente. A informação que você produz é para mim, e sou eu que informo para cima. Sou eu que informo. Se eu fechar isto aqui, não há informação. Não é você que informa. Sou eu quem informa. E você produz a informação para mim. Não sou cliente privilegiado. Eu faço parte da cadeia de informações porque eu sou o comandante!” Veja então a deformação a que chegou isso!

G.S. - Eles queriam uma cadeia de informações paralela à cadeia de autoridade?

G.R. - Mas isso era a doutrina da Escola de Informações. Então falei: “Você diz, Edson, que você tem um comandante maluco, que guardou o relatório e não vai mandar tão cedo. Diz isso. Porque não vou te entregar esse relatório agora, nem amanhã, nem depois. Pode dizer que teu comandante está maluco e não quer te dar o relatório.” Eu tive muito atrito pela deformação a que isso chegou. Chegou a um ponto que o negócio ficou azedo mesmo e apareceu pichado – eu tenho essa fotografia – lá num muro do Shopping Center Iguatemi o seguinte: “Arrais, Moraes Rego e Prestes são nossos amigos.” Isso armado pelo PCR, aquele PC revolucionário, com foice e martelo. Fiquei então certo de que estava incomodando. Isso na frente da Vila Militar. Um oficial comentou que os meninos estavam perguntando se o general era comunista. Meninos e jovens filhos dos oficiais que ali moravam e suas famílias. Naquela época ainda não estava em moda a pichação gratuita, considerada por muitos até “artística”. Tal procedimento, evidentemente, não me atingia; o atingido era o Exército. Mas se esperavam alguma reação minha ficaram frustrados. Mas é um exemplo, em primeiro lugar, da covardia do anonimato; em segundo lugar, se não foi a mando, da total falta de controle dos executantes das ações. Perguntei a meus oficiais a quem atribuir as pichações. Os comunistas não iam fazer porque era pior para eles. O oficial disse: “Se o senhor fosse amigo deles eles não iam denunciar, porque era contraproducente para eles”. Perguntei: “Você acha que foi o pessoal do CIE e SNI daqui?” “Não, não foi”. “Será que foram daí da Vila?” “Não”. “Então, foi alguém de fora, mas foi alguém nosso, alguém que aparentemente estava do nosso lado”. Sem dúvida, o meu comportamento não estava agradando à comunidade e muito provavelmente os autores

tenham sido orientados pelo DOI do Recife, ou até mesmo pela Agência Central do SNI em Brasília ou o CIE.

M.A. - O senhor conseguiu apurar quem fez isso?

G.R. - Não. Não me interessa. Mas serve para ver a que ponto aquilo chegou. Procurar desmoralizar e comprometer um general comandante no exercício de sua função. Não tenho dúvida porém de que o comandante do IV Exército sabia e não me interpelou.

M.A. - Mas o seu serviço de informações não dava conta de apurar isso?

G.R. - Não, não dava. Então, quando a gente entra nessa trama, quando a cadeia de comando fica comprometida, aí fica uma coisa muito difícil, porque as vulnerabilidades são muito grandes. Isso tudo é baseado na lealdade, lealdade em todos os sentidos. De cima para baixo e de baixo para cima. Quando não há mais lealdade, em quem a gente vai confiar? Fica difícil. Nem mesmo encaminhei as fotografias para os escalões superiores. Se queriam intimidar-me não conseguiram. A parede do shopping guardou a lembrança da indignidade.

M.A. - Isso deve ter sido uma experiência traumática para os militares.

G.R. - Até foi. Foi um tributo enorme. O que nós pagamos – e isso ninguém considera – de amizades rompidas, de camaradagem perdida, isso ninguém repõe. Essa revolução nos custou muito, mas muito mesmo. Os radicais, que inicialmente ficaram conosco, por sua intransigência, arbitrariedade e, afinal, por declarada incompatibilidade e tentativas de confronto com os governos, levaram à ampliação cada vez maior das atitudes liberais que buscavam a normalidade democrática. Por seu turno, os ressentidos – sem chegar a um compromisso ideológico, no exercício de comando, cargos e funções importantes no chamado “dispositivo militar” do governo Goulart – foram omissos, coniventes pela passividade de suas atitudes e pela incapacidade de contenção da indisciplina e da subversão nos quartéis. Afinal, os velhos camaradas e amigos antigos atingidos pelas cassações e transferências para a reserva, com mágoas insanáveis. O episódio do famoso comício da Central, em março de 1964, provocou uma situação de enorme constrangimento com um antigo instrutor meu. Éramos ambos coronéis, eu ainda

tenente-coronel. Por acaso ficara sabendo que uma de nossas unidades blindadas faria a segurança do comício, com a anuência de seu comandante mas sem que o general comandante da Divisão Blindada, a quem a unidade estava subordinada, tivesse conhecimento. Para legalizar o emprego que implicava em eventual risco face a um tumulto generalizado – com agressões à tropa e um revide ou resposta de conseqüências imprevisíveis – oficieei, em nome do general e com o conhecimento deste, ao comandante da unidade determinando que ficasse à disposição do comando do I Exército a partir da oportunidade desejada. Assim, a ordem era legal e as responsabilidades da DB e do I Exército definidas. Quando o comandante recebeu por escrito a ordem que tinha sido verbalmente dada pelo I Exército, assustou-se vendo que eu impedira a ultrapassagem de meu comandante. “Mas o Moraes Rego não devia saber disso”... O caso é que, sem dúvida, o escalão superior podia levar e empregar todas as unidades, até tudo, mas tinha que ficar escrito para salvaguardar a responsabilidade do meu comandante. As coisas eram feitas assim... Esse caso não deu em nada, mas tudo isso custou muito caro para a gente. Passados quase 30 anos, nos encontramos e serenamente evocamos aqueles episódios, sem mágoas.

G.S. - Como era a relação com os civis? Verificou-se na época uma hostilidade em relação às forças armadas. Não se entendia como as forças armadas, que eram as guardiãs da ordem, permitiam que certas barbaridades acontecessem.

G.R. - Óbvio, ninguém entendia. Só se podia impedir isso se se tivesse bastante força. O próprio presidente Geisel tinha uma autoridade consentida, e ele mesmo reconheceu a existência de bolsões sinceros, mas radicais – foi a expressão que ele usou certa ocasião. Ele tinha limitações. Veja o Castelo, ter que cassar colegas de mais de 40 anos! O general Jair foi seu colega de turma, serviram juntos como aspirantes em Belo Horizonte. 40 anos amigos. O ministro da Marinha, Sílvio Mota, tinha sido colega do Castelo na ESG. No início do governo Castelo nós íamos até três vezes a Brasília, porque parte do governo ainda estava no Rio. Castelo mandou ligar para a casa do comandante Borba, meu colega de Colégio Militar, assistente do Sílvio Mota que já tinha deixado o ministério. Castelo estava com o decreto para cassar o Sílvio Mota. Liguei para o Borba e Castelo falou com ele: “Diga ao Almirante Mota que estou assinando a sua cassação e não quero que ele saiba pelos jornais.”

M.A. - Que ideal maior fazia as pessoas agirem assim? Era o medo do comunismo?

G.R. - O grande erro, no meu entender... O Castelo tinha razão quando ficava decepcionado com a falta de espírito militar. O pessoal civil era também muito aproveitador. Porque não eram os melhores do Exército que estavam apoiando Jango. O governo Jango era fraco. Era um governo fraco. O problema político não era tão grave assim. Agora, o Congresso foi muito responsável, muito. A grande falha, que desencadeou o processo e que colocou a instituição militar mobilizada, foi quando o Jango mexeu com os sargentos. Tanto que naquela noite nós procuramos evitar aquilo – eu não fui, porque não procurei o Castelo naquele início da revolução. Mas tentou-se impedir que os sargentos saíssem do quartel. Foram consultar o Castelo. Podíamos tentar uma prontidão para impedir que os sargentos saíssem do quartel, na vila podia se fazer alguma coisa nesse sentido, para impedir aquela reunião no Automóvel Club. Aí o Castelo disse: “Isso será a gota d'água. A imagem que os civis vão ter dessa reunião vai ser a gota d'água. A opinião pública vai ver o risco que está correndo.” Como de fato foi. Aí nós fomos mais para preservar a instituição; naquele instante, pelo menos, nossa união foi para preservar a instituição. Foi o que tirou a força também dos melhores e mais importantes comandos, que estavam todos com Jango.

M.A. - Mas mudaram de opinião rápido, não?

G.R. - Porque tinham que mobilizar e defender a instituição. Aí, talvez, num juízo um pouco temerário, houve também um pouco de carreirismo. Porque a maneira como escolhiam os comandos no Rio era por pretensa lealdade pessoal. Não era nem lealdade política; era muito pouco profissional, sem a convicção que era indispensável naquelas circunstâncias. Não havia um espírito militar disposto às últimas conseqüências pela lei. O general Castelo atribuía o fato de não ter havido um confronto à falta do espírito militar.

G.S. - General, eu listei, na bibliografia existente, 20 explicações diferentes para o movimento de 1964. O senhor enfatiza uma delas, a quebra da hierarquia.

G.R. - Não há dúvida. O movimento dos sargentos em Brasília, em 1963, foi muito desmoralizante, porque prenderam os oficiais da FAB sem resistência nenhuma. Isso

não pode acontecer, quer dizer, a falta de espírito militar... Não pode acontecer uma coisa dessas. Houve um episódio na Semana Santa, nós estávamos de prontidão e veio uma ordem do I Exército, a quem nós éramos subordinados, para a Divisão Blindada mandar um reforço porque tinha havido um tumulto de marinheiros, fuzileiros e operários, no Arsenal de Marinha, na Ilha das Cobras. Eu era oficial de operações, e o general Luna Pedrosa me chamou e me mandou destacar uma força pequena para ir lá: cinco carros de combate comandados por um tenente e dois caminhões com tropas. Dada a delicadeza da situação, disse ao general que iria pessoalmente dirigir a operação. Situações de intervenção de uma das forças na área e, principalmente, com risco de eventual confronto com elementos de outra força – no caso Marinha – exige extrema cautela e equilíbrio em busca de um entendimento. Chegamos ao Ministério da Marinha, ali na Praça Quinze. Havia um pequeno grupo de oficiais em uniforme cinza armados de pistolas e muito agitados. Os marinheiros e operários tinham vindo num tumulto com a bandeira brasileira. Não vinham armados, nem dispostos a lutar. Era pura baderna, tumulto desordenado. Haviam atravessado a ponte que liga a Ilha das Cobras ao cais e iam tomar conta do Ministério da Marinha. Aí houve reação dos oficiais, só de oficiais, e eles voltaram. Foi melancólico. Não houve espírito militar. Se vai fazer uma ação militar tem que fazer militarmente. Não é bater panela. Então refluíram. Cheguei lá, perguntei qual era o oficial mais graduado da Marinha que estava presente. Era o comandante Branco, que hoje é ministro do Superior Tribunal. Ele me explicou o que estava havendo: “Você tem que ir lá”. Eu disse: “Comandante, se eu atravessar aquela ponte eu não vou voltar. Vou em frente. Agora, não vai ser bom nem para a Marinha, nem para o Exército. Se uma força do Exército entrar numa unidade naval e se acontecer alguma coisa, pior ainda, o futuro nosso não vai ser bom. A Marinha não vai perdoar e não vai ser bom”. Aí ficamos discutindo e ele me levou para falar com o almirante Sampaio, que era o comandante do distrito naval. Eu disse: “Vamos trazer uma força de fuzileiros, uma força da Marinha para ir lá.” Ele falou que os fuzileiros não podiam atravessar a ponte – só tinha uma ponte pequena, antiga, ligando a Ilha do Governador ao continente: “Porque tem uma unidade de vocês lá que não deixa ninguém passar.” Eu disse que falaria com o comandante dessa unidade e falei com ele. Veio então uma tropa de fuzileiros comandada pelo comandante fuzileiro naval Roberval Pizarro, demorou uma meia hora, eu disse: “Vai lá no Arsenal. Nós ficamos aqui em condições de reforçar sua ação se for o caso.” Mas a ação principal era da Marinha. Evitou-se, assim um tremendo mal-estar de graves conseqüências. Pior seria

se houvesse reação, depois ia ser uma coisa complicadíssima. Se uma força do Exército entrasse no Arsenal de Marinha, até o pessoal da Marinha ia ficar contra nós, depois de vencido o episódio e superado o ato que havia provocado.

M.A. - Por que esse espírito militar estava fraquejando? O que estava acontecendo?

G.R. - Realmente, eu reconheço que é difícil a gente tomar uma posição militar até as últimas conseqüências num problema que, por mais grave que seja, é um problema político. Por exemplo, se o presidente João Goulart tivesse resistido, a história talvez fosse outra. Isso aí é importante, porque ele era o comandante e tinha que dar o exemplo. Um exemplo que a história respeita é o de Washington Luís na Revolução de 1930. Só saía preso e saiu preso do palácio Guanabara e foi recolhido ao Forte de Copacabana. Então, é a dignidade do cargo. O Jango abandonou tudo e foi embora. Não sei o que receava, ele devia ter as suas razões. Outro episódio interessante – trouxe até a foto para lhe dar: o presidente Goulart, com o ministro da Guerra, Kruel, o general Albino, chefe do Gabinete Militar e os quatro comandantes dos exércitos – Osvino, Peri, Jair e Castelo. A conselho do San Tiago Dantas, ministro da Fazenda, preocupadíssimo com a crise na área militar e suas repercussões no exterior e no meio econômico-financeiro, Jango aceitou a sugestão de promover essa reunião, um almoço, para efeito de aparentar uma pacificação interna – Kruel versus Osvino – e uma demonstração de prestígio do presidente. Uma espécie de “cachimbo da paz” para salvar as aparências. O general Castelo comandava o IV Exército, em Recife, e eu era seu assistente; isso aconteceu em abril de 1963. A situação aqui no Rio ia se deteriorando: Kruel, ministro, e Osvino, comandante do I Exército. Os dois amigos do Jango, os dois em posições mais ou menos divergentes em relação a sindicatos, comunismo, essa coisa, mas ambos tirando partido da influência que exerciam sobre o Jango. O ambiente foi piorando; inclusive, no meio militar, além das restrições que um grupo fazia ao governo do Jango, além disso, havia um entrevero intramuros: a troca de prestígio entre Kruel e Osvino. E a coisa foi se deteriorando a ponto de influir na política externa no problema econômico e financeiro. O San Tiago Dantas, que era o ministro da Fazenda, sugeriu então que o Jango fizesse um almoço dos comandantes de Exército. Uma noite chegou um rádio chamando o general Castelo na fonia. A estação era ao lado da casa dele. Era o general Albino, chefe do Gabinete Militar, convidando-o, em nome do Jango, para vir ao Rio. O Castelo ficou perplexo e preocupado com o chamado. Ele e Kruel tinham se

desentendido durante a guerra, uma coisa que ficou a despeito de serem até compadres, e nessa ocasião ainda havia esse mal-estar. O Castelo então pediu permissão ao ministro Kruel para se deslocar naquelas condições para o Rio. Eu transmiti ao general Albino que ia ser pedida essa autorização ao ministro. O Kruel autorizou, e quando eu fui dizer ao Albino que o ministro tinha autorizado, ele me disse que o avião do presidente já tinha voado para Recife para buscar o Castelo. Um Viscount. Eram oito ou nove horas da noite. Castelo fez o drama. Dona Argentina ficou muito preocupada. Não sabiam o porquê da viagem e Castelo comentava: “Não é para ser ministro. Não é para ser preso. Se fosse não mandavam o avião presidencial. Preso só vai de navio”, argumentei eu. Dona Argentina estava muito preocupada e me pediu para vir com ele. Às dez horas da noite fomos para o aeroporto e pegamos um Viscount, chegamos ao Rio de madrugada. De manhã, Castelo se apresentou ao Kruel, que disse: “Vá ao Laranjeiras que o presidente quer falar com você.” Fomos ao palácio, era um tumulto, um caos de gente comendo, bebendo, sem compostura... Isso de manhã. Era um tumulto inacreditável no palácio das Laranjeiras. O general Albino nos recebeu, mas eu não participei da conversa – não tinha razão um tenente-coronel participar de uma conversa do presidente com um general. Fiquei embaixo e o Albino levou o Castelo ao segundo andar do palácio. Depois o Castelo me relatou as coisas. Mas não é verdade que eu tenha assistido a conversa, como também não é verdade que o general tenha sido recebido por Goulart com a cama desarrumada e em mangas de camisa, sem compostura. Estava trajado corretamente. Constrangido, cerimonioso. Comentou com franqueza e constrangimento a situação de quase “prisioneiro” em que se achava no palácio, sem poder movimentar-se sem que fosse cercado por pessoas que invadiam sua privacidade. Não foram esses os termos, mas a idéia, sem qualquer exagero. E ressaltou aquilo que o general havia constatado. Jango ficava confinado a seus aposentos privados. Não é verdade que foi mal recebido. Não é verdade. Ele me disse que o Jango pediu-lhe desculpas por tê-lo recebido no quarto de dormir, pela informalidade. O Castelo sentou-se na poltrona e o Jango na cama, de perna cruzada. O Jango todo cerimonioso, todo contrafeito: “Eu sei que o senhor tem o seu trabalho, não gosta de sair do seu lugar...” Aí disse que esse encontro havia sido uma sugestão do San Tiago Dantas porque a situação estava grave e eles queriam ver se com aquela reunião eles aplainavam a situação. Depois, em outras ocasiões, pude observar que o Jango era sempre muito deferente com o Castelo. Houve então esse almoço, e a imprensa tirou essa fotografia, que saiu em 3x4 e que eu mandei aumentar.

M.A. - Qual era a divergência do Kruel com o Osvino?

G.R. - Vaidade. Os dois eram amigos do Jango e ambos queriam ter influência sobre ele. O Osvino dominando pela linha sindicalista, pelo pessoal de esquerda, e o Kruel ainda tentando, como tentou até 1964, que o Jango fizesse uma declaração, fizesse qualquer coisa. De fato, o Osvino prejudicou muito o Exército. Mas todos eram escolhidos pelo Jango. Por isso aqui no Rio houve uma decepção, depois, porque o Assis Brasil prometia um dispositivo militar, mas não funcionava. E no meio militar é preciso dar o exemplo, é preciso a cadeia de comando e que o presidente exerça a autoridade.

G.S. - Até que ponto a incompetência administrativa do Goulart contribuiu para sua queda? Os militares teriam agüentado até o fim essa incompetência se não houvesse outros fatores?

G.R. - Contribuiu. Mas não foi decisiva e determinante. Infelizmente, a incompetência não foi e nem será uma causa fatal. Mas aqueles principais chefes militares do “dispositivo” janguista, esses não teriam agüentado até o fim, como aconteceu. Uma três ou quatro mudanças, aí sim, teriam superado em curto prazo, bem como uma mudança política de maior alcance na área sindical. Se não tivesse atingido as forças armadas, os militares teriam agüentado. Mas aquele episódio dos sargentos desequilibrou. A instituição tinha que se defender. Foi realmente a infiltração comunista e a subversão e indisciplina nas forças armadas que, inclusive, amedrontaram o ambiente civil e o meio empresarial. É inegável que no clímax a classe média se mobilizou nas ruas, na imprensa e em outros meios de comunicação.

G.S. - E os fatores econômicos, inflação?

G.R. - Isso agüentava. Tal como ainda nesses últimos dez ou 12 anos vem se agüentando. É penoso para as forças armadas, mas não cria um clima intolerável.

G.S. - E a associação de Goulart com Brizola, que muitos achavam que era comunista?

G.R. - Por causa da agressão do Brizola. O Brizola não era o que é hoje. A agressividade do Brizola era terrível... Em Natal, chamou o Murici de “gorila”. Foi uma ofensa pessoal gratuita e foi um custo para o Murici conter o pessoal dele lá. Ele era o comandante da guarnição, subordinado a Castelo em Recife.

G.S. - Se não tivesse havido a subversão de hierarquia, as forças armadas teriam agüentado o resto do período?

G.R. - Agüentavam. Acho que sim, porque podia haver alguma coisa, mas não uma posição mais exaltada. Não ia encontrar respaldo nos escalões superiores mais responsáveis. O Castelo, por exemplo, seu problema era institucional. O San Tiago era meio de esquerda, mas o Castelo o respeitava muito e se davam muito bem. Ele chamava o Castelo de Humberto. San Tiago não foi cassado porque ia morrer de câncer. O Costa e Silva fez uma força danada para cassá-lo.

G.S. - As greves?

G.R. - Aquilo sim, foi uma coisa que amedrontou. Porque a greve atingiu um clima de exacerbação, de violência. Agora, diga-se que a primeira regulamentação do direito de greve foi feita pelo Castelo. Estabelecido pela Constituição de 1946, somente com a revolução foi regulamentado e, pois, efetivamente reconhecido.

G.S. - E os fatores políticos? A Frente Parlamentar Nacionalista? As reformas de base?

G.R. - Aquilo ali, se ficasse na área política e se não envolvesse e questionasse a parte militar, não ia chegar a comprometer. Porque a nossa vocação é legalista. A posição revolucionária é um comprometimento, é um recurso último que a gente procura abreviar logo. Não pode ser um estado de espírito permanente. Eu repito: os políticos conservadores e os ditos liberais, a chamada “bossa nova” udenista, não procuravam manter o debate no âmbito parlamentar. Também não tinham a menor capacidade de avaliação quanto à possibilidade do poder escapar de suas mãos. Julgavam que as forças armadas, mais uma vez, seriam simplesmente usadas como massa de manobra em suas ambições e controvérsias eleitoreiras. Muito pouca gente consciente dos riscos, de um e

outro lado. Os riscos de uma guerra civil, como ocorreu em 1961 com a renúncia, não foram levados a sério...

G.S. - Qual a importância do apoio da classe média?

G.R. - Foi muito importante. A classe média não tem representatividade, é o grande mudo: sofre, sente as consequências, mas não chega a se externar. Havia preocupação com o confronto, de se chegar a uma situação de guerra intestina grave ou de guerra civil. É aí que a classe média se apavora. Ela suporta muito sacrifício desde que não chegue à guerra civil.

G.S. - E os orçamentos militares foram importantes?

G.R. - Nós nunca tivemos uma posição de cobrança a respeito do nosso soldo fora da ordem hierárquica. Quando eu fui a segunda vez para Belém, em 1959, com três filhos, desquitado, o menor com sete anos, eu morava numa casa alugada por 11 mil cruzeiros, e o meu soldo de major era de 17 mil. Não tinha dinheiro para jantar. Era pagar o colégio, viver na subsistência. Era só isso. Mas ninguém pensava em fazer coisa nenhuma de bater panela por causa de dinheiro. Os padrões todos se modificaram. A gente andava de ônibus. O sujeito hoje sai aspirante com automóvel na porta da academia. E em 1959, naquelas condições, era assistente do general Castelo. Somente quando chegou a minha vez, por antiguidade, é que recebi uma casa na Vila Militar. Sem qualquer tipo de favor ou privilégio.

G.S. - O apoio do empresariado, do IPES, quão importante teria sido?

G.R. - Foi uma faca de dois gumes. Porque o problema de São Paulo é delicado. Só posso me referir à época em que vivi. Um general tem que se resguardar muito porque o empresário proporciona facilidades – eu não posso nem considerar isso como falta de honestidade pessoal, são favores que se refletem na instituição. Asfaltam quartel, outro dá não sei o quê, outro proporciona não sei o quê. Isso aí foi feito muito durante a revolução. Depois isso se transformou, em muitos casos, numa espécie de venda de segurança. Houve companheiros nossos que “cobravam”, a título de segurança, favores do empresariado às suas unidades.

M.A. - Mas segurança para quê?

G.R. - Instilavam temores de falsa instabilidade, risco de subversão além dos reais, supostas greves. Enfim, exageravam o quadro e procuravam insinuar que as necessidades da organização militar que comandavam, desde que atendidas, aumentariam sua eficiência. Assim também o prestígio do generoso doador.

M.A. - Passavam isso direto para a unidade?

G.R. - É, para a unidade. Iam lá e asfaltavam a unidade, outro dava caminhão, outro dava rádio. Não era para a pessoa, era para a unidade. Às vezes, numa festinha, davam refrigerantes. Quer dizer, pequenos favores que, se a gente não se cuidar, a gente acaba se comprometendo. E isso havia e ainda há. Isso a gente sentia. Eu sentia lá em Campinas, perto do grande centro. Eu era muito cauteloso quando falavam, porque eu sou crítico. Eu nunca tinha passado no fogo, não podia saber que me queimava. Servi no Gabinete Militar, fui do Castelo, fui dois anos chefe de gabinete na Petrobras do presidente Geisel, servi no gabinete de Geisel, fui ministro de Estado, não me queimei. Então, ninguém mete dinheiro no bolso de ninguém, nem ninguém propõe coisa errada. Sabem com quem fazem. Não sou melhor do que os outros, mas eu nunca tive o dissabor de alguém tentar fazer alguma coisa comigo. Então, essa de que é irresistível, ou “eu não sei quem botou dinheiro na minha conta...”

M.A. - O senhor considera então que o papel dos empresários foi bem forte?

G.R. - Na revolução? Foi. Inclusive o IPES, aquele do Golberi e do Leopoldo Figueiredo. Eles articulavam muito ali. Agora, eu não sei a que nível. Se eram só informações ou até que ponto materialmente ajudaram. Não sei.

G.S. - Segundo Portela, eles pagaram viagens...

G.R. - É, talvez. Pagar viagens, essas coisas. Há um aspecto muito delicado que esses livros abordam. Ainda ontem eu estava lendo aquele livro da Aspásia e do Valder de

Góis sobre o Cordeiro. Foi a ocupação da administração pública pelo pessoal militar. Isso aí, por exemplo, enfraqueceu, comprometeu terrivelmente a revolução.

M.A. - Mas isso já havia começado com JK.

G.R. - Sim, mas eram casos esporádicos; depois se transformou. O pessoal chamava um bando de gente para um cala-boca porque já era a maneira. Tinha o pessoal mais afastado, mais radical, querendo isso mais aquilo. Arrumavam um emprego para cá, outro para lá etc, e isso causou um mal-estar desgraçado! Eu posso dizer isso porque eu fui durante dois anos chefe de gabinete da Petrobras. Era coronel da ativa, não recebia nada pelo Exército. Tinha que optar, e eu recebia pela Petrobras e não recebia pelo Exército. Lá na Petrobras estava cheio de generais, de almirantes, etc, recebendo na reserva – os proventos da reserva – e pelo emprego da Petrobras. E ninguém tem empreguinho. Também havia muitos civis já aposentados. E assim em toda a administração pública. Isso desgastou muito. Isso sim, é que criou uma enorme má-vontade. Não foi o pessoal da revolução propriamente, que ficou no quartel, não. Eu entendo a volta do quartel com essa visão: é a saída do pessoal que ocupou essas posições na administração. Esses não voltam ao quartel, voltam para casa. Mas foi muita gente, demais! A saída dos quartéis começou com aquelas Divisões de Segurança e Informação dos ministérios que eram pequenas e cresceram enormemente, as DSIs. Depois as agências, das faculdades, das empresas etc, e por aí afora. Na Petrobras, a Marinha tomou conta. No Departamento de Transporte da Petrobras era só almirante. Na Vale do Rio Doce e por aí afora. Aí, tem um problema que o militar custa a aceitar: é que um professor, um professor de direito, de medicina, de engenharia, se ele é um bom profissional, qualificado, competente e tal, se amanhã ele se aposenta, ele continua com aquele prestígio de mestre. Embora ele não exerça mais aquela atividade, ele é cercado por aquele prestígio. Com o militar, não. Passou para a reserva, acabou-se. Ninguém vai sair do quartel para saber o que é que o general Moraes Rego pensa sobre isso ou aquilo. Não querem saber. Então, a nossa profissão, ela é isso, e todos nós sabemos. Quando ia um camarada da reserva me procurar no quartel, eu recebia corretamente, chamava para tomar um cafezinho, conversava, etc. Mas a gente sabe que aquilo é uma advertência. “Ele não vai dar, não é? A vez dele já passou, agora é a minha”. Então, é aí que o militar se ressentido, e tem companheiros que não se conformam. Passam para a reserva e não se conformam. Sentem uma falta enorme do

“status”, da deferência. Como sofrem. E as mulheres, às vezes, sofrem muito mais e são mais inconformadas.

G.S. - Deve ser muito duro mesmo, porque num dia a pessoa tem um status, uma posição de comando, e no dia seguinte está reformado.

G.R. - É. Vai entrar na fila dos velinhos do banco. Um ajudante-de-ordens não pode sentar na mesa e fazer o que eu fazia, então ele ia ao banco para mim. Está certo. É econômico, é correto. Em vez de eu ficar procurando uma vaga... é uma bobagem. Tem que se coibir o uso indevido, agora, ficar um ministro de Estado dirigindo um automóvel, procurando uma vaga para botar o carro, é uma bobagem, não é? Tenho mais o que fazer. Agora, o que se quer é que não se use indevidamente o cargo.

G.S. - General, há mais uns pequenos pontos aqui que eu queria perguntar se o senhor podia nos ajudar. Por exemplo, eu li as descrições a respeito das reuniões do Conselho de Segurança Nacional durante aquele período difícil de cassações. Como é que era esse processo no governo Castelo Branco?

G.R. - No governo do presidente Castelo não havia reunião. O processo era feito, o presidente mandava levar o processo na casa dos ministros, os ministros referendavam e ele assinava. Não havia reunião do Conselho por duas razões que o Portela devia saber, mas não esclarece. Primeiro, o CSN não é um colegiado em que haja votos. A própria Constituição estabelecia o tipo de assessoria – “ouvido o Conselho de Segurança Nacional” – assim, a decisão era um ato da exclusiva competência e integral responsabilidade do presidente da República. Não havia votos, e sim referendos, não obrigatório, dos ministros. Segundo, as cassações eram atos eminentemente políticos.

M.A. - O presidente assinava a partir de quê?

G.R. - De um processo feito por um governador, ou pela Secretaria do Conselho, ou por um ministro de Estado. Agora, no governo Costa e Silva não sei como era feito, e no governo Geisel houve poucas cassações. Eu não estava mais na presidência, salvo a do deputado Francisco Pinto que, em 1974, por ocasião da posse de Geisel, agrediu verbalmente o general Pinochet, em visita oficial ao Brasil. Cassação que se arrastou até

outubro e foi baseada na Lei de Segurança Nacional e não no AI-5. Em junho de 1976, foram cassados os deputados Lisâneas Maciel, federal, e Marcelo Gato e Néilson Fabiano Sobrinho, estaduais, por iniciativa do ministro da Justiça e pressão do general Frota e da “linha dura”. Assim também o deputado Alencar Furtado, em junho de 1977, com grande pressão do ministro do Exército Sílvio Frota, creio que procurando robustecer suas pretensões junto aos radicais. O general Ênio dos Santos Pinheiro era um dos grandes incentivadores da ação radical, pelo seu passado na Agência-Central do SNI e depois como comandante da Escola Nacional de Informações. Nunca foi um elemento confiável. Extremamente interesseiro e oportunista, jogava tudo na possibilidade da candidatura de Frota, tanto quanto o ministro da Justiça Armando Falcão. Assim é que, apesar das razões questionáveis quanto ao mérito, os processos obedeceram ao rito estabelecido pela legislação em vigor, LSN e AI-5, com a responsabilidade integral e final do presidente Geisel.

G.S. - Não havia debate? Os membros do CSN não votavam? Apenas referendavam, ou não, os atos do presidente nas cassações?

G.R. - Não havia debate. Não havia porque é um ato político. Isso aí é um problema que sempre foi colocado dessa maneira. A cassação não precisava de justificativa. A cassação de Juscelino: viraram esse Brasil pelo avesso, 40 oficiais viraram esse Brasil pelo avesso. Nem o apartamento do Juscelino na Vieira Souto estava no nome dele. Nem esse. Não encontraram nada. A cassação do Juscelino foi um ato político. Agora, a revisão em que eu me empenhei e que o presidente Geisel considerou muito, foi a reforma do coronel Boaventura. Aí é que entra o problema da revolução, o problema revolucionário. Eu estava na fronteira. Eu só sei isso pela versão que me contaram. O Boaventura era um da “linha dura”, daqueles sete. Então o pessoal estava irritadíssimo. Tinham orçado a candidatura do Costa e Silva e não se conformavam de não conseguirem dominar o Costa e Silva. Nem participar, porque a primeira coisa que fizeram foi espalhar. O Portela, a primeira coisa que fez foi espalhar o pessoal da “linha dura”. Então, é a tal coisa da hierarquia e da instituição. O Boaventura, que é um sujeito de primeira qualidade, mas inconformado, exemplo de competência, de caráter, mas individualista, foi acusado de tramar com Lacerda. Se esquece que uma revolução é uma revolução e, segundo a versão que conheço, estaria conspirando e aliciando. Vai procurar o general João Dutra de Castilho, general-de-divisão e comandante da Vila

Militar, vai procurá-lo para conspirar, para derrubar Costa e Silva ou para modificar os rumos da revolução. Uma questão mais de processo, ritmo.

G.S. - Ele está à direita do Costa e Silva, ideologicamente?

G.R. - Não, não! Bom, é que o Costa e Silva não estava fazendo o que eles achavam que ele devia fazer. Então, aí é que está o que é revolução e o que é instituição. Na revolução, o coronel Dutra, que era coronel lá em Recife, conspirava com subordinados, pois o processo não obedece a ordem da hierarquia. Conspira general com coronel, major com capitão, e aí é que é o mal. Quando acaba a revolução, aí então é que é o mal. Quer dizer, Boaventura foi procurar o conspirador de véspera, mas o conspirador de véspera tinha as estrelas no ombro, era general, comandante da vila e tinha que ser leal com o seu comandante, que era o presidente da República. Não via razões para derrubá-lo no interesse de Carlos Lacerda.

G.S. - Deixou de ser conspirador e voltou a ser militar?

G.R. - Aí fizeram uma indignidade. Aí foi o Portela e a incapacidade de chefia do ministro Lira Tavares. O Boaventura foi reformado – eu estava na fronteira, em Tabatinga, o general Rodrigo Otávio era o meu comandante, tinha sede em Manaus. O Rodrigo Otávio fez o possível de sua parte para salvar Boaventura. Não houve jeito. E o texto do decreto contém considerandos, coisa que nenhum decreto, por mais execrado que fosse o sujeito, fazia. O decreto era pura e simplesmente “cassados os direitos políticos, etc, etc.” ou “transferido para a reserva, etc.”, sem considerandos, maltratando o sujeito como se fosse um indigno do oficialato e por aí afora! Uma coisa terrível! Foi aplicado o AI-5. Isso nos primeiros meses de 1969. O livro do Carlos Chagas contém documentação a respeito de cartas do general Aragão para o Lira Tavares.

G.S. - General, lendo o livro do Portela, a impressão que eu tenho é que o Portela realmente era um homem de extrema direita. Qual era sua ligação com Costa e Silva?

G.R. - Vejam. Há vários anos servia com Costa e Silva, acompanhando-o sempre, o coronel Luís Carlos Reis e Freitas, o Codó. Companheiro e confidente. Boa praça. Voltaram juntos para o Rio quando Costa e Silva passou o comando a Castelo em

Recife, em julho de 1962. Costa e Silva veio para o Departamento de Obras do Exército. Pelos meados de 1963, o coronel alegou a seu amigo Costa e Silva que ele estava no “desvio”; assim, para cuidar de sua carreira, havia aceitado o convite de um general de prestígio para servir em Brasília. Costa e Silva, decepcionado com o amigo, não se opôs. Vejam então como eles estavam completamente desligados da realidade. Logo depois da revolução, Costa e Silva transferiu o Luís Carlos para Manaus. O problema é que não sei o que é verdade e o que não é.

G.S. - E aquele livro?

G.R. - É. Fizem daquele tamanho por causa disso. Um livro daquele tamanho parece um tijolo. Mas no governo do presidente Geisel eu voltei a insistir para ver se a gente podia fazer alguma coisa para modificar os termos do decreto do Boaventura. Foi muito estudado, revisto, para ver se no mínimo seriam retirados os considerandos. Mas aí esbarrava num problema muito delicado: o precedente na revisão dos atos praticados por força dos atos institucionais e sua exclusão a qualquer apreciação judicial. Mas seu irmão, o deputado Costa Cavalcanti, era na época ministro de Costa e Silva e de muito prestígio. Nada fez.

G.S. - Olhando para trás, o senhor acha que as cassações eram necessárias na época?

G.R. - Eu acho o seguinte: tinha que haver um recurso qualquer de alijamento daquele pessoal mais atuante no processo político. Como é que se podia tirar um determinado segmento da ação? Mas cabe aqui duas observações: primeiro, as propostas e o empenho de ultra-radicais como o jurista Gama e Silva, o general Afonso Albuquerque Lima, o almirante Rademaker, o brigadeiro Márcio de Melo e a pressão da “linha dura”, dos encarregados de IPMs, foram terríveis desde 1964 apesar da determinação dos presidentes Castelo e depois Costa e Silva. Segundo, há uma versão de que os derrotados de 1964 reconheciam que se fossem eles os vencedores as conseqüências teriam sido muito piores, para nós evidentemente... Vejam os expurgos comunistas em todos os países do mundo. Era muito difícil, porém, impedir, evitar as vinganças pessoais, as retaliações, as mesquinhas. De outro lado, a irresponsabilidade dos mais velhos esquerdistas atirando jovens inexperientes e despreparados em uma aventura sem perspectiva. O envolvimento de jovens estudantes e operários nas ações armadas de

subversão e terrorismo, com o estímulo e a convivência de velhos e experientes militantes, é trágica. Essa novela de televisão retrata bem isso. Mas não enfatiza esse aspecto, nem condena. Com tudo isso, eles atingiram bastante força. Como é que se podia tirar da atuação política os militares? O que nós íamos fazer com os militares?

M.A. - Mas para o militar tem o código de disciplina do Exército?

G.R. - Tem, mas isso tem limitações. A punição tem limitações. Quer dizer, levar uma punição interna não ia resolver. O que houve foi o excesso. Aí se perdeu o controle. Também era um problema de suporte político. Se o presidente, que precisava de suporte político dos governadores, não delegasse também competência aos governadores para que em seus estados fizessem a mesma coisa, ele não ia ter mais apoio ou então ia ficar sobrecarregado. Aquela Comissão Geral de Investigações, aquilo foi um pesadelo. Quando o primeiro sujeito foi para lá, eu disse ao general Geisel: “O presidente Castelo vai se arrepender.” Era o general Estevão Taurino de Resende Neto, a turma dele. A turma do Costa e Castelo. Ele queria que todas as universidades do Brasil fossem cassadas. Os arquivos da CG eram salas e salas do Ministério da Justiça. Era uma obsessão, um tormento. Ele não tinha noção, e pegou tudo quanto era camarada que não tinha ocupação militar, que estava no ar e não tinha comando, e levou para lá. Até que ele pagou com a própria carne. O filho dele estava envolvido num problema de subversão, lá no Recife, ele foi lá e tirou um radiograma da estação de rádio que incriminava o filho dele. Aí o Castelo teve que tirá-lo da CGI. A CGI foi contida depois pelo almirante Paulo Bosísio, posteriormente ministro da Marinha.

G.S. - Eu me lembro das suas declarações dizendo que um dos grandes problemas do pessoal era querer a abertura logo, sem considerar que todo governo é mais ou menos de composição ou, como o senhor disse, consentido. É isso que explicava o fato de, por exemplo, na administração de Nei Braga no Ministério da Educação durante o governo do presidente Geisel, não se ter aplicado o 477. Eles premiavam uma peça e essa peça era proibida pelo Ministério da Justiça. Então, a própria composição ministerial do governo representava essa composição de forças, com Frota mais para a direita, Nei Braga um democrata, Falcão mais para a direita.

G.R. - É. De certa maneira. Para governar tem que fazer concessões. Mesmo que não haja revolução, não haja comunismo, não haja nada, ninguém governa sem fazer concessões. Fazer concessões desse tipo, não é? Por exemplo, uma das coisas que mais me chocou foi proibir a vinda do afamado Balé Bolshoi. O assunto foi tratado pelos radicais e pelo Falcão e o Frota como se fosse um batalhão de pára-quedistas russos, e não dançarinos. Considere-se também que o presidente não pode abrir todas as frentes para enfrentar e oferecer resistência. Ele tem de selecionar aquilo que é mais importante, e mesmo assim o desgaste político e militar é enorme. É o princípio de economia de forças, a dosagem do esforço. O reatamento das relações diplomáticas com a China foi outra “guerra”. Os ministros militares, o Falcão, a “linha dura”, todos contra... Agora, basta ler o documento do Frota que se vai entender o que o Frota achava sobre a China. O certo é que havia uma dificuldade muito grande. Há de se fazer concessões até à obtusidade e ao preconceito.

G.S. - General, se eu lhe pedisse que me indicasse para entrevistas dois ou mais três nomes de militares e civis que foram atuantes à direita, no período revolucionário, quem o senhor sugeriria? Eu gostaria de ter entrevistado o Portela, mas ele já faleceu. Quem o senhor acha que poderia me conceder uma entrevista?

G.R. - Um é o Ernani D'Aguiar. Bom, eu não sei, nunca mais falei com ele, nunca tive maiores intimidades com ele, nem sei se hoje ele gosta de mim, porque houve o problema do Costa e Silva, ele ficou muito vinculado ao Costa e Silva e dona Yolanda. Tem um livro até, *A revolução vista por dentro*. É bom ler o livro. Generais José Luís Coelho Neto, Adir Fiúza de Castro, Hélio Ibiapina de Lima, Hélio Mendes, Almerino Raposo Filho.

M.A. - Eu queria saber uma coisa. O Figueiredo não foi uma escolha do presidente Geisel? O Figueiredo não é uma continuidade do esquema Geisel?

G.R. - Eu vou lhe dizer o seguinte, minha opinião pessoal: até 1975 nunca ouvi Geisel formular um juízo pessoal a respeito disso. É que o presidente Geisel não tinha alternativa. O Figueiredo foi uma candidatura montada por um grupo que de certa maneira foi vinculado ao Costa e Silva, com algum remanescente que pode ter vindo do Castelo, Médici, mas era um grupo Figueiredo, não liderado por ele próprio. Aí é que

está, não era liderado por ele. Costa Cavalcanti, César Cals, Délio Jardim de Matos, Delfim, Valter Pires, o ministério. Quando Figueiredo escolheu o ministério, o presidente Geisel teve uma grande decepção. Eu disse: “Mas o senhor não devia ter, porque foram eles que fizeram a candidatura do Figueiredo dentro do Congresso, dentro das forças armadas. E o Golberri respaldou: “Foi grande e silencioso trabalho de toda a comunidade de informações e suas pressões junto aos parlamentares.”

M.A. - O presidente Geisel teve problemas para definir a candidatura Figueiredo dentro das forças armadas?

G.R. - No decorrer dos anos de 1976/1977 eu estava no comando em Campinas e lá não percebia o clima no palácio e o desenrolar do processo. Lá não havia nada.

G.S. - Os problemas com o Frota?

G.R. - Desde a minha classificação em Campinas, quando fui promovido a general, sentia que as relações não eram boas. Mas o presidente Geisel tinha uma ascendência considerável sobre os generais, inclusive sobre o Frota. Mas não havia muita lealdade. Por exemplo, em julho de 1977, Frota encaminhou um novo regulamento disciplinar do Exército no qual omitia uma faculdade assegurada aos militares da reserva e reformados: o direito de se externarem na imprensa sobre assunto político – faculdade inovadora do presidente Castelo em julho de 1964. Em 1977, a faculdade foi premeditadamente omitida, sem observação do ministro e sem que o general Hugo, no Gabinete Militar, alertasse o presidente. Somente em julho de 1978 é que, na chefia do Gabinete, apresentei a Geisel uma exposição de motivos observando a situação esdrúxula, posto que os regulamentos da Marinha e Aeronáutica mantinham o dispositivo de 1964. Assim, foi corrigido em 1978.

M.A. - E o problema Frota?

G.R. - O problema do Frota foi em 1977. Eu não estava em Brasília. Havia o grupo dele trabalhando lá dentro do Congresso, mas havia também o grupo do Figueiredo trabalhando. Não era o presidente. O Figueiredo estava numa posição melhor e se informava mais, tinha mais acesso, todo dia junto com o presidente. Ali o ingênuo foi o

Hugo Abreu. Eu estava nessa ocasião na presidência, estava em Campinas. O Hugo Abreu foi que não se apercebeu – quando gritou já era tarde – que esse grupo, e o Golberi naturalmente, estavam trabalhando pela candidatura do Figueiredo. Agora, o candidato do presidente Geisel não era o Figueiredo. Pelo menos inicialmente. Com o tempo saiu como o Costa e Silva. Não dava mais. Porque depois do desgaste na área militar com Ednardo, com Frota, não dava mais para ele impor um candidato. Não tinha condição. Ele gostaria que fosse um civil, mas não tinha condição. Nem militar depois não tinha mais. Quem era que tinha mais? Agora, o Figueiredo não era o candidato dele. Como eu não entendo direito, não estava lá, nunca me aprofundei. Mas aquele lançamento prematuro da candidatura Figueiredo pelo Humberto, aquilo ali para mim foi à revelia do presidente. Eu não vou perguntar a ele porque é constrangedor, mas eu acho que foi à revelia dele. Foi forçado pelas circunstâncias e pela ausência de um nome que realmente se impusesse. Nei Braga, Costa Cavalcanti, Reinaldo, Aureliano, nenhum deles tinha cacife.

G.S. - Eu tenho a impressão de que vários deles depois ficaram meio desapontados, não é?

G.R. - Mas eles, de uma certa maneira, conheciam bem o Figueiredo. O Nei, o Costa Cavalcanti, eram da mesma turma da Escola Militar. Ainda no governo Geisel, o Heitor Ferreira “promovia” junto à imprensa e parlamentares uma imagem do Figueiredo como primeiro aluno em todos os cursos. Tenho por mim que, para Figueiredo, a presidência, intimamente, representava muito mais uma “conquista acadêmica”, o coroamento de sua carreira, do que o início de uma etapa de extrema dedicação, interesse e, principalmente, amor à responsabilidade do cargo. Também não havia a ambição pelo poder. Mas esse não era o pensamento e a disposição de seu grupo, salvo honrosas exceções. Golberi conhecia muito bem Figueiredo. Não sei até que ponto julgava-se capaz de exercer influência em suas ações de governo. Sem dúvida, porém, já não foi significativo na escolha de certos membros do ministério, para os quais tinha objeções, mas que haviam sido de influência capital no processo da sucessão. Daí teve de aceitá-los. Eles vinham do governo Médici, e Golberi fazia restrições a alguns.

M.A. - Mas ele não teve uma boa atuação no SNI?

G.R. - É verdade. Mas o SNI é uma máquina servida por excelente pessoal, isso quanto a operacionalidade. Outra coisa é o seu uso, seu emprego e seu controle. O Medeiros, o Sebastião Castro e o Newton Cruz mandavam muito no Serviço. Médici foi escolhido para o SNI pelo Costa e Silva. O Golberi telefonou para o estado-maior do Exército se oferecendo para recebê-lo e Médici não deu bola. Golberi insistiu pela segunda vez, se oferecendo. Médici então mandou dizer que não interessava a ele saber, pois quando assumisse ia mudar tudo. Então, na véspera do Costa e Silva assumir, o Golberi passou a chefia do Serviço para o Figueiredo, e foi embora. O agastamento do Médici é porque o Golberi não o esperou para passar o Serviço. Mas ele tinha dado dois passa-foras. Então ficou essa mágoa. Pelo que consta, Figueiredo, quando eleito, omitiu ou não disse claramente que o Golberi ia para o Gabinete Civil. Então, quando foi, o Médici se agastou, inclusive com Figueiredo. Junte-se a isso a frustração de auxiliares que se julgavam no direito de serem aproveitados, inclusive um dos filhos do Médici.

M.A. - Mas de toda forma, embora o Figueiredo não fosse o candidato ideal do presidente Geisel, há uma continuidade em termos de tendência e de perspectivas. Não?

G.R. - Inicialmente. Figueiredo se sentia mais à vontade com Médici. Com Geisel suas relações eram absolutamente formais. Sem qualquer afinidade. Havia certa distância. Eu também convivi pouco com Figueiredo quando estava no Gabinete Militar e ele no SNI. Ele não tinha ainda sido promovido. Estava um rolo danado porque a promoção do Figueiredo fui eu quem tratou, era promoção para quatro estrelas. Não foi também nenhuma ilegalidade, nenhuma coisa errada. Foi rigorosamente certo. Em uma das últimas ocasiões que estive com Figueiredo, antes de ele assumir, havia certa preocupação a meu respeito. Eu senti esse mal-estar, minhas pretensões, meu destino... Eu me adiantei: “Vai vagar a 6ª Região Militar. O Otávio Costa vai ser promovido a general-de-divisão e se não houvesse nenhum inconveniente, eu queria ir para a 6ª Região Militar, na Bahia.” E foi um alívio. Eles estavam até me evitando antes disso. Mal acabou o governo eu fui nomeado para lá. Talvez imaginassem que eu pleitearia algum cargo no exterior ou emprego em estatal e teriam constrangimento para recusar.

M.A. - O presidente Figueiredo tem uma frase em que ele diz: “Eu prefiro cheiro de cavalo do que de povo.” Quando ele era presidente do SNI e nos outros cargos, ele costumava fazer esses comentários infelizes?

G.R. - Costumava. Isso parece comum nas pessoas que se julgam inteligentes e tem que ser inteligentes sempre, inclusive quando fazem graça. O Figueiredo é dessas pessoas que têm obsessão por fazer graça. Talvez um pouco por influência inconsciente de seu irmão mais velho. O sujeito espirituoso tem sempre fama de inteligente. E há quem pense que a recíproca é verdadeira. O inteligente tem de ser espirituoso. Junte-se a isso a linguagem desabrida, inconveniente, irreverente e até chula. O palavrão substituindo a pontuação. Aliás, hoje já não causa espécie, pois a linguagem livre, chula, pornográfica é moda entre os melhores segmentos da sociedade. Na televisão, rádio, jornal e literatura. Não sou puritano e muito menos hipócrita; o palavrão oportuno, justificado é uma coisa. Mas como vício de linguagem... Há quase uma obsessão em chamar atenção, ser original, ser espirituoso, sem considerar as circunstâncias, a oportunidade e as pessoas. Heitor Aquino Ferreira procurava reduzir a má impressão alegando que Figueiredo apenas “gostava de parecer grosseiro para manter seu vínculo com o pessoal de cavalaria dos quais estava afastado por força de sua já longa permanência fora do Exército, como também para afastar os adúlteros.” Diga-se, o Heitor também foi major de cavalaria até 1969 ou 1970. E não era assim. Depois o Said Farhat, com sua técnica de comunicador social – a despeito das veementes restrições do Golberi – convenceu Figueiredo que sua imagem devia ser “natural”, popular, “eu quebro e arrebento” e outras. É pena! Ironia é coisa séria...

G.S. - Às vezes parece que é intencional.

G.R. - Mas é! É intencional. É um padrão de grossura. É que ele não consegue se conter. E é um sujeito que tinha tudo para ter orgulho da carreira que ele fez, orgulho da vida escolar dele. É uma obsessão que ele tem. Não sei se caçoavam dele, mas sempre foi assim. Na Escola Militar tive excelentes instrutores de cavalaria: os tenentes Fernando Bethlen, Geraldo Silva Rocha, José Fragomeni, João Gahyva, Lucídio Andrade, todos educados sem essa grossura. Figueiredo foi instrutor de meu irmão.

M.A. - A gente observa que há vários grupos competindo dentro do governo depois da revolução. A gente observa também que o senhor está muito ligado ao presidente Geisel. Mas não está ligado a outros que não estão à direita, mas ficam conspirando, como Cordeiro de Farias, por exemplo.

G.R. - Vejam. Em 1958, quando cursava o terceiro ano da Escola de Estado-Maior, no Rio, sendo eu major tal como Cerqueira Lima, fomos diversas vezes procurados na porta da escola, na praça General Tibúrcio, pelo coronel Luis Mendes da Silva, radical apaixonado, anti-juscelinista, convidando-nos para participar de um levante ou coisa que o valha. Sem qualquer alcance, sem perspectiva, uma aventura, uma quartelada. Gostávamos dele. Procurávamos demovê-lo. Deu em nada. Em dezembro de 1959, eu servia em Belém com Castelo e o coronel Luis Mendes participava com uns malucos da FAB da aventura de Aragarças. Neste mesmo ano, em Belém, fui sondado durante uma noite inteira quanto à minha posição – e indiretamente a do general Castelo – pelo radical coronel Antonio Carlos Serpa, estagiário da ESG em viagem de estudos da escola. Afinal, no Recife, novamente esse oficial voltou a sondar-me, em 1962. Todavia, quanto aos que ali serviam, também como eu, subordinados a Castelo – Ibiapina, Viloque, Castilho, Domingues, depois ligadíssimo ao Bandeira, Ednardo, comandando João Pessoa, Candal, comandando Campina Grande, para só citar aqueles que mais tarde se destacaram pelo radicalismo extremado –, dada a indiscutível autoridade de nosso comandante, o general Castelo, jamais um deles questionou ou ofereceu qualquer tipo de inconformismo em desacordo com a orientação e a postura de Castelo. Tampouco os conspiradores contumazes se aventuravam a ultrapassar a sondagem.

M.A. - O senhor poderia fazer um retrospecto da atuação desses grupos radicais? Desde quando o senhor identifica a atuação deles?

G.R. - Já fiz referência à participação política dos integrantes da FEB e da FAB (Grupo de Caça) na Associação de Ex-combatentes, com marcante atuação dos comunistas. Isso a partir de 1947/1948. A partir de 1949/1950 as eleições do Clube Militar, altamente motivadas pela Guerra da Coreia e pela candidatura e eleição de Getúlio Vargas, foram campo para a radicalização tanto da esquerda – dita nacionalista – como dos conservadores e liberais, taxados de entreguistas por aqueles. Curiosamente, não foram poucos aqueles que, ditos “nacionalistas”, apoiando as posições comunistas naquela ocasião, tornaram-se, em 1964, radicais tremendos contra seus antigos aliados. Em 1954/1955, na Escola de Comando e Estado-Maior surgiu um grupo com a esdrúxula denominação de “Ação Sem Chefia”, com estatutos, relação de participantes e intenções

– ASC. Gente séria, mas sem convicção. Eram instrutores e alunos da escola, majores e tenentes-coronéis com carreiras promissoras. Alimentados pelo ódio incendiário e inconseqüente de Carlos Lacerda, foram anti-getulistas, anti-juscelinistas, anti-lottistas, anti-janguistas, sem prejuízo para suas respectivas carreiras, salvo uma ou outra transferência para fora do Rio que era considerada como um “exílio”, para valorizar o “sacrifício”. Já me referi a alguns fatos ocorridos comigo entre 1958 e depois 1962/1963. Em 1969, foi criado na Brigada Pára-quedista um grupo que se denominou “Operação Centelha”. O coronel Dickson, que servia na brigada, era seu líder. “Centelha” mais tarde passou a editar um pequeno jornal. A origem teria sido um ato de insubordinação esboçado em uma das unidades da Brigada Pára-quedista pelo coronel Dickson, recusando-se a desfilar com sua tropa no dia Sete de Setembro, inconformado com as negociações da Junta Militar com os subversivos quanto à troca de 15 presos políticos pelo embaixador Elbrick, dos Estados Unidos. Evidentemente, faltou autoridade e ação de comando, ou então houve conivência e omissão dos generais diretamente envolvidos no episódio. Junte-se a isso, a evidente pusilanimidade omissa dos três membros da Junta Militar. Durante o governo Médici, com o general Orlando Geisel no Ministério do Exército e tendo tanto a subversão – com guerrilhas urbanas e rurais – como a repressão, em conseqüência, atingido seu mais elevado grau de confronto, aqueles grupos encontraram seu ambiente ideal, salvo uma ou outra ambição pessoal contrariada. A partir de 1974, passaram eles a questionar o processo de abertura e logo voltaram-se para a oposição, procurando seus líderes mais influentes a partir do deputado Ulisses Guimarães e depois o ex-ministro Severo Gomes, terminando por tentar consolidar a candidatura do general Euler Bentes Monteiro. A vaidade deste foi maior do que seu conhecido bom senso e não menor inteligência. O grupo militar que o apoiava chegou mesmo a elaborar um plano militar de operações para um movimento de vulto. Absolutamente visionário e sem qualquer fundamento prático. O general Euler recolheu-se a tempo. Curioso é que alguns elementos sempre atuantes estavam no SNI, inclusive na Agência Central e junto ao próprio Figueiredo. Outros acompanhavam as pretensões de Frota. Contudo continuavam em sua maioria a ascender em suas carreiras como bons profissionais que eram. Atuaram contra a candidatura de Tancredo Neves. Também não apoiavam as pretensões do general Medeiros, salvo seu pequeno grupo. Não apoiavam também o Andreazza. Suponho que estariam divididos e em dúvidas. Para um golpe não havia nem “clima” nem “vontade”, condições essenciais como ensinava o presidente Geisel a quantos o procuravam naquela época. Também dizia ele

com sabedoria: “As forças armadas só saem às ruas quando a coisa é incontrovertida.” Durante o governo Sarney e por ocasião da sucessão, a grande motivação desses grupos era novamente o anticomunismo e o perigo de Lula. Com Collor, a aparente extinção do SNI e o destino de seus funcionários, houve um estado de expectativa, aguardando, como afinal aconteceu, a total desmoralização do sucedâneo do SNI e principalmente de seu titular, absolutamente desqualificado. Em 1988, aflora, aqui no Rio, o “Grupo de Oficiais Independentes 31 de março”, liderados pelo general R/1 Sebastião José Ramos de Castro, de destacado passado no SNI, congregando como sempre os velhos radicais. Em Fortaleza surge o “Grupo Guararapes” com manifestos, exigências, etc, dirigido pelo general Euclides Figueiredo, irmão do ex-presidente. Em tudo isso, o Clube Militar servindo para veículo de reivindicações de natureza administrativa e salarial – de exclusiva competência das autoridades militares – e que abusivamente são apresentadas em nome de seu corpo social por uma diretoria eleita por percentual inexpressivo de votos que nunca são divulgados, divulgando-se apenas os percentuais das diferenças entre os candidatos à presidência do clube. Assim, é ela legal, mas não é representativa. Mas o que é realmente impressionante é a obsessão, o ranço anticomunista, o temor obstinado, a não aceitação do processo no quadro internacional e sua compreensão. Realmente não os entendo. Ou então é feito de caso pensado, com um propósito. É então alimentada a perspectiva, remota, sem qualquer base, de alguma coisa parecida com o que houve no Peru. Apoiam-se no descrédito do Congresso e dos políticos, inflação, custo de vida, insegurança, falta de autoridade do governo. E a utópica isonomia salarial entre os três poderes.

M.A. - Em função de que se faziam essas aproximações?

G.R. - Em primeiro lugar vem o fato de exercerem atividades na mesma organização militar – como colegas, subordinados, chefes ou o que seja. É aquilo que nós nos referimos: servir eu não servi com ele, eu servi com ele em tal ou tal lugar. Daí nasce o conhecimento e uma relação mais estreita, que é a camaradagem. Notável sentimento militar. Tão forte que o comunismo internacional foi nele buscar sua força e coesão. Paradoxalmente, o nosso obtuso anticomunismo chegou a ponto de procurar alijar de nossa linguagem essa idéia-força, pela estúpida associação que poderiam fazer. Além disso, as informações que podiam ser obtidas a respeito de um e outro, o interesse pela função que exerciam, os chefes aos quais estavam ligados, enfim, tudo isso criava um

conjunto de condições que levavam a buscar uma aproximação. No meu caso, suponho que foram essas as principais razões.

M.A. - Então, a aproximação entre os militares vem dessas oportunidades, e não de clivagens ideológicas?

G.R. - É. São essas oportunidades. Quando nós entrávamos para a Escola de Estado-Maior, no meu tempo, havia um livro com 60 atributos e cinco gradações: inteligência, liderança, etc. Recebíamos uma folha e dávamos nota para os colegas... Os instrutores também recebiam aquela folha... Além disso, pegavam nossa fé-de-ofício dos 15 anos de serviço. Tudo isso fazia um conceito tabulado que dava um conceito no fim do curso. Curioso é que era aproximado o juízo que cada um fazia de si com as outras avaliações. Salvo as distorções de personalidade levadas ao extremo de egocentrismo ou subestima.

G.S. - Em El Salvador o trote é muito sério, e os novos odeiam quem está atrás na escola. Quando alguém tem uma posição de mando, substitui todos pelos seus pares. Algo parecido acontece aqui?

G.R. - Eu acho que o alojamento influenciou muito as turmas. A academia de hoje é tipo apartamento e não permite mais o conhecimento que a velha escola permitia. Conheciam-se bem toda a turma e agora se perdeu essa convivência quase familiar. O que houve nas escolas militares, e está havendo cada vez mais, é uma proletarização na busca pelas forças armadas. Uma coisa impressionante. Na Escola Naval hoje a preferência é pelo corpo de fuzileiros navais, não é pelo oficial da Armada. Os melhores alunos querem ir para os fuzileiros navais, depois intendência, depois o corpo da Armada. Ora, o corpo da Armada, os oficiais que guarnecem e comandam os navios e que vão afinal dirigir a Marinha serão eles. Mas pela tendência indicada, os jovens não estão interessados no futuro da Força.

G.S. - No caso da escolha do Médici houve uma consulta à oficialidade...

G.R. - Eu estava servindo na fronteira. Sei apenas por leitura e informação posterior. Sem dúvida foi a crise mais grave dos últimos 40 anos. Não sei se os civis têm essa noção. Havia um “clima” altamente explosivo na área militar, conflitos pessoais,

pretensões desesperadas, mas não havia uma vontade, uma liderança que empolgasse e desequilibrasse o sistema de forças em disputa.

Assim sendo, havia a controvérsia. As forças armadas se questionavam. Podíamos chegar à guerra civil. Graças ao general Orlando Geisel, Médici assumiu.

M.A. - Mas essa escolha foi mais tensa no Exército.

G.R. - As outras forças queriam o general Albuquerque. Agora, eu acho que essa foi uma das maiores crises, foi mais grave que a crise de 1964, porque nos dividiu no elemento de força. Eu estava na fronteira, em Tabatinga, e fiquei um mês sem saber de nada. Quando o Costa e Silva ficou doente, eu me informava pelo rádio de Havana. A mulher de um veterinário, minha vizinha, ouvia e dizia à minha mulher.

M.A. - A estratégia de Geisel na sucessão foi diferente.

G.R. - Os anos de 1976 e 1977 foram decisivos para essa sucessão, mas eu não estava em Brasília, estava em Campinas. Não acompanhei de perto. Pelo que conheci depois e pelo que conheço hoje, por tudo que li e ouvi, o ambiente foi péssimo. Rivalidades... Os envolvidos e aspirantes – Figueiredo e o próprio Hugo – estavam muito próximos do presidente. Além disso, havia a candidatura do Frota, depois a do Euler. Creio que o presidente Geisel tivesse uma estratégia para a sucessão, mas na conduta do combate, na tática, ele não conseguiu conduzir a ação. Depois do lançamento “premature” do nome de Figueiredo, sem sua anuência, ele ficou sem alternativa. Não digo quanto ao candidato, àquela altura irreversível, mas quanto a uma esperada continuidade de ações de governo e que ficaram na expectativa da influência do Golberi, que continuaria, mas paradoxalmente sem o prestígio. Dentro do próprio SNI, ainda no governo Geisel, havia uma disputa velada entre os generais Castro e Medeiros para a chefia, substituindo Figueiredo. O vencedor seria depois, provavelmente, o titular no novo governo. Ganhou Medeiros. Tão ou mais difícil do que a escolha do sucessor é conduzir e influir no processo, na evolução e métodos do candidato e de seus próximos. Acontece que o presidente não tem mais autoridade sobre o comportamento de seu sucessor. É um fato consumado, irreversível. Se o presidente consegue assegurar sua liberdade de ação no governo e na administração, já é uma grande coisa. Castelo e Geisel conseguiram isso, mas não conseguiram garantir a continuidade de projetos que, até mesmo, haviam

iniciado. A vaidade humana. O poder degrada e a expectativa dele é mais degradante. Oportunismo, carreirismo, ambições. É uma visão melancólica... Vejam, o Figueiredo como chefe do SNI durante cinco anos devia ter acompanhado as administrações de cada um dos ministros de Geisel e avaliar seu desempenho, os programas em curso e o interesse em sua continuidade. Vejam, por exemplo, o ministro Paulo de Almeida Machado, da Saúde. Altamente qualificado, profissional de reputação internacional em saúde pública e que vinha realizando um trabalho excepcional de âmbito nacional. Apolítico. Figueiredo não tinha nem candidato. Por pura demonstração de prestígio, “deram” o ministério ao Antônio Carlos Magalhães, que também não tinha candidato. Indicou um desconhecido que três meses depois deixou o ministério. Uma lástima. O Mário Simonsen não foi capaz de agüentar muito tempo.

M.A. - O senhor disse há pouco que não participou do processo de sucessão do presidente Geisel. Mas o senhor vai para o Gabinete Militar porque o Hugo Abreu sai em função da crise da sucessão. Hugo não queria a candidatura do Figueiredo. Aí o senhor chega ao Gabinete Militar para uma sustentação política ao presidente Geisel. Não é isso?

G.R. - Sem falsa modéstia, creio que as razões que contribuíram para minha escolha foram o meu acesso ao presidente Geisel e a confiança que em mim depositava, a minha isenção reconhecida face ao problema sucessório, meu afastamento das atividades do governo nos últimos dois anos em que comandi a brigada em São Paulo e, afinal, meu relacionamento cordial com meus camaradas do Gabinete Militar e da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional – apenas quatro se afastaram acompanhando e general Hugo Abreu por lealdade, não por incompatibilidade comigo – assim como com os ministros e o pessoal do Gabinete Civil, particularmente o ministro Golberi. Tratava-se de uma operação delicada a ser levada a efeito com um mínimo de atrito. Assim a entendi e assim procurei levá-la a termo. O general Hugo Abreu era um excelente soldado e chefe, respeitado e muito querido e admirado por seus subordinados. Não era fácil substituí-lo naquela crise.

M.A. - E o senhor conseguiu perceber como eram as reações? As tensões eram muito fortes?

G.R. - O presidente Geisel ainda tentara, junto ao general Hugo, para que ficasse até a viagem ao México, que se realizaria dias depois, o que não foi aceito. Assim, além daqueles aspectos acima considerados, impunha-se rapidez na substituição para que não se caracterizasse perplexidade ou surpresa. Além do mais eu havia completado os dois anos de comando na brigada, sendo, pois, rigorosamente regulamentar minha exoneração daquele comando. Quanto ao ambiente vivido na presidência da República e no Congresso, no curso de 1976 e 1977 já encontrei o rescaldo do fato consumado: Figueiredo era o candidato. Continuaria na chefia do SNI até junho, promovido que seria a 31 de março, ocasião em que se descompatibilizou para concorrer à eleição em outubro.

M.A. - E a origem do DOI-CODI?

G.R. - A origem do DOI é muito mais antiga que o CODI. O DOI começou com a OBAN, em São Paulo, a Operação Bandeirante, com o general Canavarro. Então criaram, pelos idos de 1969, talvez, um núcleo que não era do Exército, a OBAN, sem nada institucional. Mas era um grupo com gente do Exército. Era esse coronel Brilhante Ustra, com o pessoal de polícia e tal. Assim é que nasceu a OBAN - Operação Bandeirante. Depois, talvez, de uns três meses ou mais, é que transformaram a OBAN no Destacamento de Operações de Informações, dentro do II Exército. A origem do DOI, Destacamento de Operações de Informações, é da OBAN. Criaram, então, para efeito de coordenação das três forças, o CODI; mas o DOI não era subordinado ao CODI, o DOI era subordinado ao comando do Exército naquela área.

M.A. - Naquela área, mas nacionalmente era subordinado a quê?

G.S. - Mais ou menos quando ficou subordinado ao CIE?

G.R. - Quer dizer, essa era uma subordinação informal. A rigor, legalmente, o DOI era um órgão da 2ª Seção de cada Exército. Mas como todo o sistema de informações estava centralizado no SNI, o DOI estava ligado a esses centros de informações, que eram o CIE, o Cenimar, o CISA.

G.S. - Uma coisa que eu tenho visto nas entrevistas feitas com militares, é que vários não gostaram da idéia de criar um órgão mais ou menos autônomo como o SNI, o CIE dentro do próprio Exército. Muitos dizem que a 2ª Seção fazia todas essas funções. Como é que foi isso?

G.R. - Isso foi pelo seguinte: o estado-maior do Exército tinha duas subseções, uma de segurança interna e uma de segurança externa. Isso é clássico em todos os estados-maiores, com maior ou menor evidência, mas sempre tinha. Então, o gabinete do ministro tinha uma pequena divisão chamada D-2, que era o Serviço Secreto para assuntos de interesse do ministro. Não tinha uma abrangência, como tinha a Seção de Informações do Estado-Maior do Exército. A 2ª Seção é clássica em todos os exércitos do mundo, em todas as épocas. Quando essa proposta do CIE foi feita no final do governo do presidente Castelo, o general Orlando Geisel era o chefe do estado-maior do Exército, e o marechal Ademar era o ministro. E essa proposta foi encaminhada pelo marechal Ademar, criando então um Centro de Informações do Exército, dentro do gabinete do ministro, e tirando da 2ª Seção do estado-maior a segurança interna. Isso porque realmente o problema era de segurança interna; em decorrência da revolução, tinha crescido muito esse problema todo de inquéritos, prisões, isso tudo. Mas era uma distorção e as alegações eram completamente improcedentes. Na ocasião eu estava no Gabinete Militar, fiz um parecer contrário àquilo. O general Geisel, chefe do Gabinete Militar, aprovou meu parecer e o presidente Castelo, não querendo questionar o marechal Ademar, mandou que guardasse. Eu fiz um parecer contra a proposta, levei ao presidente Castelo e o presidente disse: “Mas o Ademar propôs uma coisa dessas?” Eu mostrei que era um absurdo o que estava se fazendo, no meu entender, e os argumentos eram completamente frágeis: um deles, a que já me referi, dizia que o gabinete do ministro tinha uma política e o estado-maior tinha outra política. Isso era tradição no Exército, e falavam da política, política mesmo. Não era outra coisa. Isto não tem cabimento se questionar. Um argumento dessa natureza dentro de uma instituição militar. O caso é que Castelo não quis devolver ao marechal Ademar, amigo dele. Mandou guardar, mas quando chegou no governo do Costa e Silva – a essa altura o Orlando já tinha ido para o EMFA –, foi criado o CIE lá no gabinete. Um dos argumentos é que a Marinha já tinha criado o Cenimar. Então, em cada Exército, em cada escalão subordinado, foi acontecendo também a mesma coisa, foram tirando da

estrutura institucional as informações internas. Foram tirando, foram criando apêndices ou fazendo ligações laterais, ou o que fosse.

G.S. - Agora, isso criou uma dualidade de autoridade?

G.R. - Sim. Criou, e numa área delicada. Eles foram vendo que foi crescendo e foi criando uma série de problemas. Já no fim do governo Figueiredo tentaram acabar, diminuir as pressões do CIE.

M.A. - O CIE ainda existe?

G.R. - Sim. Mas voltado hoje para a área militar. Só para área militar.

G.S. - E a 2ª Seção, readquiriu as funções que tinha?

G.R. - O CIE era ligado à 2ª Seção. Nas unidades era sempre ligado à 2ª Seção. Mas foram deixando de lado, como não podia deixar de acontecer, essa preocupação permanente com as atividades políticas, sindicais, estudantis, conflitos de gerações... Isso aí absorvia muito e não levava a nada. Estão levando essa novela *Anos Rebeldes*. A novela está mal colocada porque eles querem colocar muito sinal de uma época, muito sinal de literatura, de teatro, de cinema, de censura, de economia e de subversão. E quem viveu aquilo, identifica, mas essa geração dos meus filhos não percebe nada daquilo. Não percebe não. Estão condensando demais um problema que não foi tão condensado assim. Eles querem mostrar uma série de aspectos, filigranas de personagens. E fica com uma carga muito grande. Ontem mostraram o problema do Cinema Novo do Glauber, mais isso, mais aquilo, mas não vão dizer, por exemplo, que o Glauber era um grande admirador do Golberi, isso aí eles não vão dizer. Ele era um grande admirador do Golberi.

G.S. - O que o general está dizendo é muito interessante, porque tem que ver com a minha ingenuidade. Quando nós montamos esse projeto, general, contratamos alguns estagiários, gente de 20 e poucos anos que está cursando faculdade, e eu me surpreendi, porque eles não sabiam o que era o Decreto 477... [risos]. De certa forma eu achava que eles tinham tido a mesma vivência que eu.

M.A. - O *Jornal do Brasil* e *O Globo* deram uma notícia de que alguns generais, alguns militares, estavam descontentes com a novela. Que a novela estava distorcendo os fatos. O senhor viu a nota?

G.R. - A história recente, ainda questionada e não sedimentada, a própria história da República não é conhecida. Muito menos o período de 1930 para cá. Somente por aqueles que por força das circunstâncias profissionais ou acadêmicas ou porque viveram e participaram dos acontecimentos ou os pesquisaram. Na melhor hipótese a nota foi inócua ou então anti-producente. Mas pior foi a nota do gabinete do ministro, que é horrorosa, horrorosa... [risos].

M.A. - Por quê?

G.R. - O gabinete quis comprar uma briga com a novela, quando a maioria não estava nem prestando atenção. Esse pessoal de capitão, de major para cá, não sabe nada daquilo. Não sabe nada de revolução. Meu filho tem 46 anos, meu filho não sabe nada, nada! Ia ao palácio, morava em Brasília, mas não sabe coisa nenhuma. Então, o gabinete do ministro comprar uma guerra em que ninguém está... A curiosidade é de quem tem razões profissionais, ou viveu aquela ocasião e está identificando coisas. Há uma quantidade muito grande de sinais querendo mostrar facetas de todas as atividades daquela época, mas são sinais muito tênues: cinema, teatro, não sei o quê, liberdade sexual, mais isso, mais aquilo. Não dá para perceber que o contexto era diferente.

M.A. - Tem coisas na novela que eu acho agressivas, do ponto de vista de um militar. Por exemplo, eles jamais falam “as tropas militares”, eles falam “os gorilas”, porque era assim que a esquerda se referia aos militares.

G.R. - Aliás, gorila... a maioria não sabe de onde vem isso aí. Gorila vem do grupo de oficiais argentinos que elegeu pela primeira vez o Perón, era Grupo de Oficiais Unidos: GOU. Esse negócio de gorila vem daí.

G.S. - General, estou tentando entender a organização das forças armadas. Como é que profissionais como o senhor, que tem orgulho de ser militar...

G.R. - É... a maioria tem...

G.S. - E a escolha do general Médici?

G.R. - Muito artificial, porque ela não fluiu. Dentro da instituição militar houve um processo de acomodação, mas não houve unanimidade. Aquela escolha foi muito questionada. Eu disse no princípio, aqui, que nós aceitamos um comandante. Ele é imposto, ninguém pergunta se tal batalhão quer fulano como comandante. Nomeiam um comandante e aí ele vai lá e assume o comando. Ele é imposto e tem que ser obedecido porque ele é um comandante. Mas isso é um procedimento, é um aspecto institucional. Todo comandante sabe que é assim. Não é o caso do presidente da República, nem o caso da revolução, que não foi um processo normal – as regras foram casuísticas e de oportunidade. Veja: eu não estava aqui, estava na fronteira, mas a questão da escolha do Médici foi uma escolha a rigor para quem não quer. Tanto queriam que pegaram o Médici – que não queria. O Médici não queria, nem tinha jeito para aquilo. O Médici foi presidente por uma associação remota de que ele seria o candidato do Costa e Silva porque tinha sido o chefe do SNI – sem nenhum jeito para aquilo também – e porque não queria; e porque o Orlando quis o Médici. E a rigor o que pesou foi o general Orlando, que tinha sido duas vezes comandante do Médici. Ele não queria para ele, então, com a habilidade e autoridade moral que lhe era peculiar, conduziu para o Médici...

M.A. - Mas o Médici não estava vinculado à “linha dura”...

G.R. - O Médici foi do SNI no governo Costa e Silva naquela fase bem conturbada de 1967 e 1968. Depois foi promovido, foi para o III Exército e ficou perto de sua estância em Bagé sem maiores interesses. Como presidente até pegou uma fase boa na economia. O Orlando, com muita autoridade – uma autoridade enorme não apenas no Exército, mas nas três forças armadas e no SNI, com o general Fontoura –, não dava confiança para o Figueiredo que era chefe do Gabinete Militar. O Orlando tinha realmente muita ascendência sobre o Médici.

G.S. - Eu estou querendo entender o seguinte: o marechal Cordeiro de Farias, que foi um revolucionário de primeira ordem, uma pessoa muito querida no Exército, etc...

G.R. - Era aceito. Os oficiais mais modernos não lhe tinham maior apreço... O Castelo tinha uma dívida muito grande com o Cordeiro. Na guerra, depois do primeiro ataque a Monte Castelo e que a FEB refluíu, os americanos ficaram furiosos. Houve uma noite dramática no quartel-general brasileiro. Os americanos, furiosos, queriam crucificar o Castelo, oficial de operações da Força Expedicionária, e quem salvou o Castelo foi o Cordeiro, que era general-de-brigada. O Castelo ia ser sacrificado como responsável pelo fracasso da operação. Coisas de guerra. Castelo ficou com essa dívida de gratidão. Em 1966, na escolha para a presidência, a última oportunidade do Cordeiro, ele viu fugir para o Costa e Silva. Não se conformava... Veio ao gabinete do general Geisel em 1966, desabafou comigo. O juízo que ele acha que nós, o Exército, fazíamos dele, era de um político, um aproveitador, etc. Procurei consolá-lo e rebater aquelas mágoas. Muito triste e penoso. Era realmente sua última chance. Ele não tolerava o Costa e Silva e era declaradamente hostilizado pelo grupo dele.

G.S. - E Geisel?

G.R. - Ernesto Geisel era presidente da Petrobras quando foi indicado para a presidência da República. Seu passado profissional e como administrador era inquestionável. Trazia a marca de castelista – o que desagradava os costistas e a “linha dura”, que reconheciam sua autoridade e independência. Evidentemente, seu irmão e o próprio Médici foram seus avalistas. Creio que por seu passado na administração pública, em particular na Petrobras, era, ao assumir, o mais conhecido dos presidentes militares no meio político e empresarial. Generais e coronéis mais ligados ao Orlando e a Médici empenharam-se na permanência do Orlando no Ministério do Exército. Pretensão absolutamente constrangedora e arriscada, dada à personalidade de ambos. Mas o próprio gabinete do Orlando procurou criar um ambiente de pressão por conta própria. Afastado da Petrobras, Geisel trabalhava na organização do governo com um grupo mínimo – o general Golberi, Heitor Aquino Ferreira e eu, que era na época coronel. No Natal de 1973, já havia convidado, praticamente, todo o ministério. Faltavam apenas os ministros militares e a solução do problema da chefia do Gabinete Militar, surgido após um acidente com o general Dilermando Gomes Monteiro, já convidado e impossibilitado de

assumir, embora não admitisse isso com boa vontade e compreensão. Orlando vinha se esquivando de um encontro com Geisel. Até que na véspera de Natal, foi visitá-lo na casa que ocupava no Jardim Botânico. Sentindo a dificuldade do general Ernesto, eu havia sugerido que pedisse ao próprio Orlando a indicação de um sucessor. Seria uma maneira indireta, mas cordial, de demonstrar seu propósito de mudança. Assim fez ele, depois me contou a conversa dos dois. Orlando ouviu com a cara fechada. Depois indicou o Vicente Dale Coutinho ou o Frota. No dia seguinte, o general Ernesto mandou-me trazer o general Dale Coutinho para convidá-lo. Frota, depois, foi nomeado chefe do estado-maior do Exército. Com a morte de Dale Coutinho, cerca de três meses depois, assumiu Frota o ministério. Mas o problema hierárquico não foi só este. O general Dirceu Nogueira, oriundo da arma de engenharia, era mais antigo do que os dois. Era também um radical. A solução foi nomeá-lo ministro dos Transportes. Governar é conciliar conflitos, entre outras atividades. O general Hugo Abreu foi nomeado para substituir Dilermando na chefia do Gabinete Militar. Seu nome foi sugerido pelo então coronel Ivan de Sousa Mendes, já integrado no futuro Gabinete Militar e que havia trabalhado com ele, ainda tenente-coronel, na Escola de Estado-Maior. Ele tinha visível ascendência intelectual sobre o Hugo, que seria seu chefe no futuro Gabinete Militar. Uma sugestão honesta, mas calculada. Foram várias coisas: a primeira foi o próprio grupo ir se diluindo, perdendo aquele impulso. O último estertor evidente nos escalões superiores externando publicamente essa posição radical, pelo que ficou documentado, foi o manifesto do Frota quando saiu. Ali Frota declara franca e frontalmente sua posição contra, e aqueles que eram radicais deviam ser também contra aquilo que estava sendo feito. Quer dizer, foi público e notório. Ele expressou uma posição, um ponto de vista do pessoal que ainda achava que a posição radical é que era necessária ao Brasil. Aquilo foi público, e ele procurou inclusive encontrar uma resposta, uma reação... Não sei se aquilo foi feito muito antes. Pelo que parece, aquilo foi feito com antecedência, talvez esperando um desfecho diferente do que houve. Esperando um grande impacto favorável...

M.A. - O tom do manifesto do Frota ainda era muito radical?

G.R. - Muito! Ainda considera aqueles perigos, achando que o governo estava sendo comunizado. Antes ele já havia encaminhado uma lista de comunistas e suspeitos no governo. Punha o pessoal da Petrobras mais qualificado sob suspeição total. O marechal

Ademar era o presidente; com habilidade, o general Barros Nunes foi encarregado do inquérito da Petrobras. O Barros Nunes era muito engraçado, uma figura. Mesmo assim era olhado com cautela pelos eventuais suspeitos. Um deles era um excelente geólogo meio “desligado”. Estava Barros Nunes na porta da Petrobras, no fim do expediente, ali na Pio X, perto da Candelária, e esse geólogo que havia sido diretor, chega para ele e diz: “General, seu carro está aí?” Ele disse: “Está”. “Então me empresta, que o meu foi não sei onde e eu estou sem carro”. Aí pegou o carro do Barros Nunes e foi embora. O Barros Nunes anotou na lista de suspeitos: “Fulano não é comunista, é maluco.” [risos] As listas apresentadas pela “linha dura” eram mais ou menos assim, até mesmo a preparada pelo general Frota.

M.A. - E o documento do Frota? Foi divulgado?

G.R. - Está publicado no livro SNI, da jornalista Ana Lagôa, no livro *A Guerra das Estrelas*¹⁰, do Carlos Chagas, e em outros. O presidente autorizando a publicação queimava o Frota, lógico! Inclusive, coisas que eram de um nível que ele não tinha mais que questionar. O reconhecimento da China... Era um atraso de vida. Um país como a China, com um bilhão de habitantes, não podia ser ignorado. Com Angola nós tivemos nossa posição fortalecida. O embaixador de Portugal estranhava como o Brasil não tinha se antecipado em reconhecer a descolonização da África. O Brasil tinha sido uma colônia, e como é que não se antecipava reconhecendo logo? O Frota, além do mais, era daquele radicalismo anticomunista. Não aprovava torturas, mas era radical. Estimulava as atividades das informações. E tolerava junto a si elementos ligados àquelas práticas, tais como Adir Fiúza de Castro e outros sempre ligados a esses processos.

M.A. - Como uma pessoa comum, que se mantinha informada, mas não tinha acesso a informações privilegiadas, eu lembro da saída do Frota como um momento de grande tensão. Os senhores tinham essa dimensão de que aquilo poderia resultar num conflito, talvez num enfrentamento mais severo? Havia esse entendimento?

G.R. - Não, porque aí fica uma espécie de jogo de xadrez. É uma disputa de posições, mas não vai ao ponto de ruptura, de confronto, porque não há “inimigo” militarmente

¹⁰ CHAGAS, Carlos. *A guerra das estrelas, 1964-1984: Os bastidores das sucessões presidenciais*. Porto Alegre: LPM, 1985.

configurado. Em 1961, aqui no Rio, houve caso em que o coronel comandante não conseguiu sair com sua tropa do quartel para apoiar os três ministros militares.

G.S. - Botar a tropa na rua não é fácil?

G.R. - Não põe. Essa de botar a “procissão” na rua não é para qualquer um. Veja, em 1964, que o Castelo sempre foi legalista. Em 1961, ele já dizia que o Jango tinha que tomar posse. Então, aí vem o meu problema pessoal: eu não faria uma revolução como o general Mourão. Eu não ia me meter numa quartelada, uma aventura. Era preciso que houvesse um argumento respeitável para alterar minhas convicções pessoais e meu senso de responsabilidade.

M.A. - Por que o general Mourão?

G.R. - Porque não tinha confiança nele. Para agir fora da lei e contra a lei, seria fundamental que confiasse tanto num chefe que achasse que aquele chefe, a despeito de estar contra a lei naquela hora, estava certo; senão eu ficava com a lei. Aí, além de valores subjetivos há, principalmente, o conhecimento pessoal, respeitabilidade e honestidade de propósitos – o passado do chefe que resguarda sua credibilidade e confiabilidade no comportamento revolucionário. O episódio dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, por mais respeitável que fosse o caráter de cada um deles, o ato foi absolutamente irresponsável – “uma tenentada”. Ficou o gesto nobre, a legenda sem organização, sem liderança, sem objetivo, sem capacidade de dar conseqüência a seus propósitos iniciais... E os riscos materiais e sociais?

G.S. - E a saída do Frota. O senhor estava em Campinas em 1977?

G.R. - Havia ido a Brasília para o casamento da filha do Humberto Barreto, um sábado. No domingo à noite, passeando ao redor da piscina do Riacho Fundo, a granja, o presidente Geisel me disse: “Vou tirar o Frota quarta-feira dia 12.” Seria feriado em Brasília. Você vai voltar para São Paulo e avisar ao Dilermando. E vai dizer ao Dilermando também que ele não vai ser ministro. Vai ser o Bethlen. O Dilermando está há pouco tempo no II Exército, houve uma substituição “anormal”. Veja, o III Exército é profissional, o IV é político. São nove estados no Nordeste, governadores... O II

Exército é psico-social: Igreja, empresários, estudantes... Eu tinha 25 bispos na minha área. O I Exército é misto e tem uma presença muito grande do próprio ministro. Então o presidente me disse para falar com o Dilermando no dia seguinte. Telefonei para ele e passei em São Paulo. No avião comigo ia o general Calderari, fazendo uma viagem de inspeção. Conversamos, mas eu já achava que aquilo tudo ia ser um complicador. O Dilermando me mandou esperar, fomos à casa dele, almoçamos, e a senhora dele, muito interessante, a dona Isaura, sempre falando, acabamos de almoçar... Conversas... Eu agoniado porque queria falar com ele. Aí Dilermando me levou para o gabinete dele, eu disse: “Pois é, o chefe me mandou aqui para dizer ao senhor que quarta-feira vai tirar o Frota. Não estão se entendendo, etc.” Dilermando concordou inteiramente. Agora a parte mais difícil... “Mas o senhor não será o ministro, será o Bethlen.” Recebeu um choque. “O senhor está num comando delicado. O senhor está tomando pé, houve um trauma muito grande aqui em São Paulo com a saída do general Ednardo. O presidente confia muito no senhor”. Mas ele ficou inconformado. Porque até nessa idade, alega-se ainda a antigüidade, que é uma droga. Isso aí é um complicador terrível na nossa vida. Se ao mesmo tempo é uma coisa boa, de outra maneira é um complicador. “Ah, porque o Bethlen é mais moderno do que eu etc, etc”. Aí fui para Campinas. Quando chegou na quarta-feira me telefonaram de Brasília, foi o coronel Lima da assessoria especializada dizendo: “Morais Rego, o presidente já chamou o Frota e tal, está tudo resolvido.” Telefonei para São Paulo para avisar ao Dilermando. Disseram-me que ele tinha ido para casa porque ia viajar. “Vai para onde?” “Vai para Brasília, o ministro mandou chamar”.

G.S. - O Dilermando foi chamado pelo Frota?

G.R. - Pelo Frota, e iria levar o Calderari com ele. Já iam dois generais-de-Exército. Voltei e telefonei para Brasília: “Lima, avisa o presidente que o Frota está arrebanhando generais-de-Exército – o Dilermando e o Calderari já estão viajando.” Creio que meu telefonema foi o primeiro aviso para a tomada das providências junto aos demais e para a recepção dos generais no aeroporto – graças à eficiência do Gabinete Militar com o general Hugo Abreu. Vejam, pois, que as “mudanças de guarda”, como os civis chamavam zombeteiramente as mudanças de presidentes e de ministros, não eram tão simples e tão seguras e sem qualquer risco para todos. Aí houve aquele episódio de mandarem os oficiais da Secretaria do Conselho, do Gabinete, para o aeroporto para

receber os generais e convidá-los a irem ao palácio. No palácio, o presidente deu posse ao Bethlen e mandou, pelo telefone, avisar ao Frota que eles estavam indo para o quartel-general para a transmissão do cargo.

M.A. - O general Dilermando, por ambição pessoal, teria vacilado em sua lealdade ao presidente?

G.R. - Não. É a tal história da chance, não é. “Eu sou amigo do presidente, o presidente pode pegar um general para ser ministro, e eu não vou?” Agora, graças a isso, ele foi para o Superior Tribunal depois. Se ele tivesse ficado como ministro ficaria muito mais complicado sair do ministério. Não dava. Mas não houve dúvidas de sua lealdade ao general Geisel. Foi uma aspiração de natureza profissional apenas. Afinal, uma chance de ser ministro do Exército com o presidente Geisel é um bonito coroamento de carreira.

M.A. - Eu queria entender outra coisa em relação ao general Frota. Ele tinha uma aspiração também, que era a de ser presidente da República. O senhor acha que esses atritos com o presidente Geisel eram em função dessa aspiração, ou envolviam questões ideológicas?

G.R. - Sem dúvida havia as aspirações e muito estimuladas por políticos. O presidente fez uma coisa de uma sabedoria formidável. O Frota fez um documento com uma lista. Foi o último documento que ele fez, e apresentou como despedida dele do Exército. Esse documento consta, na íntegra, no livro *Nos porões do SNI*¹¹ e mostra bem o conflito que havia entre os dois. O Frota foi contra o reatamento das relações com a China, contra o reconhecimento de Angola, foi contra umas quatro tomadas de posição do governo. Nesse documento ele arrasa. Diz que o Brasil estava sendo entregue aos comunistas, etc. A posição do Frota foi claríssima. Quando procuraram divulgar esse documento, o Hugo Abreu achou que devia evitar e o presidente disse: “Não, deixa divulgar para eles verem como o Frota pensa.” E foi divulgado.

¹¹ BAFFA, Ayrton. *Nos porões do SNI – O retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1988.

G.S. - Então essa história, de que, aliás, eu já tinha ouvido falar, é verdadeira. O documento era ruim e sua publicação queimaria o Frota.

G.R. - É a tal coisa, a “linha dura”, os radicais, os frotistas, com certeza concordavam com aquelas posições. Consta que o redator do documento foi o Pecegueiro do Amaral, advogado que desempenhava as funções de consultor jurídico do Ministério do Exército. Tinha fama de radical. Não somos somente nós...

M.A. - O senhor acha então que o governo Geisel conseguiu dismantelar essa linha mais dura por duas razões: uma, porque o grupo já estava passando para a reserva...

G.R. - É, iam se diluindo.

M.A. - Estavam deixando os cargos estratégicos; e a outra, foi a ação deliberada do presidente Geisel?

G.R. - Ah, foi. Isso não há dúvida. Vamos dizer, havia resquício do pessoal ainda radical, que ainda tinha pretensões a oferecer alguma resistência – como no caso do Ednardo – e não há dúvida que foi aí que eles viram que não seriam mais tolerados casos como aqueles de Herzog e do operário Fiel em São Paulo.

M.A. - E o senhor considera, então, só para confirmar, que os episódios do governo Figueiredo são episódios pontuais, não fazem parte de um esquema maior?

G.R. - Não, não. Não havia esquema. Mas os “bolsões” ainda eram muito ativos. O Pires era muito mais radical do que o Medeiros do SNI. E o CIE mais inconformado com a abertura. “Eu chamo o Pires...”, era a ameaça do Figueiredo.

M.A. - Não era um problema militar, era um problema do CIE. É isso?

G.R. - Envolvia o Exército e o CIE. O Pires tinha muito mais força do que o Medeiros junto ao Figueiredo; digamos, Medeiros tinha mais intimidade, não força. Entendo, porém, que àquela altura, com Figueiredo, a permanência do general Medeiros no SNI foi mais prejudicial do que útil às suas pretensões e aspirações. O SNI havia chegado ao

limite de sua confiabilidade. Não convivi com eles, mas imagino que o relacionamento, a convivência entre Figueiredo, Pires, Délio, Medeiros, Newton Cruz, Venturini, Castro e outros – esse grupo mais íntimo, com rivalidades e mais interessado – era muito difícil... Creio que o Medeiros chegou a admitir que Figueiredo teria interesse e força para repetir com ele o que Geisel fizera com Figueiredo. Mas a situação e os homens eram outros. Figueiredo foi incapaz de resistir à disputa entre seus próprios candidatos – Andrezza, creio que o preferido, Maluf e Medeiros.

M.A. - Mas por que o CIE estaria contra a abertura e o SNI também?

G.R. - Por quê? A abertura reduzia muito o poder dos órgãos de informações, sua liberdade de atuação impune. São vícios que vão se incorporando... E porque de uma certa maneira eles perdiam o emprego, não é? [risos]

M.A. - Isso é uma questão pragmática importante...

G.R. - É. Aí é que foi o erro do SNI. Ele cresceu, se agigantou e se deformou num tipo de atividade, de informação, que não era o essencial. A expansão e gigantismo da comunidade de informações. Um “monstro”, como reconheceu Golberri, que o havia criado...

G.S. - E entrou em operação também?

G.R. - Entrou em operação. Um serviço de informações tem a contra-informação. Isso é outra coisa. Contra-informação está ligada à informação externa. Agora, essa informação, saber o que é que há com um sindicato, o que é que há com o estudante... Quando assumi o Gabinete Militar, o reitor da Universidade de Brasília veio procurar-me com um problema. “O senhor deve entender-se com o ministro da Educação”. “Ah, mas eu estava acostumado...” De um lado, as autoridades civis ou foram se omitindo ou ficando marginalizadas e os militares assumindo. Então, o SNI tinha que se transformar. Aliás, quando o presidente Collor assumiu, as primeiras notícias eram criar essa Secretaria de Assuntos Estratégicos para se voltar para a parte de informações externas. O que também fica muito caro. Para o Brasil ter um serviço muito grande, ter esse programa no exterior, ele tem que organizar as embaixadas direito, os adidos militares.

Outra deformação grande foram os adidos militares. Em princípio, podiam ser reduzidos à metade ou mais, sem qualquer prejuízo. Caríssimo para as forças armadas e com raras exceções era considerado um relações-públicas. O adido é um assessor do embaixador. Mas houve uma deformação grave e ele foi considerado um fiscal, quando não um espião das atividades do embaixador. E dava conta das atividades do embaixador à força correspondente. Houve até aquele idiota relatório Saraiva, falando do Delfim lá em Paris. Mas não tem cabimento isso, meu Deus! O sujeito foi nomeado adido militar. Tudo bem. Quem é o embaixador? Fulano de tal. Bom, eu não concordo com ele, peço as minhas contas e volto: “Olha, eu não posso mais ficar aqui porque o embaixador não é um sujeito correto, não age direito; eu não fico mais.” Não posso é ser desleal a um sujeito a quem eu devo lealdade... Isso eu não aceito. Fui amigo íntimo de dois presidentes. Com 43 anos de serviço nunca tive uma comissão no exterior. Afinal, a gente tem de pagar um preço pela coerência. Aliás, considero as funções de adidos mais importantes justamente nos países nossos vizinhos, em um ou outro país novo africano e naqueles que ofereçam realmente problemas com reflexos de natureza militar. Ou seja, aqueles fora do circuito “Elizabeth Arden”, como denominam os diplomatas os postos privilegiados – Paris, Londres, Roma, Nova Iorque e por aí. Assim, com o meu ponto de vista, evidentemente não me ofereceriam nada no exterior. Nem curso, nem escola, nem adido militar, nem coisa nenhuma. Nunca. Agora, eu acho que o sujeito vai para uma embaixada, ele é subordinado ao embaixador. Ele é o assessor militar do embaixador.

G.S. - Aliás, até os americanos tiveram problemas com isso, quando houve aquele projeto Camelot no Chile e o embaixador não sabia. Foi uma vergonha pública que o embaixador não soubesse que na sua própria embaixada estava acontecendo alguma coisa por orientação do Pentágono.

G.R. - Ah, o que nós fazemos, os pecados que nós cometemos, ainda mesmo nos pecados nós não somos originais. Não somos.

G.S. - General, todos nós que somos democratas como o senhor, temos uma dívida com o general Geisel. Mas há no Superior Tribunal Militar depoimentos de pessoas dizendo que tinham sido torturadas durante o período Geisel. Por outro lado, deve ter havido uma política de acabar com o exagero, com o abuso. O senhor poderia me dizer quais foram as medidas que o presidente adotou visando isso?

G.R. - No meu entender, a primeira medida são as declarações. Quer dizer, eu acho que um ponto muito importante, que ficou uma espécie de sinal, foi aquele reconhecimento dele dos bolsões honestos, bem-intencionados, porém radicais. Com aquilo ali, ele dá a dimensão da posição radical. Eram bolsões, não era um universo, não era uma expansão... Ainda eram bolsões. Segundo, ele admite a sinceridade e ânimo da posição radical, a despeito de não concordar. Ele reconhece o propósito e limita no espaço dizendo que eram “bolsões”, reduções remanescentes de atividades maiores e já sob observação e controle.

G.S. - O que eu queria saber é como o presidente Geisel controlou os bolsões, quais foram as medidas.

G.R. - Depois que definiu como via esse quadro, ele usava do diálogo com os ministros, principalmente com os ministros militares, sobre os casos que iam aparecendo. O Figueiredo no SNI, também afinado com ele, continha seu pessoal nos limites do possível. Era forçoso, porém, que os radicais do outro lado – a esquerda, os políticos, a Igreja progressista – também se contivessem, também fossem reduzidos a “bolsões”. Mas seriam contidos por quem? Seria preciso que as figuras mais responsáveis também entendessem, compreendessem e aceitassem, que a única maneira de alcançar a abertura era lenta e gradualmente. Mas nem sempre foi encontrada a compreensão... Figueiredo também tinha essa perspectiva junto ao SNI, Geisel observava, cada caso ele procurava indagar. Os problemas com a Igreja, por exemplo, foram problemas bastante delicados. Ele, Geisel, julgava que tinha um “handicap” favorável, era luterano. Ele era neutro, não é? Tinha muito boas relações com o núncio. Um episódio complicadíssimo foi o bispo Pedro Casaldaglia. Outro episódio delicado que veio depois foi daqueles dois padres franceses, e os dois padres já chegaram no Figueiredo. Veio o problema da expulsão, e o problema foi resolvido até pelo Aureliano, se não me engano. O Pedro Casaldaglia deu trabalho. O presidente reclamava, reclamava com o papa. Agora, havia o desencontro, e eu acho que aí o presidente tinha razão. Sou católico, praticante, acho que foi útil minha posição, foi sempre considerada. Geisel tinha razão em não aceitar a ingerência da CNBB. O representante da Igreja, do papa, era o núncio, com quem ele tinha que se entender. Quando o governo do Estado tivesse um problema com a Igreja, o Estado, o Vaticano, tinha de se entender com o núncio, e não com a CNBB. Padres e até bispos

estrangeiros com atuação política aproveitavam-se abusivamente da dupla condição. Os cardeais naquela ocasião tinham um papel muito ligado à parte política. Dom Hipólito, dom Pedro Casaldaglia, dom Hélder... esse convívio era difícil. Com dom Eugênio ele se dava bem. Todo livro que a censura pegava, o Falcão mandava para o dom Eugênio. Livro de pornografia, disso, daquilo, mandava tudo para o dom Eugênio; e o dom Eugênio acabou, uma vez, fazendo um artigo reconhecendo que tinha que haver censura mesmo.

G.S. - No governo do presidente Geisel, quais eram os ministros que o senhor considerava que eram mais de ponta no sentido da abertura?

G.R. - Mais do que ele? Golberi foi de uma importância capital. Petrônio Portela, no Senado, foi o político de maior prestígio com Geisel e no Congresso. Nei Braga, Euclides Quandt, das Comunicações, Nascimento Silva, Simonsen, Reis Veloso, Paulo de Almeida Machado, Alison Paulineli, o embaixador Silveira – estes opinavam mais, o presidente os admirava e gostava de ouvi-los. Também o brigadeiro Araripe Macedo, da Aeronáutica, o general Fernando Bethlen, do Exército e o almirante Geraldo Hening, tinham de reduzir as resistências e “bolsões” em suas respectivas forças e buscar uma situação de equilíbrio como o CIE, o CISA e o Cenimar. Não podiam desprestigiar-los de repente, teriam de enfrentar enorme reação. Tudo teria de ser feito lenta e gradualmente. De um lado e de outro.

G.S. - O presidente tinha de fazer composições para organizar o ministério?

G.R. - Como o apoio era de um único partido, a Arena, as composições eram predominantemente sob o aspecto regional: Nordeste, São Paulo, Paraná, Rio. Lembro-me que na véspera do anúncio do ministério, em 1974, os jornalistas especulavam e não identificavam ninguém de São Paulo. E eu afirmava que seria um dos ministérios mais fortes. Ficavam perplexos. Realmente era. O general Dale Coutinho, um dos últimos convidados, era de São Paulo. Morreu três meses depois de assumir.

G.S. - Voltando um pouco. Era possível acontecerem fatos graves, com certa frequência, nas dependências do DOI. É possível que o comandante da unidade maior, digamos, o comandante do Exército, não tivesse conhecimento disso? Qual era aquela

chain of command que chegava até lá? Por que em algum momento a informação ou era aceita ou não era transmitida para os escalões superiores? Eu me lembro, por exemplo, do senhor dizendo que o Ednardo foi traído em São Paulo.

G.R. - É. Vamos supor uma atividade que seja reservada, sigilosa, ou o que seja. Há um limite de conhecimento ou de acompanhamento que aquele que determinou a ordem pode acompanhar. É como se fosse uma guerra. Vem uma ordem, essa ordem é esmiuçada, é detalhada, ela é transmitida, ela é subdividida para outros escalões subordinados. Agora, na ponta da linha, alguém vai executar aquela ordem, que já está subdividida ao extremo. Era uma ordem com uma certa coesão, que vai sendo cumprida por partes, inúmeras partes, que vão dar o todo, o conteúdo, a razão de ser da ordem. Então, se lá na ponta alguém não cumpriu direito, alguém não entendeu ou não cumpriu, ou o que seja, é muito difícil depois a gente apurar isso tudo, a não ser que aquilo provoque um dano tão grande que a gente vá lá e encontre. Então, na informação sigilosa, nas atividades desse tipo, reservadas, um número mínimo de pessoas sabia que ia executar a operação, por causa do vazamento. Um número mínimo de pessoas sabia. Como muitas coisas são sempre divulgadas, há uma técnica de informação que é a repartição do sigilo. Ninguém sabe tudo. Os dois grandes exemplos disso, a invasão da Europa e a bomba atômica: ninguém sabia tudo, duas ou três pessoas sabiam da invasão da Europa. Cada um sabia apenas aquilo que lhe dizia respeito e que era fundamental para o cumprimento da sua missão. Essas missões reservadas foram muito assim. Outra coisa é uma falsa lealdade de querer poupar o comandante. Então vão fazer uma coisa ilegal, mas com o efeito que julgam que deva ser correto, e para poupar o comandante, para não engajá-lo, não comprometê-lo naquilo... É uma falsa lealdade, porque a lealdade primeira é com o comandante, que é responsável por tudo. É possível que aconteça uma coisa sem o seu conhecimento. Agora, em São Paulo, o centro maior dessas atividades que chegaram à tortura e a essas barbaridades foi o DEOPS, que era da polícia, era daquele delegado Fleury – Departamento Estadual da Ordem Pública, sem dúvida com estreita ligação e até subordinação ao DOI.

M.A. - Mas general, a impressão que eu tenho é que a gente tem um organograma com várias instituições paralelas, não é? O SNI, o CIE, e o Cenimar, os DOIs, os CODIs, correndo paralelamente. O senhor mesmo admite que às vezes o fluxo ficava meio

prejudicado. Mas a impressão que eu tenho, também, é que um mesmo grupo controlava isso tudo.

G.R. - Pretendiam, mas não controlavam, porque havia uma rivalidade, uma disputa. Em São Paulo houve um incidente grande, eu não me lembro se foi num negócio do cerco da Lapa, mas houve um incidente grande do Cenimar com o DOI. Os dois queriam cumprir a mesma missão, um sem falar com o outro, com o perigo até de haver excessos, de um ficar contra o outro. Era a rivalidade, o desconhecimento. Um queria chegar na frente do outro, achava que era dele, e por aí afora. Acontece muito desse tipo de competição, a despeito do tema ser escabroso. Agora, é preciso também que a gente reconheça que há o sujeito perverso, há o sujeito malvado, há o sádico e, no fim, o torturador. Esse camarada é um sujeito pervertido. Estamos vendo aí essa magia negra de matar criança, essa coisa toda. Quer dizer, por fim acaba na mão de um desses camaradas mesmo. O sujeito, depois, vai se transformando. Agora, o que houve, é que nem sempre as coisas são colocadas de maneira justa. Houve uma guerrilha que era uma parte de uma guerra, e tanto morreu gente do nosso lado como morreu gente do lado de lá – era uma guerra. Eles tinham aparelho, eles tinham um centro de subversão, ou seja, tinham armamento, tinham tudo. Não era uma ação levada a efeito contra pessoas inermes e indefesas; não era isso, era uma guerra. E a guerrilha é assim...

G.S. - O senhor está falando da Guerrilha do Araguaia?

G.R. - Sim, Araguaia, e da guerrilha urbana. O que começou primeiro foi a guerrilha urbana. Eu tenho na minha família, tem de tudo na minha família, três primos ativistas muito perigosos. Jovens, com pouco mais de 20 anos, uma moça que participou do assalto da Casa de Saúde Doutor Eiras. Um deles foi preso e depois trocado pelo embaixador Elbrick, em 1969. Viveram na clandestinidade, para agonia de seus pais. Depois fugiram para o exterior. Voltaram anistiados.

M.A. - A gente sabe também que a maior parte dos cassados, dos processados, estava nas forças armadas. O senhor acha que isso aconteceu porque havia ali uma ideologia de esquerda?

G.R. - Eu acredito que grande parte, uma grande parte, não tinha nada de comunista. Nada, nada. A parte militar não tinha. Conheço um sujeito de primeira qualidade, o Lingnel, casado com uma filha do general Lott. É uma turma na minha frente. É um sujeito formidável. Quando prenderam o Lott, e isso... Foi feita muita arbitrariedade, mas demais. Muita vingança pequena, muita forrazinha, foi feito muito disso.

G.S. - General, a propósito dessa pergunta, havia uma idéia de que as forças armadas exerceram uma espécie de poder moderador durante muito tempo, ou seja, evitando os excessos de alguma parte do poder civil. Houve uma crise em 1954, houve uma crise em 1955, e sempre a posição das forças armadas foi de impedir a crise, resolver a crise e se retirar. A pergunta que os historiadores têm que fazer é por que em 1964 não aconteceu o mesmo, ou seja, por que não tirar o Jango e voltar à caserna, três meses, um ano, seis meses depois, como tinha acontecido anteriormente. Era esse o projeto do Castelo?

G.R. - Sim. Mas aí foi o seguinte. No meu entender, quando o Getúlio, em 1954, se suicidou, faltou-lhe vontade. O Getúlio já estava desencantado, se não ele sanava aquilo com sua conhecida capacidade política, embora cercado de incapazes. Aquilo foi um caso menor, envolvendo guardas dentro do palácio. Talvez o que pudesse trazer uma mágoa maior fosse o envolvimento do Bejo, irmão do Getúlio, naquele episódio. Segundo consta, teria sido o mandante daquele atentado contra Lacerda. Houve um atentado, mas a morte do major Rubens Vaz, nosso colega desde o Colégio Militar, foi consequência de sua participação política pessoal, não profissional e, muito menos, por dever de ofício. Era absolutamente voluntária sua participação e presença junto ao Lacerda. Havia, pois, um risco político, mas pessoal. Não envolvia absolutamente a FAB e muito menos as forças armadas. O complicador foi o real envolvimento pessoal – o irmão do Getúlio e pistoleiros de sua guarda do palácio – e a radicalização feita pelo brigadeiro Eduardo Gomes e seus adeptos. Se o Getúlio pudesse resistir... mas ele estava sozinho. Ministros fraquíssimos... Assumiu o Café Filho, e não houve expurgo, não houve coisa nenhuma, nem ninguém tirou ninguém de lugar nenhum. Porque era um episódio menor. Agora, em 1964 não! Houve um abalo! O grande erro do Jango foi deixar haver a infiltração e a expansão da subversão, do comunismo, ou do que seja, dentro das forças armadas. Foi uma ruptura da disciplina e da hierarquia. Aí, então, as forças Armadas acabam. Chegou-se a uma posição frontal e depois àquela fase de

expurgo, porque atingimos a nossa própria carne, nossos colegas. Costa e Silva fez, certa ocasião, um discurso, depois da revolução, na Escola de Estado-Maior, dizendo que “cortamos a nossa própria carne”. Foi verdade. Isso foi verdade. Nós começamos atingindo companheiros nossos, atingindo colegas nossos, amigos nossos... Foi penoso para o Castelo ter que cassar companheiro dele de 40 anos, como o general Jair, o ministro da Marinha, Sílvio Mota, e outros. Então, realmente, houve essa visão, essa percepção de que o processo de deterioração das forças armadas estava num nível intolerável e num comprometimento que as levaria à destruição. Essa visão generalizou-se até no meio civil depois da reunião dos sargentos no Automóvel Clube com a participação de Jango e dos ministros.

M.A. - Luiz Carlos Prestes tem uma frase que ele repetiu sempre: “É mais fácil organizar o Partido Comunista nos quartéis do que entre os civis.”

G.R. - Sim. Porque o comunismo é hierarquizado e disciplinado, embora seja um aparente paradoxo. Motivado pelo clima, escrevi em épocas diferentes, antes da revolução, quando ainda dominava esse quadro do Jango, dois pequenos artigos. O primeiro, publicado em dezembro de 1962 na *Defesa Nacional*, é um estudo sobre o movimento da Cabanagem na Amazônia, de 1835 a 1839. A Cabanagem foi um movimento muito interessante, um pronunciamento popular de massas conduzido por lideranças nativas. Uma insurreição. Foi uma guerra insurrecional, quer dizer, forças populares nativas que se rebelaram contra a autoridade constituída. Naquela época eram todos portugueses e os descendentes ainda mandavam, principalmente na Amazônia, e os cabanos tomaram Belém três vezes, numa guerra que se prolongou pelo interior. Houve guerrilhas e condutas políticas. Apreciei sob a forma de um “estudo de situação” como se os cabanos o fizessem com a feição maoísta, com perspectiva do fraco contra o forte, o improvisado contra o organizado, e todas as dificuldades impostas pela vastidão da área de operações, falta de comunicações, efetivos escassos e outros. Uma especulação, uma tentativa sem profundidade, mesmo porque eu não dispunha de maiores conhecimentos e visão do ponto de vista marxista, mas apenas do maoísta. Não disse isso, evidentemente, eu não disse, mas fiz o estudo baseado assim. Como é que os cabanos conseguiram superar forças superiores numa área tão grande como a Amazônia? Eles conseguiram chegar a Manaus, tomaram várias cidades, tomaram Belém, formaram um governo cabano, recusaram o apoio dos ingleses – que certa época

fizeram uma proposta para apoiá-los com armas; depois, naturalmente, ficavam submetidos à Inglaterra. Esse trabalho foi publicado também em 1965 e pelas edições do governo do estado do Amazonas. O segundo ensaio foi diferente. Eu servia em 1962 no estado-maior; Castelo também servia lá, mas não era o chefe. Houve um estágio de guerra revolucionária e anticomunismo organizado na diretoria de Ensino do Exército. Então, ninguém queria freqüentar [risos]. Imagine. No governo do Jango, estágio de guerra revolucionária e anticomunismo. Mas, escalaram lá uns oficiais para freqüentar. Creio que em razão de meu artigo, já publicado, seria um dos palestrantes. Então, o curso começou a funcionar; vieram camaradas da Marinha, da Aeronáutica e um colega nosso, Paulo Paiva, que tinha tirado um curso na Argentina mais ou menos idêntico. O Castelo foi promovido, foi para o Recife, e eu fui com ele. Nunca mais pensei no curso. Um belo dia, eu estou lá no Recife, o Castelo recebe um radiograma do chefe do estado-maior, general Machado Lopes, que na semana seguinte cabia a mim uma palestra, não sei o quê e tal... Castelo me chamou e disse: “Olha aí, você tem que ir lá, tem que fazer, e é uma oportunidade.” Eu disse: “Mas general, eu não lembro mais disso, estou com encargos aqui...” Ele: “Não, você tem que ir, responsabilidade...” Eu não sabia nem o que fazer, nem como começar, então fui no arquivo da 7ª Região Militar e peguei cinco ou seis volumes enormes e manuscritos dos Inquéritos Policiais Militares feitos em 1935, no Recife e em Natal. Manuscritos, daquela época... Sargento com boa letra. Li os cinco volumes, fiz uma palestrinha que já não era mais sobre guerra insurrecional, mas sobre guerra revolucionária, que era o movimento comunista. Então falei da Aliança Nacional Libertadora, das Ligas Camponesas, aliciamento, etc. Só não citei os nomes, porque os nomes de 1935 eram os mesmos daquela época: Hermes de Lima, Julião, não sei o quê... [risos]. Era o pessoal todo que estava em evidência. Só não citei os nomes. Só citei o Prestes e o Henry Berger, o agente comunista que organizou o movimento no Nordeste, em 1935. Era guerra revolucionária porque tinha caráter ideológico comunista e a efetiva participação e auxílio do exterior. Assim foi em 1935 e assim se repetia em 1963. Apenas nos quartéis não chegaram ao estágio atingido no Rio graças à atuação vigilante e à autoridade do general Castelo. Por outro lado, porém, os governadores Miguel Arrais e Seixas Dória eram bastante eficientes e hábeis, assim como seus auxiliares, inclusive oficiais do Exército na Polícia Militar e na Secretaria de Segurança. Em 1963, ou melhor, 1964, seria uma repetição aperfeiçoada do que havia sido tentado em 1935, uma repetição do que foi feito em 1935 [risos]: Ligas Camponesas... mesma coisa, aquela organização do interior, do sertão...

G.S. - O senhor ainda tem esses trabalhos?

G.R. - Tenho.

G.S. - Me consegue uma separata?

G.R. - Consigo. E aí, então, houve um movimento no Recife, um levante no batalhão que estava até de mudança. Era um tenente... o Lamartine... eles tiravam panfletos comunistas no mimeógrafo do quartel! Comandante, subcomandante nem tomavam conhecimento. E aí, houve uma revolta no batalhão – esse batalhão já tinha saído da cidade, estava em Jaboatão e quem barrou esses revoltosos na ponte Motocolombó foi o capitão Jurandir Bizarria Mamede, que era o comandante da Polícia Militar no Recife¹². E em Natal, dois sargentos, sendo um deles músico, além de um sapateiro, tomaram conta da cidade durante três dias, ou quase uma semana; sendo sábado, os oficiais que estavam no cinema foram presos e recolhidos a um navio mexicano, sem resistência. Horrível...

M.A. - Um projeto do general Góis Monteiro, nos anos 30, era o de criar uma grande corporação militar, impor os valores da hierarquia militar, da disciplina. Pelo que o senhor está falando, em 1935, e comparando com 1964, o senhor admitiria que havia algum problema dentro das forças armadas no sentido de cumprir esse projeto do general Góis Monteiro?

G.R. - Não, não. Esse pessoal de 1935 não tinha nada a ver. O Góis, em vez de querer a política dentro do Exército, queria o Exército dentro da política. O Góis era militarista, então ele queria que o Exército mandasse na política. Não era a política no Exército. Porque os tenentes acabaram passando para a política, não é? O Juraci, o Juarez, esse pessoal todo passou para a política. O Góis não. O Góis queria que o Exército mandasse na política. Agora, esse pessoal aí, Agildo Barata, Silo Meireles, Prestes, esse pessoal já

¹² Nesse momento, o capitão Jurandir de Bizarria Mamede, comandante da Brigada Militar de Pernambuco, encontrava-se no Rio Grande do Sul como representante do governo de Pernambuco nas comemorações da Revolução Farroupilha. Substituiu-o no comando das operações o capitão Afonso Augusto Albuquerque Lima, que derrotou os rebeldes com o auxílio das tropas da Paraíba, Alagoas e do interior de Pernambuco.

estava mais para o comunismo mesmo. O mesmo erro de 1935 que é acusado pelos próprios comunistas aconteceu em 1964. Eram mais idealistas e aventureiros, sem senso de responsabilidade e capacidade de organização. Quase sempre divididos em querelas pessoais, disputas e rivalidades; além das inúmeras dissensões e expurgos que marcaram todo o processo de expansão do comunismo internacional, inclusive na própria Rússia e na China. Entre os nossos, suponho que seja a falta de uma formação homogênea, o que compromete toda organização e principalmente a ação, quando necessária.

Voltando, o Prestes foi contra o que o pessoal comunista fez em 1964. Foi um erro gravíssimo... Há um famoso inquérito aí, que deu muito dissabor. O encarregado desse IPM foi o coronel Ferdinando de Carvalho. O Prestes cometeu uma falha incompreensível. Um sujeito treinado, articulado, tarimbado em ações clandestinas, o Prestes, logo depois de 1964, escapando lá do esconderijo dele, deixou uma caderneta com nomes, endereços, codinome, não sei o quê. Quer dizer, isso era uma coisa indesculpável. Há quem alegue até a traição dele... Eu não acredito nisso. O Prestes era um sujeito muito conceituado, muito correto. Tinha um carisma messiânico, porém sem pragmatismo e carente de objetividade para liderar. O que não aconteceu com ele na Coluna Prestes. E isso, a caderneta, deu margem a um inquérito. O Ferdinando era um bom oficial, mas metido a literato e querendo aparecer. Então, fez render esse inquérito. O Castelo dizia: “O Ferdinando está pesquisando agora para ver se a mãe... [risos] do Karl Marx já era comunista”. Não acabava o inquérito. Muito exibicionismo e personalismo. Esse IPM rendeu dois volumes editados pela Biblioteca do Exército.

M.A. - Mas a influência do comunismo dentro do Exército era grande, no seu modo de ver?

G.R. - Não, não era grande. Houve esse episódio de 1935 com muito pouca gente, muito pouca. Aí que está o mal, num levante, numa revolução, é preciso que haja clima. Não havia clima! E muito menos uma vontade. É a tal história, uma ideologia é, em sua essência, sempre controversa... Daí a dificuldade em ser absorvida pelas nossas instituições militares.

M.A. - Mas depois de 1935, manteve-se uma penetração do comunismo no Exército?

G.R. - Não, não. Depois de 1935, houve aquele episódio do Plano Cohen, depois acabou. Em maio de 1938 houve o *putsch* integralista. Aí esse problema ideológico foi ultrapassado, não era mais questionado. Acho que isso tudo é muito reflexo do quadro internacional. O problema da bipolaridade... A Rússia atravessou uma fase bastante prolongada de completo isolamento ou desconhecimento, não é? Quem de certa maneira trouxe a Rússia para o palco foi o americano. O americano é que trouxe a Rússia, porque na disputa, na rivalidade, ele conseguiu arrastar a Rússia para uma corrida espacial sabendo... Eu acho que o grande culpado, não sei se de caso pensado, mas o grande culpado pela derrocada russa foi o americano, estimulando uma vaidade. Não havia estrutura econômica para manter aquela disputa no espaço, aquela corrida espacial. Foi o que liquidou a Rússia. E o americano sabia disso, sabia que a Rússia não tinha uma economia de base para manter aquele tipo de desenvolvimento, de alta tecnologia com vastas exigências. Aparecia quase que em termos paralelos e às vezes até superiores ao americano, mas não tinha uma economia para manter aquilo. Houve tempos, antes da Guerra Fria, em que o americano chegou a fornecer alimento para o russo, não é? Tipo de acordo, numa negociação. Antes mesmo do muro de Berlim, de tudo isso. Em 1947, com Dutra, o PCB foi judicialmente declarado ilegal. No Exército, alguns elementos comunistas continuavam conspirando, mas discretamente. Os parlamentares perderam seus mandatos. O problema voltou assim, com uma indicação mais significativa, na época da Guerra da Coreia. Aí começaram os nossos entreveros no Clube Militar: o problema entreguista, nacionalista, o general Estillac... O Castelo disputou uma eleição com o general Justino, foi derrotado. Aí o Clube Militar, mais ou menos, demonstrou uma posição: Werneck Sodré, esse pessoal, foi aparecendo. Aí sim. Aí começou o Clube Militar. Veja bem, em 1945 houve uma Constituição – me desculpa a modéstia, mas eu duvido encontrar muitos capitães de meu tempo que comprassem um exemplar da Constituição. O meu foi comprado quando eu era capitão. Ninguém comprava não. Nós tínhamos então acho que três senadores e uns dez ou 12 deputados comunistas, e ninguém questionava isso. Uma Constituição considerada liberal, ninguém achou nada de mais. O Prestes era senador, e essa turma toda que depois andou presa por aí afora, esse pessoal, o deputado Maurício Grabois, João Amazonas, esse pessoal todo estava atuando. Nas eleições de 1946 eu era tenente... Prestes já estava fora do Exército há muitos anos. Ainda não havia a radicalização no Exército. Começou realmente na época da Guerra da Coreia, com aqueles entreveros no Clube Militar. Aí é que começou a aparecer, ou melhor, reaparecer o “nacionalista”

dublê de comunistas e vice-versa, isso nos idos de 1950 e depois. A eleição de Getúlio e a escolha por ele do general Estillac Leal, vencedor das eleições no Clube Militar, para ministro, levou para o interior da instituição militar o confronto eleitoral e os conflitos ideológicos. Segue-se, em menos de dois anos, dois outros ministros muito fracos e questionáveis – os generais Ciro Espírito Santo Cardoso e Zenóbio da Costa – até o suicídio de Getúlio, em agosto de 1954. O general Lott, no governo Café Filho, veio como uma solução acima das facções. Sua posição, porém, durou pouco.

M.A. - General, mudando um pouquinho de assunto, mas para retomar o que o senhor estava falando antes. Nós tivemos pena de morte no Brasil no Império, no Estado Novo e depois da Revolução de 1964. Mas depois de 1964 ela não foi aplicada. Por quê? A percepção das forças armadas era de que tinha que botar no papel, mas não aplicar?

G.R. - O fato que mais demonstra a posição contra a pena de morte entre os militares foi esse: não sei se foi soldado ou cabo, não me lembro bem, mas foi na guerra... Fez uma barbaridade com uma família italiana, mocinhas... uma coisa. Ele foi condenado à pena de morte, e a pena foi modificada pelo marechal Mascarenhas. Eu acho que não é da nossa feição. O erro judiciário não é raro. E com a pena de morte é uma tragédia. O erro é irreparável.

G.S. - General, voltando ao nosso feijão com arroz, ao grupo dos 11 generais, quais desses generais eram de uma geração...

G.R. - Da mesma geração? Todos. Quando não da mesma turma de Escola Militar. Foram contemporâneos, assim também na Escola de Estado-Maior. Frota, Oscar Luís, Clóvis Brasil, Ramiro Tavares, de cavalaria; Ednardo e Castilho, de infantaria.

M.A. - Esse Ramiro que o senhor citou, quem é ele?

G.R. - Ramiro Tavares Gonçalves. Esses de que eu me lembro mais, é por causa das funções importantes que eles exerceram depois... O Clóvis Brasil foi comandante da Divisão Blindada e depois foi interventor em Santos. Aliás, quando da cassação do Covas, eu acho que ele era o interventor de Santos. O Sizen Sarmento, inicialmente

muito ligado a Carlos Lacerda de quem foi secretário de Segurança, Anchieta Paz, Henrique Cardoso, Afonso Albuquerque Lima.

G.S. - Quem desses dez ainda está conosco aqui na terra?

G.R. - O Frota está. Mas esse não fala de jeito nenhum. Ramiro é capaz... Sizeno, Ednardo, Oscar Luís, Anchieta Paz, Castilho já morreram, o Afonso também. Não sei... Foi uma fase muito penosa para todos nós...

M.A. - Ramiro?

G.R. - O Ramiro eu não sei. Vez por outra surge uma notícia de que o Frota publicaria suas memórias. Não sei... Talvez faça como fez o general Floriano Lima Brayner, que esperou o general Castelo morrer para publicar suas memórias sobre a FEB. Era a sua versão.

G.S. - E dos sete aqui?

G.R. - Dos sete estão quase todos vivos. Aqui, talvez, o que gostasse mais de falar é o Hélio Mendes, que é até professor de política de uma universidade, aqui mesmo no Rio. Ele é professor. Há pouco tempo li até um artigo dele sobre Constituição.

G.S. - A impressão dos civis é de que o Bandeira e o Ibiapina eram da linha duríssima...

G.R. - Veja, o Bandeira, o Valter Pires, Florimar Campelo, esses foram os chefes da Polícia Federal no governo do Costa e Silva e no governo do Médici. Ênio Pinheiro... Aquilo ali sim. Isso aí – Polícia Federal – era lugar que só duro mesmo podia ocupar; melhor dizendo, gostaria de ocupar...

G.S. - O negócio é saber se eles dão entrevista.

G.R. - Ah, não dão. Florimar Campelo já morreu. Bandeira está vivo, Ibiapina também e frequenta muito o Clube Militar aqui no Rio.

M.A. - Por que essa resistência do militar que participou ativamente do governo em falar? Porque ele se pensa como militar e, portanto, não pode dizer o que sabe?

G.R. - Não, é uma coisa... O inconformado não gosta de falar...

M.A. - Sim, porque o senhor está falando. Não é o seu caso. A gente está falando do caso dessas pessoas...

G.R. - Mas não pensa que é uma coisa agradável. Falar não é uma coisa agradável. É preciso que a gente tenha conhecimento das posições, dos motivos dos outros. Tenho lido muito sobre essa época e ainda tenho dúvidas...

M.A. - Sim, mas o senhor não acha que é um dever?

G.R. - Não. Meu dever é com a verdade. Mas qual é a verdade? Daí considerar de enorme importância esse cruzamento de informações, de depoimentos, pois acredito que possa ser contestado, corrigido pelos senhores face ao confronto de minha versão com outras mais credenciadas, documentadas e corretas. Não é fácil escrever a história recente olhando os dois lados da moeda. Mas como leio tudo que posso sobre o Brasil em geral, e em particular sobre essa tumultuada fase na qual eu fui testemunha de muitos fatos, tenho condições de cotejá-los e verificar a validade de minhas versões, interpretações e juízos. Mas a dúvida perdura...

G.S. - Um dever com a história?

G.R. - Não. Dever? Não... Porque uma pessoa que ficou envolvida numa determinada situação, ela acha que cumpriu o dever dela. Nenhum desses aí, nem ninguém vai achar que não cumpriu o dever. Foram as circunstâncias, foi isso, foi aquilo. Um sujeito que é liberal e serviu a todos esses governos e políticos que serviam aos governos mais duros e que tomaram medidas mais violentas, sempre justificam isso. No mínimo se omitiram nos governos mais duros, como o do Médici, que foi o mais duro... Mas aí justifica que era uma guerra... Não me conformo com esses políticos que não assumem... A gente não entra nunca em detalhe. Eu acho que uma coisa grave que nós não conseguimos, não tivemos forças de evitar, foram esses exageros. Não tivemos força, porque a gente tem

limitações. Eu já falei, já usei essa expressão, a autoridade consentida, não é? É autoridade que sabe que dentro da situação, existem forças capazes de criar problemas maiores. Não vamos chegar a considerar, derrubar e fazer e acontecer, mas é um desgaste terrível. Um desgaste terrível. Agora nós estamos vendo aí um problema de natureza pessoal, natureza administrativa, de corrupção ou o que seja. Bom, isso aí é um caso complicado, mas é uma feição. Agora, de natureza militar é realmente muito difícil. Quer dizer, não atinge a pessoa, mas o governo tem que encarar a situação, tem que procurar soluções: um problema num Congresso, por exemplo, é um problema complicado. Um problema com o Judiciário é um problema muito complicado. E o governo tem que resolver, tem que encarar. Não sei se eu contei um episódio, horrível, nunca vi uma coisa tão chocante na minha vida. Foi em 1966, fim de 1965, numa manobra no campo do Exército. O comandante do II Exército era o general Kruehl e o presidente Castelo foi lá, num avião DC-3. Pousamos lá e fomos à manobra. O Castelo querendo prestigiar um exercício grande, de campo, o II Exército, muita tropa, muita gente, Costa e Silva, todo o alto-comando... Tinha havido um incidente aqui no Rio, a transferência da prisão do ex-governador Miguel Arrais do Recife para o Rio, para não atender e cumprir uma ordem do supremo concedendo *habeas corpus* e que fora enviada para o comandante do IV Exército em Recife. Transferiram o preso para o Rio, ficando ele à disposição do coronel Ferdinando Carvalho, encarregado de outro IPM sobre o Partido Comunista. Uma terrível arbitrariedade! Levando ao risco gravíssimo de um conflito entre os poderes Judiciário e Executivo, com desdobramentos que bem demonstram a total irresponsabilidade e a falta de comando superior; juntando-se a isso a evidente provocação para abalar a autoridade do presidente Castelo e fortalecer a ascensão de Costa e Silva, já incensado pelos seus seguidores mais radicais. O comandante do I Exército era o general Ururahy e seu chefe de estado-maior o general Edson Figueiredo, no Rio. Ambos muito influenciados pelos radicais.

G.S. - Não era o grupo mais radical?

G.R. - O pessoal radical estava inconformado e irritadíssimo com a eleição, a vitória e a posse da oposição no Rio e em Minas. Os advogados de Arrais impetraram um *habeas corpus* junto ao Supremo Tribunal Federal para conseguir soltá-lo e o general Edson não cumpriu. Aí saiu um mal-estar desgraçado entre o Executivo e o Judiciário. Ninguém vai dizer que o mal-estar foi do general fulano e o ministro beltrano: é entre os

dois poderes. Não-cumprimento de uma determinação do tribunal. Eu sei que estava naquele mal-estar, e aí o presidente interferiu pessoalmente e determinou a obediência ao STF. O caso é que houve essa manobra, esse quadro de mal-estar. O Castelo assistiu à manobra, e depois fomos para um churrasco. Era uma fazenda, coisa enorme: na mesa comprida, o presidente Castelo, todos os generais-de-exército, o comando todo, o Geisel, general-de-brigada, mas era chefe do gabinete, e nós sentados ali. Só os oficiais que estavam na operação, na manobra, em uniforme de campanha. Bom, o general Krueel, comandante do II Exército, agradeceu a presença do presidente naquela manobra. Aí o presidente Castelo, o último a falar, elogiou o Exército, mais isso, mais aquilo, elogiou o profissionalismo, enfatizando a disciplina do Exército, o problema da revolução, o Exército na revolução, etc, etc. Já tinha acabado, levanta o Costa e Silva, que não podia mais falar, não é. E aí começa, exaltadíssimo, radical. Lá pelas tantas, larga o papel, bufava, xingava o presidente do Supremo Tribunal, o ministro Ribeiro da Costa... Por aí foi. Mas uma coisa horrorosa. Os generais, lívidos. Castelo, com um constrangimento terrível. Aí um sujeito que estava do meu lado, o coronel Campelo, radical, levanta e grita: “Manda brasa, ministro! Manda brasa!” Foi um troço horrível. Nunca assisti a nada tão deprimente e constrangedor. Aí acabou, encerra, bateram palma, não sei o quê... Não dava mais para ninguém falar. Aí fomos embora. Quando entramos no avião, de regresso, o general Geisel disse: “Presidente, ou o senhor tira o Costa e Silva hoje, ou ele será o próximo presidente. Se não tirar hoje...” Castelo em silêncio, taciturno, perplexo, sem dúvida surpreendido pelo inusitado desafio e a violência da agressão a um membro do Poder Judiciário, seu presidente, o ministro Ribeiro da Costa; agressão feita em público por um ministro de Estado e do Exército, e na presença da oficialidade. Não me recordo se o Costa e Silva chegou a acompanhar o Castelo até a porta do avião para despedir-se. Não me lembro... No dia seguinte, em Brasília, no palácio do Planalto ainda pela manhã, o ministro Ribeiro da Costa pede uma audiência ao general Geisel. Vai com a Ordem do Mérito Militar e devolve: “Eu não posso ficar mais com isso”. A Ordem do Mérito Militar do Exército! Mas olha, foi um problema, um problema. Porque foi no Executivo. Tinha que haver uma providência. Eu sei que depois o Castelo teve que fazer uma visita ao tribunal, uma coisa humilhante, humilhante... Vai lá para ver como era a crise. Agora, o que ele ia fazer? Tirar o Costa e Silva naquela ocasião? Ele tinha força para tirar?

G.S. - Mas, general, então o Costa e Silva realmente era um homem duro.

G.R. - Foi uma situação em que o pessoal radical atropelou mais do que o pessoal mais democrata. Atropelou mais. Havia um clima... Houve um negócio evidente ali. Quer dizer, os generais presentes estavam contra aquilo, mas não fizeram nada, nem depois...

M.A. - Não queriam se desgastar conflitando com os radicais...

G.R. - Castelo pegou o pessoal radical, dono da revolução. Eram donos da revolução. E os chefes que com eles não concordavam também não reagiam, não ajudavam o presidente. As aspirações do Costa e Silva contribuía. Então, foi um jogo de forças. No fim o presidente ou tirava o Costa e Silva e aí ninguém sabia o que ia dar... Poderia tentar e até ganhar, mas com evidente risco de dividir o Exército, com graves conseqüências. O Castelo tinha uma preocupação permanente em não dividir o Exército. Não arriscava. O líder não tem a unanimidade. Tanto Castelo como Costa e Silva exerciam lideranças, mas sem unanimidade. E o quadro político-militar contribuía para isso. Já Geisel, não. Era mais chefe do que líder. Tirou com independência um comandante de Exército, depois um ministro, o chefe do Gabinete Militar.

G.S. - Mas ele também tinha a intuição política, que talvez faltasse ao Castelo, de que ou tirava naquele momento ou perdia a guerra.

G.R. - Exato. Mas aí também ele já tinha uma base. O pessoal radical já estava muito mais reduzido do que na época do Castelo.

G.S. - Pelas aposentadorias compulsórias?

G.R. - É, pela compulsória. Foram embora. Houve renovação, houve a promoção de gente mais ponderada, e isso aí funciona, entende? Mas o que quero enfatizar é que Castelo era colega de turma ou contemporâneo de todo o alto-comando em 1964 e 1965. Havia intimidade difícil de ser balizada e contida. Já com Geisel a distância na hierarquia militar era muito grande. Geisel já era tenente comandando uma bateria de artilharia na Revolução de São Paulo, em julho de 1932, enquanto Frota era ainda cadete do terceiro ano de cavalaria. Não foram nem contemporâneos nos diversos cursos e nem serviram juntos. Geisel não fazia questão de agradar e já não tinha na área

militar antigos contemporâneos seus de escola. A distância hierárquica era grande e isso tem uma força enorme, principalmente quando se deseja distância para um efetivo exercício da autoridade. Desde o tratamento regulamentar e cerimonioso... É coisa muito difícil graduar a intimidade.

M.A. - Mas houve uma reação da chamada “linha dura”, e um terrorismo de direita durante o governo Geisel, não é?

G.R. - Houve, houve. Em princípio, houve. Havia gente contra a abertura, não por princípio ou o que seja, mas por interesse, vantagens, projeção...

M.A. - Nesse sentido, parece que o período mais grave foi o do presidente Geisel mesmo.

G.R. - É, depois do Médici. Mas os maiores conflitos foram no governo Castelo. No Médici os radicais foram muito apoiados. Voltaram a ser contidos depois.

M.A. - Depois houve os episódios da OAB, ABI, Câmara dos Vereadores, bancas de jornais...

G.R. - Bancas de jornal. Houve uma tentativa, mas é difícil... Nunca aparece o culpado. Havia aparente cumplicidade de elementos do SNI e do CIE, Cenimar e CISA, além dos órgãos policiais nos estados mais importantes.

G.S. - Mas o palácio sabia de onde vinha isso?

G.R. - Não, não. Mas não aparece o culpado. Porque quando é o agente da lei que comete a falta, é muito difícil a gente apurar. Muito difícil. A impunidade, a conivência...

M.A. - Quando é que esse grupo contrário à abertura foi desmantelado mesmo? Porque em 1981 houve o Riocentro.

G.R. - Não. No Riocentro já não estavam articulados. Eles já estavam bem diluídos. O Riocentro foi até um episódio isolado. O próprio problema do Newton lá em Brasília,

aqueles entreveros dele com a OAB de Brasília e com os jornalistas, aquilo foi uma coisa temperamental. Aquela sabotagem que tentaram na eleição do Tancredo, com aqueles cartazes falsos dizendo que o Tancredo era comunista. Aquilo não teve assim... No governo Castelo é que eles se consideravam donos da revolução. Esse pessoal radical tinha tido uma parte mais arriscada, realmente teve. Conspiravam, apesar de que ninguém ligava para as conseqüências. Eram primários e, o que é muito pior, certos da impunidade, com as raras e honrosas exceções de sempre.

G.S. - E o pacote de abril?

G.R. - Era uma modificação que queriam fazer na Constituição, um problema que foi criado, não me recordo quando, um problema do Conselho de Magistratura. Havia uma ação muito contrária à criação deste órgão, que acho que existe até hoje; ele não chega a ser um tribunal, é um órgão acima dos tribunais, com indicação de ministros.

G.S. - Eu acho que, basicamente, foi uma resposta ao crescimento muito rápido do MDB. O MDB ganhou as eleições...

G.R. - É... as eleições. Inicialmente o propósito era a criação do Conselho de Magistratura. Depois houve sugestões de políticos que verificaram a derrota da Arena nas eleições de 1974 e outra, de maior significação, em 1978. Daí a mecânica das eleições indiretas para governadores e para senadores biônicos e outras. Não participei dessa discussão. Estava ainda em Campinas. Mas vejam, graças ao pacote de abril, os senadores e governadores que se elegeram jamais assumiram a sua influência, interesse e comprometimento nessas medidas. O pacote é do presidente Geisel, exclusivamente. Agora, uma posição que o presidente sempre defendeu, e nunca encontrou um ambiente, é o voto distrital. Essa eleição como é a nossa, eu também não acho muito boa, não traduz uma realidade. Ainda mais hoje, com a mídia, televisão, isso tudo, o voto é um voto que não tem expressão nenhuma. A primeira coisa é que o nosso voto é obrigatório, não é? Eu já fui muito a favor, defendi muito o voto obrigatório, mas acho uma bobagem. Eu sou obrigado a comparecer dia tal, a tantas horas, numa sessão eleitoral, e botar um voto dentro da urna. Eu posso votar em branco, posso anular meu voto, então não sou obrigado a votar. Sou obrigado a comparecer. Não sou obrigado a votar. Como é impossível ver meu voto, então não sou obrigado a votar. Agora, sempre

estimula, e faz com que o pessoal se interesse. Isso que tem acontecido recentemente, esse número de abstenções, desinteresse, isso é muito grave. Quer dizer, alguma coisa no processo deve estar errada. E aí é que o presidente defendia o voto distrital. Que a pessoa no distrito conhece o candidato, fica mais restrito, o candidato está mais próximo do eleitor, o eleitor conhece, e tem oportunidade de debater determinados problemas. O presidente da República no Brasil: já passei eleições em outros lugares fora do Rio, na Amazônia, nem sabem que é presidente da República, mas não sabem mesmo. Talvez hoje, com a televisão, saibam, mas não sabiam, nem se interessavam. O interior se interessa, no máximo, pelo governador. E nos Estados Unidos...

G.S. - Apesar de ter voto distrital, lá não é muito diferente não.

G.R. - Não é muito diferente. É. Eu me lembro, há muitos anos, um primo meu foi presidente do Conselho Nacional de Petróleo. Chamaram um americano que era o bamba em negócio de oleoduto para resolver um problema na Bahia, e o meu primo, Plínio Cantanhede, quis conversar com o americano, conversar sobre política americana, essas coisas que nós aqui sabemos, mas o americano interrompeu e disse: “Olha, eu só entendo de oleoduto e da política do meu estado.”

G.S. - Fora disso, nada... [risos]. General, voltando um pouquinho atrás: o pessoal da direita, ponta de lança da revolução, foi o que mais se movimentou, mais conspirou, se mexeu. Por que o primeiro presidente não foi um duro? Ou seja, por que escolheram o Castelo?

G.R. - Mais aí é que está. Fala-se muito em revolução, mas por que é que isso que está se fazendo aqui não se faz com um político? O político teve uma grande participação em tudo isso. Nas coisas boas e nas coisas más. Mas o militar é sempre o culpado.

G.S. - A gente está ouvindo os políticos também...

G.R. - Pois é. Um, digamos, duro, não seria aceito pelos governadores. Não seria aceito. O Castelo, a rigor, tinha aquela autoridade, aquela expressão militar, efetiva. É como o enteado do Dutra, o general Ulhoa Cintra, dizia: “No velho Exército, do tempo do cavalo, [risos] três assuntos todos sabiam: topografia, trote sem estribo e Castelo

Branco”. No Exército, de capitão para cima, todo mundo sabia. Era o folclore; os dois primeiros assuntos faziam parte de qualquer curso para oficiais, e Castelo foi instrutor de inúmeras turmas nas escolas de formação e estado-maior. Era conhecido também pelos civis de seu tempo que passaram pela Escola Superior de Guerra. E porque serviu no Nordeste e visitava aqueles governadores. Costa e Silva, ninguém sabia quem era. Além disso, Castelo gostava do relacionamento social – visitas, reuniões –, sem que fosse um “enxerido”, como costumava dizer, sem que procurasse intrometer-se. Era muito cioso das relações entre a família militar, entre todos que com ele serviam. E depois procurava manter aquelas relações afetivas. É evidente que tinha desafetos, mas estou certo de que eram em número muito menor do que seus admiradores e amigos. E isso extravasava entre nossos familiares e, afinal, se propagava para nossas relações no meio civil.

G.S. - General, voltando à minha pergunta, porque não se escolheu um duro?

G.R. - A chamada “linha dura” ainda não se esboçara. A ausência total de reação à revolução deixou-os, inicialmente, sem liderança. Muitos ensaiavam, davam palpites... Ninguém sabia. Agora, os governadores é que procuraram se articular. Numa reunião que houve com Costa e Silva, eles se inclinaram pelo nome do Castelo. Eles tinham mais tarimba para articular-se politicamente.

M.A. - Foram os governadores que acabaram indicando o Castelo numa reunião com o Costa e Silva?

G.R. - Numa reunião com Costa e Silva, já depois da revolução. Depois de 31, já nos primeiros dias de abril.

M.A. - Quando o Ranieri Mazzilli ainda estava interino?

G.R. - É. Ainda estava interino, em termos. Ocupava o palácio em Brasília...

G.S. - Agora, a indicação do Costa e Silva foi feita basicamente por um grupo militar.

G.R. - Ah, aí foi. E os parlamentares trabalharam muito na Câmara. Esse pessoal militar trabalhou muito: Albuquerque Lima, o Portela, esse pessoal trabalhou muito. Como depois para o Frota, também trabalharam muito. Com o Médici não. A escolha do Médici foi tipicamente militar, para não haver um rolo dentro das forças armadas. Uma eleição de um general dentro das forças armadas ia ser um problema. Esse general não ia se agüentar de jeito nenhum. Então, tinha que ser uma imposição, imposição de um que não queria. Quando houve a primeira sondagem, e o Médici estava presente, era comandante do III Exército, ele reagiu. Não queria. Na ocasião ele mesmo disse: “Porque não escolhe um dos Geisel?” Era a junta que governava naquela ocasião. Aí o Lira virou-se e disse: “Se não for inconfidência, quem vai ser o vice-presidente?” Ele disse: “O almirante Rademaker.” Aí o Lira disse: “Ah, não pode, porque nós estabelecemos que nenhum de nós três da junta aceitaríamos.” “Então eu vou embora, porque eu só aceitei isso se todos vocês, caso eu fosse escolhido, aceitassem a missão que eu desse, e o primeiro nome que eu digo vocês reagem. Eu vou me embora”. Pegou e foi embora para Porto Alegre. Aí ficou naquele calor, foram falar e resolver, e não sei o quê, e mandaram um oficial de Marinha do Rademaker lá, a Porto Alegre, dizer ao Médici que sua escolha não seria contrariada. O vice-presidente seria o almirante Rademaker. Tenho por mim que foi uma sugestão do general Orlando ao Médici. Feito isso, isolaria o Rademaker de sua força, a Marinha, talvez até indispondo-a contra ele. O cargo era mais honorífico, não tinha ação executiva. O novo ministro da Marinha do Médici seria escolhido pelo Orlando, como foi o almirante Adalberto Nunes, velho conhecido dos Geisel. Manobra típica do velho Orlando Geisel com toda sua inteligência e perspicácia, além da ascendência sobre o Médici.

M.A. - O senhor acompanhou algumas das negociações em torno da candidatura do Geisel à presidência da República?

G.R. - Quando cheguei à Petrobras, em julho de 1971, para substituir o então coronel Ivan de Sousa Mendes na chefia do gabinete de Geisel na empresa, sua candidatura, embora discretíssima, já estava resolvida. Uma única vez ele me disse: “Você já ouviu falar desse negócio de presidência?” Assim como quem não quer nada. Respondi: “Ouvi. Mas se o senhor não quer mesmo, tomarei providências e ninguém falará mais nisso”. Ele nunca mais tratou do assunto. Também eu, na Petrobras, jamais tratei desse

assunto com ninguém, nem mesmo com ele, até que ele foi oficialmente convidado pelo presidente Médici, em maio ou junho de 1973.

M.A. - E os ministros de Geisel? Qual o relacionamento do presidente com eles?

G.R. - É. Mas eles todos gostavam muito do presidente. O Mário Henrique Simonsen, o Nei Braga, que era uma área difícil, área de estudante, se dava muito bem com os artistas, com esse meio artístico, se dava muito bem com eles. Outro também com quem ele se dava bem e depois teve um problema, mas de outra natureza, era o Severo Gomes. Agora, o Falcão era mais...

G.S. - O Falcão era mais para a direita...

G.R. - É. Mas ele cumpria, aceitava, não punha obstáculo. O governo tem que ter alguém que faça certas coisas, que precisam ser feitas, mas não são boas. Tem que ter... tem que ter um “anjo mau”. Era a minha explicação quando me “cobravam”, nunca soube explicar o por quê dessa nomeação.

G.S. - E o Falcão foi o “anjo mau”, na sua interpretação?

G.R. - Digamos o anjo-não-bom [risos]. Foi getulista, dutrista, juscelinista, lacerdista, castelista, do Médici não sei, geiselista, frotista, e por aí...

G.S. - Tem até uma lei com o nome dele... [risos]. Sobre isso, general, uma das coisas que do lado de fora nós não entendemos muito bem, general, uma das coisas que do lado de fora nós não entendemos muito bem, foi como, depois de iniciado o processo de distensão do presidente Geisel, houve aquele retrocesso, que foi o problema da Lei Falcão, da mudança da legislação eleitoral, do recesso, etc. Como é que foi isso naquele momento? O que é que estava acontecendo que a gente não sabe?

G.R. - Nessa ocasião eu não estava no governo, eu servi antes, em 1974 e 1975. Mas foi consequência do resultado das eleições de 1974 e a expectativa da de 1978 para os governos estaduais. O projeto do governo – a Lei Falcão – foi aprovado pelo Congresso, é bom sempre ressaltar. Era uma limitação do uso do rádio e televisão na propaganda

política. Mas em 1976 e 1977 eu estava em Campinas. Por exemplo, o problema da indicação do Figueiredo, eu não acompanhei. Estava em Campinas, quando fui chamado para o Gabinete Militar, tratei da promoção dele, mas o resto já estava resolvido. Não sei, por exemplo, se aquele lançamento da candidatura do Figueiredo foi uma iniciativa do Humberto Barreto, surpreendendo o presidente. Tenho por mim que foi uma precipitação do Humberto Barreto, naturalmente estimulado pelo grupo do Figueiredo, a partir do Heitor Aquino. Não creio que Golberi participasse. Ele era muito leal a Geisel. Tenho a impressão que o aodamento não se justificava, pois a ameaça da candidatura Frota já tinha sido afastada. Geisel ficou numa posição nada confortável.

M.A. - O senhor disse que não participou da sucessão do presidente Geisel. Mas o senhor vai para o Gabinete Militar porque o Hugo Abreu sai em função da crise da sucessão. Hugo Abreu não queria a candidatura do Figueiredo. Aí, o senhor chega no Gabinete Militar para dar uma sustentação política ao presidente Geisel, não é isso?

G.R. - Em tática se aprende que uma das formas de atuação do comandante é saber empregar a “reserva”, ou seja, a força mantida fora da ação do combate, para assegurar a continuidade da iniciativa, tapando uma brecha, definindo o esforço ou prosseguindo a ação. A rapidez impediu o vazio e uma eventual disputa do cargo. No caso, fui empregado como uma “reserva”, oferecendo segurança à manobra.

M.A. - E as tensões que o senhor encontrou?

G.R. - O ministro do Exército era o general Bethlen, que tinha até ligações familiares com Figueiredo. Os comandantes de Exército, todos eles estavam afinados. O único que tinha oposto alguma objeção, não ao Figueiredo, mas à saída do Frota, à saída do Ednardo, foi o general Potiguara, que foi chefe do estado-maior das forças armadas. Aí o problema mesmo que houve foi o problema do Figueiredo, que queria ser promovido, não se conformava de ser presidente da República sem as quatro estrelas. Além da vaidade, tenho por mim que Figueiredo tinha bem presente a declarada objeção oferecida ao general Albuquerque Lima, em 1969, por ser ainda general-de-divisão. Talvez Figueiredo tivesse receio...

G.S. - De se candidatar e assumir com apenas três estrelas?

G.R. - A eleição ia ser em outubro do mesmo ano. Então, o Figueiredo estava inconformado, e o presidente Geisel também. Porque, teoricamente, a primeira idéia seria um candidato civil. Era inviável. Então, não sei como, veio o Figueiredo. Por essas razões é que eu suponho que tenha havido um grupo formado, o trabalho desse grupo dentro do Congresso, etc, etc. Então o problema era a promoção. E o presidente Geisel não se conformava do Figueiredo colocar isso como ponto indispensável. Ele achava que devia ser alguma dessas manias da carreira dele, mas não questionava. Ficava resmungando de um lado e do outro, e o Golberri achando que podia fazer a vontade do Figueiredo. Aí então, quando cheguei lá no Gabinete, o problema era esse. O Figueiredo me chamou preocupado: “Ah, então eu não posso ser presidente”, lamentava. Ele hoje se esquece disso tudo. Bom, o problema era o seguinte: havia uma vaga para general-de-Exército. Uma vaga. De acordo com a legislação, o alto comando se reúne, pega os generais-de-divisão que estão em ordem de antigüidade e seleciona três, caso haja apenas uma vaga. Em 1965, trabalhei na comissão que elaborou esta lei orientada pelo Castelo – ninguém faz essa justiça ao presidente Castelo. A lei antiga, antes da revolução, antes do Castelo, dizia exclusivamente que todas as promoções a general eram pelo critério da “livre escolha” do presidente da República. E só. Não havia outra condição. Então pegava o primeiro quarto dos coronéis, seriam uns 40 coronéis, 30 coronéis, e o presidente da República escolhia quem ele bem entendesse. E achavam que era assim, que era uma promoção política, e sempre foi assim. Sempre foi. Todos eles foram promovidos assim. Quando o Castelo veio, achou que tinha que mudar isso. Foi feita essa lei que perdura até hoje. Então a comissão de promoções – chefe do Estado Maior, seis generais-de-brigada, seis de divisão – faz uma seleção dos coronéis, em proporção grande para cada vaga, esses nomes vão ao alto-comando e são escolhidos em dois escrutínios secretos. Esses nomes reduzidos, e um número muito menor vai ao presidente. Para uma vaga são três nomes. E o presidente, aí sim, faz a livre escolha. Na ocasião eu sugeri ao presidente que esses nomes fossem em ordem alfabética, para que o presidente tivesse absoluta liberdade. Mas o Castelo, como espírito militar, achava que o presidente tinha liberdade para escolher, mas tinha que assumir a responsabilidade. E que o alto-comando devia indicar ao presidente na ordem de merecimento. O presidente podia escolher o terceiro, mas a indicação tinha sido feita pelo alto-comando. E tinha mais, o Castelo mandou botar na lei, que perdura até hoje, que se alguém fosse três vezes indicado em primeiro lugar, na terceira vez o presidente

era obrigado a promover. Bom, então, era uma vaga e três nomes, e o Figueiredo era o quinto. Então não ia dar, a não ser que se preterisse alguém, o que não ia ser bom. Estava aquele mal-estar, aquela coisa e tal. Aí vi, então, uma saída. Disse ao presidente: “A solução é substituir o presidente da Imbel, nomeando um general-de-exército que agrega, abrindo mais uma vaga. Aí são indicados três mais dois por cada vaga subsequente, no caso mais duas”. Assim, subiriam ao presidente, indicados pelo alto-comando, cinco nomes para as duas vagas; e como o Figueiredo estava agregado no SNI, caso fosse promovido e continuasse no SNI, portanto agregado, poderiam ser promovidos dois numerados e ele. O Almanaque do Exército para 1978, página 2, indica os generais-de-divisão na seguinte ordem

1 - Luiz Serff Sellmann (Asp 291234) Turma de 1934

2 - Antonio Carlos de Andrada Serpa (Asp 030136) Turma de 1935

Ag - Hugo de Andrade Abreu (Asp 110137) Turma de 1936

3 - Valter Pires de Carvalho e Albuquerque (Asp 110137) Turma de 1936

4 - Ernani Airosa da Silva (Asp 221137) Turma de 1937

Ag - João Batista de Oliveira Figueiredo (Asp 221137) Turma de 1937

5 - José Ferraz da Rocha (Asp 110137) turma de 1936

(seguem-se outros)

Por ocasião da publicação do Almanaque, os generais Hugo Abreu e Figueiredo estavam agregados, aquele como chefe do Gabinete Militar e este como chefe do SNI. Com sua exoneração do Gabinete Militar e reversão, o general Hugo Abreu recebeu o número três, Valter Pires passou a quatro, Airosa a cinco, Figueiredo continuou “agregado” e Ferraz passou a seis. Assim estava o quadro em março de 1978, por ocasião da organização dos quadros de acesso para as promoções de 31 daquele mês. O alto-comando naquela época estava constituído pelo ministro general Bethlen e pelos generais Venitius – cuja vaga estaria sendo computada, pois no próprio dia da promoção seria transferido para a reserva após completar 12 anos como general – Dilermando, Tourinho, Argus Lima, José Pinto, José Maria de Andrada Serpa, Samuel Alves Correia, Antonio Bandeira e Arnaldo Calderari. De acordo com a lei de promoções, o alto-comando indicaria ao presidente três nomes votados em dois escrutínios secretos, caso houvesse apenas uma vaga. Caso existisse mais de uma, seriam indicados dois nomes para cada vaga subsequente. A solução adotada para a abertura de mais uma vaga de general-de-Exército foi absolutamente legal: a agregação do general Calderari, nomeando-o para a presidência da Imbel. Calderari exercia a chefia do Departamento de

Material Bélico e, ao contrário do que insinua o general Hugo em seu livro, não houve constrangimento na aceitação. Ao contrário, quando transmiti o convite do presidente da República, o general Calderari recebeu com grande satisfação, permanecendo no cargo mesmo após ser transferido para a reserva e até o final do governo Figueiredo. Assim, o alto-comando indicaria cinco nomes numerados – pelo Almanaque – e o agregado, com a ressalva de que somente poderia ser promovido caso permanecesse agregado, sendo então considerado mais um, ou seja, ainda cinco numerados.

Assim, a 28 de março de 1978, foi submetida ao presidente da República pelo ministro do Exército a seguinte lista de generais-de-divisão combatentes, organizada pelo alto-comando de acordo com a lei, para a promoção por escolha em 31 de março de 1978:

- 1 - João Batista de Oliveira Figueiredo
- 2 - Antonio Carlos de Andrada Serpa
- 3 - Hugo de Andrade Abreu
- 4 - Valter Pires de Carvalho e Albuquerque
- 5 - Ernani Airoso da Silva
- 6 - José Ferraz da Rocha

Constava da apresentação da lista as seguintes observações:

- (1) O general-de-divisão João Batista de Oliveira Figueiredo, agregado de acordo etc. etc., caso venha a ser promovido não ocupa vaga, nos termos do parágrafo 4º do artigo 20 da lei nº 5821/72;
- (2) O general José Ferraz da Rocha só será considerado se o general-de-divisão João Batista de Oliveira Figueiredo for promovido e permanecer agregado.

O presidente Geisel, no uso corrente da atribuição legal de livre escolha, promoveu o general Figueiredo mantendo-o agregado no cargo de ministro de Estado chefe do SNI, e promoveu mais dois: os generais Andrada Serpa e Valter Pires. O general Hugo Abreu foi preterido na promoção, como era esperado.

Ressentimentos à parte, em seus dez anos de general sabia Hugo Abreu que a promoção a general-de-exército, membro do alto-comando, além das avaliações exclusivamente profissionais e que são mais ou menos comuns àqueles que a ela concorrem, há um inarredável componente de política militar. Sempre foi assim. Junte-se a isso o clima de grave desentendimento pessoal gerado pela escolha de Figueiredo para a presidência, e sua posse no ano seguinte, caso Hugo Abreu viesse a participar do alto-comando. Sua promoção seria, sem dúvida, um fator de intranqüilidade potencial no início do governo Figueiredo. Foi medida técnica e politicamente acertada. O Hugo

Abreu, em um de seus livros declara que a promoção de Figueiredo era “tecnicamente” impossível. Uma bobagem, pois ele se esquece que tanto ele próprio como muitos e muitos outros foram promovidos no curso de suas carreiras em consequência de atos idênticos. Além do mais, a promoção a general-de-exército – são apenas 12 na cúpula da organização – é uma promoção evidentemente política. Seria, pois, uma atitude de hostilidade e um grave problema para o Figueiredo a ascensão do general Hugo Abreu ao alto-comando. A indisposição entre os dois era declarada. O problema, como vimos, era abrir uma vaga para o nome do Figueiredo poder subir. Ele não precisava, necessariamente, de uma vaga para ser promovido. Ele precisava de uma vaga para o nome dele poder subir. Então, eu falei com o ministro do Exército. O ministro do Exército tinha aquela Indústria Brasileira de Material Bélico, e era um general da reserva que estava lá. Foi nomeado então um general-de-exército, abriu uma vaga, e o Figueiredo subiu. O nome do Figueiredo subiu, o presidente promoveu dois numerados que eram o Pires, que foi ministro do Exército do Figueiredo, e o Serpa, preterindo o Hugo Abreu que o alto-comando havia mantido em terceiro lugar. Mas aí era a “livre escolha” do presidente, nos termos da lei.

G.S. - Andrada Serpa? O Antonio Carlos que o senhor classificava como radical?

G.R. - É, foi promovido o Serpa. E o Figueiredo foi promovido também e passou depois para a reserva como general-de-exército. O presidente estava tão escrupuloso que o quinto era o general Airosa, um sujeito formidável, grande sujeito. O presidente, no dia 31 de março, na hora do almoço com oficiais gerais – isso é tradição que sempre houve, não sei se ainda continua – o presidente mandou chamar o Airosa e explicar ao Airosa por que o Figueiredo ia ser promovido naquele dia, passando sua frente. O Airosa, muito soldado: “Presidente, o senhor não precisa me dizer.” Geisel respondeu: “Não, você é general, o Figueiredo vai ser presidente da República, você é o número um agora. Você não foi preterido, porque ele vai passar para a reserva e vai embora.”

M.A. - E o Golberi continuou no governo com o presidente Figueiredo, não é, até o episódio do Riocentro.

G.R. - É. Pouco depois saiu.

M.A. - O senhor manteve contato com o Golberi durante o governo Figueiredo? O senhor sabe por que ele saiu do Gabinete Civil?

G.R. - Não. Não tinha contato. Somente o procurei depois de sua saída do governo. Tinha, então, um escritório no banco Cidade de São Paulo.

M.A. - Associa-se a saída do Golberi ao episódio do Riocentro. Aliás, ele mesmo declarou isso.

G.R. - E é verdade. É verdade. Saiu por isso. Foi a gota d'água, provavelmente... Ele escreveu uma carta para o Figueiredo que foi entregue por pessoa de confiança num sábado à noite, na Granja do Torto. E foi devolvida pelo próprio Figueiredo na segunda-feira após a reunião das nove no palácio do Planalto, em mãos, ao próprio Golberi. Entendo que o Golberi, com toda a sua coragem, seu equilíbrio, seu senso de responsabilidade, sua serenidade, sua inteligência e o profundo conhecimento que a essa altura da vida tinha dos homens com quem estava lidando, Golberi, assumindo aquela atitude em relação ao episódio do Riocentro, deixando um documento escrito – a carta – com a sua posição, seu juízo, não seria um ato incoerente de um Pilatos. Ao contrário, estou seguro de que ele sabia os percalços que Figueiredo teria de enfrentar caso seguisse sua orientação, julgava, porém, que teria ânimo e coragem para suportá-los. E, principalmente, superar o pequeno grupo de radicais que o cercava. Enganou-se. Figueiredo não era mais aquele seu aluno. Era outro...

M.A. - O senhor dizia também que esses incidentes estavam mais na área do SNI do que na área militar?

G.R. - Não! Mas o Riocentro foi o DOI. O Riocentro não foi SNI não. Aquele capitão era do DOI. Aquele capitão que foi ferido? Ele era do DOI, assim como o sargento que morreu. É pouco provável que o SNI não soubesse. Há, porém, a hipótese de uma iniciativa pessoal, sem ordem de ninguém...

M.A. - Aí é que não se sabe... Como disse, pode ter havido uma ordem do CIE, ou uma ordem do escalão imediatamente acima do executante, ou a iniciativa pessoal.

G.S. - E o Golberi achava que se deveria apurar...

G.R. - Apurar até as últimas conseqüências... Agora, há uma coincidência. O Coronel José Barros Paes servia no II Exército com o general Ednardo quando houve o episódio daquele operário de São Paulo, em janeiro de 1976; o coronel era chefe da 2ª Seção do II Exército, a mesma função que exercia no I Exército com o general Gentil, em abril de 1981, na ocasião do Riocentro. Quando o Ednardo saiu de São Paulo, o presidente recomendou que o coronel fosse transferido para outra área, saísse da área do II Exército. O general Gentil Marcondes, que tinha sido chefe do estado-maior do Ednardo, tinha sido promovido a general-de-divisão e estava comandando o Mato Grosso, a 9ª Região, e levou o coronel José de Barros Paes com a anuência do Frota. Depois o Gentil foi promovido a general-de-exército, trouxe o Paes com ele para o I Exército. E quando houve o episódio do Riocentro, o Paes servia na 2ª Seção do I Exército. Arrasou com o Gentil, coitado. Um excelente general com um triste fim. Amigo de Figueiredo. O primeiro encarregado do IPM levou-o até um ponto, depois veio o coronel Job Santana.

G.S. - Aliás, isso foi muito prejudicial ao Exército. Dentro e fora.

G.R. - Ah, ali aconteceu do mal o menor, porque se aquilo realmente estoura lá dentro... Ia pegar inclusive filhos do nosso pessoal todo. Quem é que estava lá? Era o pessoal jovem ouvindo o Chico Buarque. Uma irresponsabilidade sem par! Além da comprovada incompetência. O objetivo era provocar um imenso pânico na escuridão. O desdobramento do episódio atingiu a própria credibilidade e independência do Superior Tribunal Militar, intimidado pela truculência descabida do ministro do Exército Valter Pires, em outubro de 1981, questionando um voto do ministro almirante Bierrenbach seguido por quatro outros que levantavam irregularidades no IPM do Riocentro. O pedido foi arquivado por dez votos a quatro. O tribunal, nem todos reconhecem, foi muito equilibrado, muito independente. Os ministros que eram da Marinha tiveram sempre muita independência, discordaram e votaram até a favor da reabertura do processo do Riocentro. O tribunal teve bastante equilíbrio dentro de uma atribuição nova que ele tinha recebido. Modificou muitas sentenças, mas a competência dessa instância é essa. O tribunal não era uma ambição maior das forças armadas. Depois da revolução, com as novas atribuições e responsabilidades – a legislação da revolução

atribuiu ao STM o julgamento das ações e crimes contra a Segurança Nacional – os ministros passaram a ser olhados com mais interesse. Os ministros sempre foram muito ponderados. Houve realmente sempre um cuidado maior na revisão das sentenças.

G.S. - Esses homens foram mais moderados como ministros do STM do que como militares?

G.R. - É verdade. Houve uma circunstância que pesa muito: nossa profissão tem uma característica importante que não acontece com nenhuma outra. Normalmente as pessoas se furtam de exercer a função de julgar. Ninguém gosta. E nós fomos, desde cedo, treinados a julgar. Era uma coisa que eu chamava a atenção dos meus tenentes: “Vocês já pesaram o poder que vocês têm de tirar a liberdade de um soldado, prender um soldado?” É um poder tremendo, e para isso tem que julgar. Isso cria um tipo de comportamento que é o de valorizar muito o julgamento...

G.S. - Nossa curiosidade é sobre a Justiça Militar durante os governos revolucionários. Como eram construídas as auditorias?

G.R. - A auditoria tem o auditor, que é um advogado de carreira que faz concurso. Eu não sei se ele faz concurso logo para auditor ou auditor-substituto, ou começa como advogado de ofício, isso eu não sei. Tem o auditor e tem o promotor. Também é de carreira. Promotor militar é de carreira. Agora, os juízes são oficiais da ativa que servem naquela guarnição, são sorteados e se revezam, não sei se de seis em seis meses ou de ano em ano.

G.S. - Em geral, oficiais de que patente?

G.R. - Normalmente é tenente-coronel, major, capitão... até capitão. Tenente eu não sei se chega a ter. Acho que não. Depende muito também da auditoria e do movimento que ela tem. Hoje as auditorias têm um movimento muito menor. Elas auxiliavam em todo esse processo revolucionário, os auditores auxiliavam muito. Lá no Recife, quando eu estive com o general Castelo, até em problemas que não diziam respeito, digamos, um inquérito policial militar mais complicado, a gente pedia uma assessoria do auditor, conversava com ele. Eu tive um problema desses quando comandeí a Bahia, houve lá

uma paralisação da polícia militar, um problema bastante grave, mandaram depois um auditor aqui do Rio, porque era um problema mais ligado à Marinha, dar uma assessoria ao comandante no encaminhamento do inquérito. O inquérito é feito por um encarregado. O comandante da unidade tem poder de polícia, poder administrativo, então, ele instaura o inquérito. Esse inquérito é realizado por um encarregado, um escrivão, dentro da unidade da organização militar, e é encaminhado ao comandante. O comandante dá a solução do inquérito de acordo com a proposta do encarregado, enquadra se aquilo é crime, se é transgressão. Se for crime, tem que ser encaminhado à auditoria, que faz uma revisão do inquérito.

G.S. - Quer dizer que o comandante, necessariamente, funciona antes da auditoria e encaminha o inquérito para o auditor?

G.R. - É. Ele encaminha, vai sempre para auditoria, mesmo se o comandante achar que não é crime. Por isso o cuidado que se deve ter. Antes de instaurar um inquérito se faz uma sindicância. A sindicância precede o inquérito e vai verificar o grau de veracidade, o grau de gravidade daquele fato.

G.S. - Ou seja, vai apurar os fatos.

G.R. - É. Para apurar e sentir o grau de gravidade. Se de fato há indícios de crime, há então a instauração do inquérito. O inquérito não deve ser aberto se não há indício. Para isso se faz uma sindicância, depois é que há um inquérito. O encarregado apresenta o inquérito e o comandante é que faz a conclusão. O comandante aprova ou não aprova a conclusão do encarregado, mas de qualquer maneira o inquérito é encaminhado à auditoria. Vai para o corregedor. O corregedor pode não concordar com a feitura do inquérito, com as conclusões do inquérito, e aí devolve, manda prosseguir...

M.A. - O senhor falou em corregedor...

G.R.- Sim, porque aberto o inquérito, ele tem que ser mandado para alguém. Se por acaso o inquérito chegou à conclusão de que não havia crime, não vai para auditoria, mas para o corregedor. O corregedor verifica se de fato houve uma coisa que não casou. Porque se houve um inquérito, então devia haver indícios de que havia crime. Mas não

concluíram sobre isso. Então, o corregedor vai verificar se tem alguma falha nas testemunhas, nos fatos apresentados, nas provas, essa coisa toda. O corregedor é para corrigir.

M.A. - Se o corregedor conclui que o inquérito foi bem elaborado e que não há culpa, não há crime visível, ele manda para quem?

G.R. - Manda para a auditoria, mas já com a sua opinião, com o seu parecer.

G.S. - É a auditoria que abre o processo?

G.R. - Não. A auditoria não abre processo. Quem abre processo é a unidade. Ou por ordem superior. Por exemplo, pode haver casos, e isso é excepcional, de um comandante receber uma determinação para instaurar um inquérito na sua unidade a respeito de um fato sobre o qual ele não tomou iniciativa. Houve um erro aí, porque o comandante se omitiu, houve um fato grave dentro do quartel, e ele não tomou nenhuma providência. Então, a autoridade de cima determina que seja instaurado um inquérito. Outra situação mais normal, por exemplo, é de um indiciado, ou uma testemunha de hierarquia superior ao comandante e aí ele não pode proceder ao inquérito. Nesse caso o comandante superior avoca o inquérito, que passa a ser dele. Vamos supor um batalhão em que esteja havendo um inquérito, e aparece de repente uma implicação ou uma coisa qualquer que diz respeito a outra unidade ou a alguém de hierarquia superior ao comandante; então, o escalão superior, o comandante da brigada, que seja, avoca o inquérito, muda o encarregado, se for o caso, e continua o inquérito.

G.S. - O Superior Tribunal Militar, durante a justiça revolucionária, devolveu vários processos apontando falhas, dizendo: “Bom, aqui a apreensão foi feita sem mandato judicial...” Onde começava o erro aí, de quem era a responsabilidade?

G.R. - Não sei, aí pode ter começado até no encarregado do inquérito com um ato arbitrário ou uma coisa qualquer, e o comandante que delegou poderes policiais ao encarregado do inquérito não questiona esse fato errado. Ele dá prosseguimento. Quando chega no Tribunal, o Tribunal começa a esmiuçar mais e acha alguma coisa.

M.A. - Num caso de assalto a banco. Como é que esses processos vão para a Justiça Militar? Pela lei de Segurança Nacional, mas qual é o caminho? Qual o trajeto? Até agora o senhor falou em casos surgidos dentro da própria corporação. E quando é gente de fora da corporação? Vamos supor o seguinte. Se quando o senhor comandava a unidade na Bahia, um grupo radical marxista tivesse assaltado o Banco do Brasil, qualquer coisa assim.

G.R. - Era com a polícia.

G.S. - Primeiro com a polícia?

G.R. - É. Com a polícia. Com a Secretaria de Segurança Estadual e a Polícia Federal. O Exército entrava por força das atribuições estabelecidas pelos atos institucionais e da Lei de Segurança Nacional.

G.S. - Eu acho que teria que abrir um IPM, não é?

G.R. - Pois é... Tinha que fazer um IPM paralelo ao da polícia. O caso, por exemplo, que eu tive lá, que era um problema de greve da polícia, uma parada da polícia, a primeira coisa que eu determinei ao comandante da polícia, que era um oficial do Exército, era que instaurasse um Inquérito Policial Militar na polícia, que era um problema de polícia. Bom, depois evoluiu, nós tivemos que tomar conta da cidade, porque a polícia abandonou a cidade, e tivemos entendimentos com o almirante... Aí entra o CODI, não é? Tivemos que assumir as responsabilidades da polícia dentro da cidade de Salvador, ou seja, a Marinha ficou com uma parte da responsabilidade, nós com outra parte, a Aeronáutica com outra parte.

G.S. - Então, a função do CODI era basicamente integrar...

G.R. - O CODI – Centro de Operações para a Defesa Interna – era, digamos, uma espécie de grupo de trabalho, um “estado-maior misto”, em termos, sem organização e funcionamento permanente. Planejava de acordo com as diretrizes dos comandantes de área e coordenava o emprego dos meios quando necessário. Uma espécie de *gentlemen agreement* face às disparidades dos meios das forças e das implicações de natureza

hierárquica entre seus comandantes. No caso a que me referi da greve da Polícia Militar da Bahia, em 1981, inicialmente era uma situação afeta ao Exército, já que as polícias militares são ou eram reservas do Exército. Mas a cidade, o estado tinha de ser policiado; a pedido do governador do estado às autoridades federais, o ministro do Exército determinou que eu assumisse o controle operacional da polícia militar. A Marinha e a Aeronáutica já haviam assumido as áreas de sua responsabilidade – instalações portuárias, aeroportos, etc. Um grave incidente – um tiroteio entre fuzileiros navais e oficiais de polícia à paisana – contribuiu para a decisão do governador. Foi realmente uma situação bastante difícil. Vejam, o almirante era mais graduado do que eu, ficou muito agastado. Vejam, o CODI não funciona. Quanto a participar de um conselho de justiça nas auditorias, julgar é uma experiência que, conforme o caso, pode até prejudicar a carreira do indiciado. Julgar é penoso. Todo juiz procura de todas as maneiras, de todas as formas e recursos que pode, não ter que julgar. O juiz só julga em última instância. Faz tudo para não julgar. Quer dizer, ele precisa se sentir robustecido na sua convicção, no seu ajuizamento, para declarar que fulano é culpado. E eu acho então que essa mudança de comportamento, ou ativação maior do comportamento do general quando vai para o tribunal, talvez seja consequência dessa tendência, não digo contemporizadora, mas mais tolerante ou mais exigente na apuração da culpa verdadeira e mais cautelosa na declaração da culpa.

G.S. - O Superior Tribunal Militar incluía juízes militares e juízes togados. Havia uma preferência para nomear para o STM militares que tivessem também estudado direito?

G.R. - Não. Não tem nada a ver. Porque a natureza do Tribunal, sua competência, é processar e julgar os crimes militares definidos em lei. Aos ministros togados é exigido notável saber jurídico. Já aos ministros militares pesa a experiência profissional, o bom senso, o equilíbrio. Como eu disse, ele já passou por isso durante a vida militar e vai chegar lá com mais de 40 anos de serviço, então ele já teve a oportunidade de julgar muita coisa que deve caracterizar o crime militar, suas implicações. Com a revolução e a Lei de Segurança Nacional, o volumoso número de IPMs, tudo isso modificou muito o STM.

G.S. - Agora, general, se eu quisesse aprender mais a respeito de como funcionava o Tribunal naquela época, com que pessoas o senhor recomendaria que eu conversasse?

G.R. - Reinaldo de Almeida é interessante. Reinaldo sabe muita coisa de tudo. Revolução, esse problema, por exemplo, do general Rodrigo Otávio, o Reinaldo pode ter naturalmente escrúpulo em abordar, mas o funcionamento do Tribunal, isso tudo ele conhece bem. Agora, um chefe de primeira qualidade e muito cordial e preparado é o ministro aposentado Deoclécio de Lima Siqueira, é tenente-brigadeiro, ótimo. Conhece profundamente a FAB e sua história, seus homens, a começar do brigadeiro Eduardo Gomes, de quem foi ajudante-de-ordens, até o Superior Tribunal Militar, onde creio que passou perto de dez anos em época bastante movimentada. Um excelente conversador. Foi da turma da Escola Militar do Figueiredo, Délio, Nei, Costa Cavalcanti e muitos outros, a famosa turma de 1937 do Realengo.

G.S. - E o inquérito do Riocentro?

G.R. - O Riocentro, aquilo foi uma coisa que não podia ficar assim, impune. Agora, o Golberi escreveu a carta, a carta chegou nas mãos do Figueiredo, há testemunhas... Figueiredo botou a carta na sua frente, depois ficou sábado, domingo, com a carta; na segunda-feira, quando houve uma reunião... essa reunião das nove, acabou a reunião, o Golberi ia saindo, ele disse: “Ministro, eu quero falar com o senhor.” Golberi voltou e Figueiredo disse: “Está aqui a sua carta.” Devolveu a carta para o Golberi.

M.A. - Para todos os efeitos, não leu.

G.R. - Mas ele recebeu a carta. Agora, o Figueiredo não ler uma carta para ele, que ficou com ele esse tempo todo?

G.S. - Nesse ínterim, ele deve ter entrado em contato com o Gentil para apurar as responsabilidades. O que eu entendo é que houve uma espécie de entendimento, “você não fazem mais isso”...

G.R. - Não, meia hora depois do que houve, o Figueiredo já sabia de tudo.

G.S. - Meia hora?

G.R. - Ah, já. Meia hora. Já sabia. Não é possível que não soubesse de uma coisa daquela gravidade. O Figueiredo foi do SNI cinco anos, presidente da República, amigo do ministro, amigo do comandante do I Exército... O Gentil é da turma dele de Escola Militar. O Newton era o chefe da Agência Central. O Pires, ministro do Exército, meia hora depois, se não um pouco mais, ele já sabia de tudo.

G.S. - Me parece que o entendimento seria “não se toca mais nisso e vocês não fazem mais nada”.

G.R. - É. É mais ou menos isso. Porque ali ia puxar muita coisa, não é?

M.A. - Ia ser igual à CPI do PC... [risos]

G.R. - Golberi queria manter o mesmo ritmo da abertura na apuração do episódio do Riocentro, uma investigação correta e eventual punição dos culpados, apuradas as responsabilidades. Figueiredo sabia que este era o caminho adequado, mas não teve capacidade, força, liberdade para assegurar esse rumo, opondo-se à linha dura de Valter Pires, Medeiros, Newton Cruz, e deixando vulnerável todo o sistema, a rede de informações. Creio também que não morriam de amores pelas medidas vislumbradas pela abertura do Golberi na área eleitoral. Os modelos argentino, chileno e uruguaio ainda despertavam muito interesse. Afinal, Figueiredo tinha sido um deles e não se libertaria com facilidade. Agora, o capitão nunca foi ouvido, baseado numa tese de que ninguém é obrigado a depor contra si mesmo. Bom, essa tese leva a conclusão de que o capitão foi culpado, não é? Ele está aí, está vivo, é tenente-coronel, parece.

G.S. - Quem se queimou com essa para a eternidade, também, foi o Job, não é. Botou o nome dele numa coisa que ficou vergonhosa.

G.R. - Agora, tem até um oficial que serviu comigo, chama-se Cinelli. Esse camarada é muitíssimo inteligente. Tem o curso do IME. Fez o curso numa época em que o Lott se saiu com uma besteira daquelas, de que o sujeito só podia ser general tirando o curso no estado-maior. O general técnico que nós chamamos, tem o IME, que corresponde ao estado-maior, para não passar anos e anos numa escola. Então, essa turma do Cinelli tirou o IME e depois tirou o estado-maior. Ultra-inteligente, ultra preparado. Sempre

andou em negócio de informações, e essas operações sempre clandestinas. O Cinelli sabia um bocadinho de coisa. Ele servia na 2ª Seção. Leo Frederico Cinelli.

G.S. - O senhor acha que ele falaria com a gente? Simplesmente para dizer como é que funcionava isso, como é que é possível que isso acontecesse sem que o comandante permitisse?

G.R. - Ah, é possível. É a tal operação ilegal. Quem é que pode dar ordem para fazer uma coisa ilegal. Começa que pode haver uma recusa. Não sou obrigado a cumprir uma ordem ilegal. Uma ordem ilegal não se cumpre. Evidentemente torno-me responsável pela recusa, o não cumprimento.

G.S. - Bom. O senhor sabe que o nosso prêmio dourado é o presidente Geisel. O senhor acha que ele nos dá uma entrevista?

G.R. - Eu disse a ele que vinha aqui. Ele comentou: “Vai mesmo”. Até perguntei se ele conhecia vocês. Vou estar com ele e naturalmente perguntar. No fundo, no fundo, tenho a intuição de que ele gostaria de apresentar sua visão de certos problemas que enfrentou, as circunstâncias, o quadro econômico, a abertura, os problemas do petróleo, e outros. Há, porém, um aspecto de confiabilidade, vejam bem, quanto ao uso futuro...

G.S. - Do uso que se possa fazer?

G.R. - Não é só do uso, é mais da maneira como lhe seja perguntado, da inconveniência de certas perguntas. Ele conversa com muito mais pessoas do que muitos imaginam. Poucos imaginam o número de jornalistas com os quais ele fala depois de adquirir confiança. Jornalistas, cujo ofício é informar, mas que guardam absoluta reserva; nem dizem que estiveram ou falaram alguma vez com ele, nunca o decepcionaram com uma inconfidência. É muito importante a confiança e o respeito à privacidade. Daí penso que os senhores conseguirão...

G.S. - A maneira, talvez, de facilitar isso seria ele nos informar, através do senhor, dos temas sobre os quais ele não quer falar.

G.R. - Talvez fosse melhor, viu, um questionário seu com o tipo de indagação que seria feito. Por exemplo, uma coisa eu acho que não tive capacidade de esclarecer foi o andamento do processo de abertura. O que é que o levou a estabelecer parâmetros, a estabelecer degraus para que o processo fosse deslanchado. O que é que em determinada ocasião, aparentemente, obrigou a uma parada. Quer dizer, esse tipo de pergunta, eu acho...

G.S. - Essa é a orientação principal, essa é exatamente...

G.R. - Não é? Essa aí, não é?

M.A. - A gente sabe que o Mário Henrique Simonsen é muito amigo dele. A gente tem mandado uns recados para o presidente Geisel através dele, mas não temos tido muito sucesso. E a gente sabe também que tem alguns assuntos sobre os quais o presidente não quer falar. Não quer falar sobre a Amazônia, sobre o acordo nuclear, tortura, desaparecidos...

G.R. - Bom, é difícil. Mas talvez queira dar a sua versão... Mas depende muito da maneira da formulação e do espírito da pergunta; obviamente não será uma provocação. Ele sem dúvida não fará juízos pessoais, comparações de governo; não falará sobre assuntos de sua família. Ele sobre isso é muito reservado. Agora, sobre a Amazônia, por quê?

M.A. - Não sei. Isso é o que chegou aos meus ouvidos. Não sei por quê. Pode não ser verdade.

G.R. - Sobre a Amazônia eu até sempre insistia com ele, que ele conhecia o Sul e o Nordeste, mas não conhecia a Amazônia. Aí, antes de ele assumir, nós viajamos, uma viagem grande à Amazônia. Depois, duas ou três vezes ele voltou lá. Levei-o a Marajó... “O senhor só conhece uma estância no Sul, nunca viu uma fazenda de Marajó”. A propósito da ida a Marajó, creio que ficava admirado da minha paixão, meu entusiasmo pela Amazônia. Em setembro de 1974 preparamos a viagem até Souré, cidade da ilha de Marajó onde haveria uma exposição pecuária; e em seguida visitaríamos uma fazenda típica – a Fazenda Tapera – dos Acatuassu. Foi uma operação complicadíssima. Para

levar um presidente é uma complicação danada. O governo dele começou o Tratado da Amazônia. Acabou no governo Figueiredo, mas começou no governo dele e foi uma coisa imaginada pelo Golberi. É um tratado dos países amazônicos. Aquele tratado foi mais ou menos uma resposta a um comentário que os argentinos faziam, a respeito do Brasil e de Itaipu. O argentino alegava sempre que o Brasil, como dominava as cabeceiras do rio da bacia do Prata, impunha condições, ou tomava determinada posição, muitas vezes em detrimento dos países tributários da bacia. Então, o Tratado da Amazônia mostra justamente o contrário. Quer dizer, o Brasil, no caso, tributário das nascentes dos rios fora do território nacional, oferecendo cooperação à Colômbia, ao Peru, Venezuela, por aí afora. Eu não vejo por que... O acordo nuclear, eu não sei agora em que pé está. Agora querem de novo retomar Angra II. Sobre o acordo nuclear ele talvez não queira falar, porque pode aparecer alguma referência, que ele sempre se cuidou, acerca da escolha de Angra I, da escolha da Westinghouse em pleno governo Médici, quando a Westinghouse já tinha problemas nos Estados Unidos e tal. Bom, tortura, prisão, torturado... Área militar, talvez... Ele gostaria mais de ficar na parte política e econômica. Isso aí é o que ele gosta mesmo. Parte política, econômica, relações internacionais. Eu me lembro uma vez, no enterro do Golberi, eu fui com ele a Brasília, e o Sarney mandou o general Ivan recebê-lo no aeroporto, e depois o presidente foi lá para a minha casa. Eu morava lá em Brasília. Convidaram o presidente para almoçar no palácio, e me convidaram também. Então nós fomos lá. Estava o Sarney, eu e o Ivan. E o Sarney estava muito entusiasmado com uma visita que ele havia feito à Argentina. Eles tinham mostrado lá aquela usina nuclear deles e tal, e ele estava muito entusiasmado com esse problema que é o Mercosul, o Cone Sul. E o presidente Geisel, em certa ocasião disse: “Olha aqui, isso é muito importante, mas os interesses do Brasil estão nos Estados Unidos, Canadá, Europa e Japão. Esses é que vão resolver o problema brasileiro. América do Sul nós vamos, mais dia menos dia, carregar nas costas. O problema brasileiro é Canadá, Estados Unidos, Europa e Japão. Esses é que vão resolver o nosso problema”. Poucos dias depois saiu um artigo, não sei de quem foi, podia ter sido até do Marcílio, com um esquemazinho com essas coisas. Alguém que não tinha contato com ele. A parte econômica o presidente gosta muito, sabe tudo. Sabe tudo o que aconteceu, acompanha. A parte política e a parte das relações internacionais também. Visitou vários países. Não aproveitei nem isso ... [risos] Estava em Campinas. Fui com ele à Alemanha. Mas eu falarei novamente com ele sobre a conversa com os senhores, insistirei. Acho realmente muito importante.

M.A. - O senhor faz essa gentileza. O senhor mencionou que a entrevista do general Dilermando a revista *Veja* ou *Isto É* não lhe teria agradado muito. Por quê?

G.R. - Não! A mim não teria agradado porque ele era comandante do II Exército. Ele fala nesses episódios do...

G.S. - Do Herzog e do Fiel?

G.R. - Bom. Ele não era o comandante nessa ocasião. Do Herzog, então, foi anterior a ele. Do Fiel, foi logo em cima. O Ednardo saiu por isso. Primeiro, ele se exclui de qualquer vínculo com isso, quando não é verdade. O general comandante delega funções ao encarregado do inquérito. O inquérito está sob a responsabilidade dele. Ele disse ali como se não fosse com ele. Ora, as repercussões haviam sido gravíssimas! Os encarregados dos IPMs estavam lá, e depois ele esteve no Tribunal durante quase cinco anos, e esses problemas voltaram ao STM mais de uma vez para reabertura dos inquéritos, tudo isso. E na entrevista há uma pergunta assim: “O senhor acha que os inquéritos podiam ter sido forjados?” Ele disse: “Ah, no tempo da ditadura tudo podia acontecer”. Ele não podia ter dito uma coisa dessas. Não podia. Era ditadura... Ele achava, está bom. Mas ele serviu, não pediu as contas e não foi embora. Segundo, quando ele era ministro do Tribunal, esses inquéritos voltaram lá e, que eu saiba, ele não se bateu para que fossem reabertos. O que a gente sabe foi que o Herzog acabou ganhando e a viúva recebe. Pago por quem?

M.A. - Pelo contribuinte.

G.R. - Pelo contribuinte. Porque aí é que eu acho: houve esse erro, tem que apurar quem foi o responsável. Aquelas colocações eu não gostei não.

G.S. - Ele basicamente criticou o governo ao qual serviu?

G.R. - Não é só criticar. Coisas graves de que ele participou. E se coloca numa posição de lavar as mãos. Não é assim. Inclusive, além de ter sido comandante do II Exército,

depois ele foi ministro do Tribunal. E ele se coloca como se não tivesse nada com aquilo.

G.S. - É. Ele diz mais ou menos que o que aconteceu antes não interessava. E aí fechou.

G.R. - É. O que não é verdade. Ninguém pode assumir um comando, numa situação de crise, e dizer que não tem nada a ver com o que ficou para trás, que não tem nada com isso. Não! A coisa estava em suspenso. Tinha sido grave. Foi um traumatismo muito grande. Ele até troca o nome do coronel que foi encarregado. Era o Alexander o nome do coronel que fez aquele segundo inquérito, o do operário Fiel.

G.S. - General, eu queria lhe pedir um pequeno favor: nós queremos também falar com o Reinaldo de Almeida. Mas mais importante que tudo é o presidente Geisel...

G.R. - O Reinaldo, eu vou fazer o seguinte. Eu vou falar com o presidente, tenho mais contato com ele, falo sempre com ele, e vou, inclusive, dizer que sugeri ouvir o Reinaldo. Depois falo com o Reinaldo e digo que foi uma sugestão minha.

G.S. - O Reinaldo esteve no Supremo Tribunal Militar, esteve aqui no comando do I Exército. Seria uma pessoa muito importante.

G.R. - Olha, o Reinaldo era do EMFA quando houve o problema de São Domingos. Conhece muito bem. Todo o problema de São Domingos, no tempo do Castelo. Agora, se perguntar ao Reinaldo sobre o “Grupo dos Onze”, ele não vai falar nada. Não sabe nada [risos]. Se perguntar sobre as pessoas, aí ele vai dizer. O Reinaldo sempre foi muito ligado ao general Cordeiro, e depois de aposentado foi trabalhar com ele no Grupo João Santos¹³.

G.S. - Tem alguém que o senhor pudesse recomendar que, por exemplo, possa dizer como é que funcionava naquela época o CIE, o SNI, toda a parte do que eles chamavam de comunidade de segurança?

¹³ De acordo com o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, o general Reinaldo foi trabalhar no Grupo João Santos em 1983. Cordeiro de Farias morreu, no escritório do Grupo João Santos, no dia 17 de fevereiro de 1981.

G.R. - Bom, o Hélió Mendes eu já falei, não é? O Hélió servia no SNI. Foi assistente do Golberi. É natural que eles tenham uma certa reserva. Falar no nome de um companheiro que trabalhou com eles sempre dá um certo escrúpulo. Eu quero deixar bem claro aqui que esses nomes todos que mencionei, essas pessoas e os fatos, constam de dezenas de livros escritos sobre aquela época. E cada qual deve assumir a responsabilidade pelos seus atos.

G.S. - General, nós não estamos interessados, realmente, nas pessoas. Nós estamos interessados nos mecanismos. Então, eu queria lhe pedir um favor nesse sentido, que é o seguinte: na medida em que eu for escrevendo, e isso vai demorar um pouco, vou trazer para o senhor, para que o senhor diga: “Eu acho que isso aqui corresponde, etc.”

G.R. - Ah, isso eu gostaria...

G.S. - Agora, a razão pela qual nós gostaríamos de entrevistar uma pessoa que esteve por dentro do CIE, por dentro do SNI etc, é que isso é para gente uma caixa preta. Eu não sei como é que funcionava aquilo lá dentro, eu estou do lado de fora, não é?

G.R. - Evidente. O melhor seria o general Medeiros, que mora em Brasília.

G.S. - Então, eu vou tentar falar com o Hélió Mendes, que esteve lá com o Golberi, no SNI. Mas, por exemplo, o SNI, que era uma instituição importante, eu não conheço ninguém, não tenho acesso a nenhuma pessoa que tenha tido uma posição importante, que possa me dizer se era uma coisa de duzentas pessoas, como eram divididas as seções... Estamos falando do passado, não é, não há segredo de Estado...

G.R. - Realmente é o Medeiros o mais credenciado. Foi ministro-chefe do SNI, diretor da Escola Nacional de Informações. Em quase dez anos, sem interrupção, exerceu direção nos órgãos superiores do Sistema Nacional de Informações.

G.S. - Quero repetir que o senhor conhecerá todo esse seu depoimento e fará as correções que julgar convenientes. Impropriedades, eliminações...

G.R. - É, isso eu gostaria. Porque eu falei à vontade, não é? Eu falei porque eu tenho a consciência tranquila. Segundo, eu não pretendi atingir ninguém. São fatos, observações pessoais, evidentemente discutíveis, dependendo do ângulo, do ponto de vista. Eram situações. Nós vivemos situações. Nós vivemos situações, vivemos problemas, circunstâncias. Não houve acusação de demérito nenhum, e até... Uma coisa que eu contei, para mostrar o estado de espírito, uma coisa muito pessoal, como aquela da minha promoção, com o ministro Frota, aquilo foi só para mostrar o quadro que a gente atravessava, a situação em que a gente vivia. Quando eu fui trabalhar numa empresa privada, depois que me reformei, insisti logo em duas coisas: não usem meu nome sem eu saber, sem meu conhecimento, nem me peçam para fazer alguma coisa sem que eu diga que posso fazer. Sobre a questão do nome, eu explicava: vocês podem falar com uma pessoa, mas não pensem que quem foi governo é querido por todos. Muito ao contrário [risos]. Eu tenho muito mais desafetos que me atribuem coisas que eu nem fiz. Companheiros que não foram promovidos acham que foi minha culpa, acham que fui eu que prejudiquei, ou por omissão, ou por isso ou por aquilo, ou que discriminei ou o que fosse. Enfim, eu devo ter, sem propósito, talvez prejudicado, ou talvez me atribuam prejuízos muito maiores do que algum favor. Favor a gente esquece logo. O prejuízo a gente não esquece. Então, eu dizia: “Vocês podem falar com a pessoa errada”. Sujeito que não gosta de mim, vocês não sabem, não falem meu nome. Depois, não usem o meu nome em coisas que eu não saiba o que são, porque eu me reservo o direito. Eu estou aqui pretendendo ajudar a empresa. Mas se vocês quiserem fazer uma coisa que eu entenda errada, vocês são empresários, podem fazer, eu não posso, eu vou-me embora. Então vocês têm que me avisar: “Olha, nós vamos fazer isso”. Eu digo, então: “Eu não fico mais aqui, eu vou-me embora”. E nos demos bem, é sempre assim. Muitas vezes as pessoas podem não gostar de mim por isso ou por aquilo. Isso foi um tributo muito grande. Isso eu gostaria que ficasse bem, bem claro. As forças armadas pagaram um enorme tributo de vivência interna, de relações pessoais, de amizades comprometidas, de lealdade. Nós pagamos um enorme tributo...

M.A. - Esse, talvez, foi o depoimento mais impressionante que já escutei a esse respeito.

G.R. - Podem pensar que nós lucramos com a revolução. Não lucramos. Nós perdemos. Como instituição e como característica fundamental da nossa instituição, que é a camaradagem, a lealdade. Camarada: não é a toa que o comunista foi buscar essa

palavra. Camarada é mais que amigo. Camarada é uma coisa formidável. No Exército, o tabu com o comunismo foi tão grande, que não se usava mais camarada. É companheiros, é não sei o quê, mas ninguém mais usava camarada, tal força tem essa palavra. Tem uma força formidável. Não foi à toa que o comunismo foi buscar essa palavra.

M.A. - O senhor acha que ficou uma memória institucional dessa experiência? Desse intenso processo de dilaceramento interno, de conflito interno?

G.S. - Ou a próxima geração já não sabe mais nada disso? Ou seja, a história não se aprende, ela se perde?

G.R. - Ah, isso é verdade. Mas aí entra um aspecto que é importante. A experiência... A gente tem que viver a experiência, não transmitir. Aliás, seria uma coisa horrorosa, se a gente pudesse transmitir a experiência. A vida seria a coisa mais sem graça do mundo. O menino chegava aqui, sentava, o pai transmitia toda a experiência, o avô transmitia, e ele saía certinho, não acontecia nada com ele. A experiência é intransferível. Eu acho que é intransferível. Pode haver uma expectativa de opção, então... Bom, eu tenho essa experiência, mas não é um fato, não é um caso fechado. Aquilo é simplesmente uma expectativa, um caminho entre outros para que a pessoa vá buscar através da sua própria experiência. Isso eu acho uma coisa maravilhosa dessa vida. Essa expectativa da gente não conhecer. Não conhecer as coisas. Tem que fazer, tem que experimentar. Então, a gerações novas, elas vão ter que experimentar. Essa geração é do computador, do *video game*. Não há mais dúvidas, reflexão. A dúvida, a experiência, a vivência, uma coisa maravilhosa... Havia um dito na nossa velha cavalaria: “Depressa, porém malfeito”; e a recomendação era com o porém, não podia faltar...[risos]. As novas gerações levam o conteúdo que todos nós trazemos, mas há outras complexidades. Eu não sei se conhece um livro *Como são tomadas as decisões na Casa Branca*. Conhece esse livro? Esse livro é escrito por um assessor do Kennedy. Meu irmão foi quem traduziu esse livro há bastante tempo. Então, tem uma coisa fascinante. Qual foi o fato que influenciou na decisão do presidente nessa situação aqui? O livro reconstitui por que é que o presidente chegou àquela decisão. Quer dizer, o complexo de informações, o complexo de sugestões, o complexo de posições que chega ao presidente a respeito de um determinado fato, uma determinada circunstância, é que cria aquele amálgama. Às vezes, uma posição é

contraditória porque a decisão que foi tomada, afinal, é a que teve mais influência que todas as idéias e opiniões. Quer dizer, no fim, o próprio presidente não é capaz de dizer o que é que influenciou nele para tomar tal decisão. Porque cada qual traz a sua experiência, não é? E o presidente vai formular uma experiência através de informações. E toma uma decisão. Isso é...

G.S. - O meu receio é que os capitães e majores de hoje, digamos jovens aí na faixa de 30 anos de idade, não tenham essa informação. Que daqui a dez, 15 anos, se repita tudo outra vez.

G.R. - Bom, os padrões de disciplina mudaram muito, não é? Hoje são muito mais frouxos. Eu vejo uma colocação que não me agrada. Se de um lado os padrões normais da disciplina institucional são mais abertos, menos exigentes, de outro lado, querem uma disciplina operacional, de combate anti-guerrilha e de operações especiais, e de pára-quedistas, situações de grande exigência física e resistência moral, próximas ao combate na guerra moderna. Mas vão além disso. Chegam aos limites da “guerra suja”, da tortura psicológica e física muito acima dos limites toleráveis, pelo menos em tempo de paz, circunstâncias em que não há o “inimigo” real para absorver a descarga do potencial de agressividade. Não sei hoje, mas foram inúmeros e freqüentes os conflitos familiares violentos, particularmente entre a tropa pára-quedista.

M.A. - Teve até um suicídio de um soldado anteontem, não é?

G.R. - É. Porque a instrução moderna, então, acha que o sujeito tem que aceitar toda ação de sacrifício, e tem que se submeter a toda sorte de coisas. Isso é na academia, é em qualquer lugar. Nos fuzileiros navais, parece que foi um soldado que morreu. Então, essas barbaridades, a título de instrução se exige uma disciplina férrea, não é? Obedecer, se sacrificar, fazer um exercício traumático ou o que seja. Mas de outro lado, a disciplina institucional, quando vai para o alojamento, quando vai entrar em forma, quando vai andar fardado, uniforme, cortar o cabelo, já é muito mais relaxada. Quer dizer, há uma contradição muito grande. Esse é o exagero. Todos nós temos uma carga de agressividade, não é? O papel do esporte é justamente essa descarga da agressividade, que é natural do homem. Agora, esse tipo de instrução, esse tipo de treinamento, exaltando, exacerbando o caráter e o instinto da agressividade do homem,

pegar um soldado, fazer isso, fazer aquilo... Eu vi um livro que é um absurdo. Aliás, o sujeito não tem preparo para escrever isso. Ele diz que é filho de militar. É um negócio passado na academia.

M.A. - Ah, o *Espírito militar*¹⁴, do Celso Castro.

G.R. - Sabe o que é espírito militar? Bom, ele ali, numa certa passagem, diz que o cadete é treinado para ter ódio do instrutor. Ódio do instrutor! Porque o instrutor maltrata tanto o sujeito que acha que o sujeito tem que ver no instrutor a pessoa de um inimigo. Quer dizer, é uma deformação completa. Os meus instrutores, eu ia atrás deles para atirar pedra na igreja, se ele quisesse. Um instrutor tem que ser um líder, não posso ter ódio de um instrutor. Eu chamo de senhor até hoje. Fui coronel junto com ele, chamava de senhor. Quer dizer, acho uma deformação. Agora, de outro lado, a disciplina, a disciplina institucional, corrente, ela não exige. O soldado anda sem boné na rua, de manguinha, não tem mais orgulho de sua farda, de sua condição, como antigamente... Também nosso desgaste foi enorme. Houve uma súbita proletarização acompanhada de pauperização de nossos quadros, seja pelo aviltamento dos vencimentos, seja, principalmente, pela obsolescência dos meios materiais – armamento, punição, combustível – e até carência de recursos financeiros para aquisição de gêneros – comida para o soldado. A mim me parece que o episódio que marcou a reversão da expectativa no mundo, a respeito das forças armadas, foi a impopularidade do conflito do Vietnã e a tragédia militar americana. A corrupção na guerra!

M.A. - General, nós gostaríamos de conversar com outros colegas seus e precisamos da sua ajuda.

G.R. - Então vamos fazer o seguinte. O Castelo dava muita importância – hoje nem o pessoal da ativa tem mais importância, quanto mais da reserva. Mas o Castelo, depois que tomava qualquer providência, queria sentir as reações, e então ele me dizia: “Vai saber o que pensa o V Exército”. Eram quatro exércitos, não é, mas naquele tempo havia um estacionamento na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, era um pessoal

¹⁴ CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar de Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.

reformado que ficava encostado nos automóveis ali na calçada, em frente aos cinemas, batendo papo [risos]. Era o V Exército. Então, à tarde, era aquela “malhação”, críticas, ouviam, falavam ali, conversavam. O Castelo queria saber o que é que pensava o V Exército. Era o pessoal da reserva. Aquilo hoje é a praia. Eu caminho na praia todo dia, é aquela quantidade... Eu não paro, senão não vou caminhar, senão não ando, mas tem um bocado de gente aí com quem eu me dou. Eu vou conversando com eles, para saber quem é que podia fazer isso.

G.S. - E entre os civis, o senhor mencionou Nei Braga. Teria algum outro civil que o senhor acha que é estratégico para a gente, no governo Geisel?

G.R. - Tem o Mário Henrique Simonsen, o Nei Braga e o Reis Veloso. O Nascimento Silva, um sujeito inteligente, conhecendo os dois, Castelo e Geisel, muito bem. E até Figueiredo também, seu amigo. O Nascimento Silva. Um sujeito formidável.

M.A. - E o Falcão? Ele gosta de falar, não é?

G.R. - É. O Falcão gostaria. Ele escreveu *Tudo a declarar*¹⁵. Tem também o Veloso. Agora, da área mais psico-social, há pessoas que exerceram funções e cargos muito interessantes como o professor Arlindo Correia, a professora Lilian Barreto no MOBREAL e o coronel Pasquali no Projeto RONDON. São importantes para conhecer as relações dessas atividades sensíveis e de caráter nacional com as organizações militares dispersas em nosso território e em contato com a população e com os governos municipais.

M.A. - Eu vi na revista *Veja* que o presidente Figueiredo está gravando as memórias dele, mesmo sozinho. O senhor leu isso?

G.R. - É. Eu vi que ele vai fazer isso. Hoje no jornal tem uma notícia a respeito dele, que ele vai fazer isso.

¹⁵ FALCÃO, Armando. *Tudo a declarar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

G.S. - General, a propósito do Figueiredo, nós estamos fazendo uma pequena pesquisa sobre a agenda do Figueiredo durante a presidência. E, ainda sem ter os dados concretos, uma coisa que parece muito clara é que depois das operações, o Figueiredo se desinteressou de governar.

G.R. - Isso é verdade. Aliás, esse pessoal cardiologista diz que acontece isso, não é? Que há casos de uma mudança de personalidade, dizem esses cardiologistas. O Figueiredo já não tinha muito apetite. Não tinha. O Figueiredo chegou ali, onde ele queria, fez a pista sem falta, como a gente dizia, fez a pista toda de obstáculos sem falta, pronto. Acho que não via a presidência como um começo e sim como o fim, o coroamento de uma carreira militar de sucessos.

G.S. - Para ele bastava.

G.R. - Ele estava satisfeito com a conquista. Não tinha grande ambição em fazer um grande governo. Isso não tinha. Agora, o que eu acho que comprometeu a imagem do Figueiredo, no princípio, foi aquele problema do Said Farah. O Figueiredo se deixou levar... Há o ônus do cargo, a postura pessoal. O sujeito é 40 anos de um jeito, de repente vai querer ser diferente para conquistar a mídia – não! Aquilo ali deu um prejuízo tremendo ao Figueiredo. O Figueiredo, que já não se segurava muito, ali piorou demais. Uma vez, há pouco tempo, eu fui a Belo Horizonte, jantamos lá, eu, a minha mulher e duas senhoras, uma senhora muito rica, e a mãe da outra tem uma fundação, hospital de crianças, e ela, lá pelas tantas, não sei como é que a conversa veio, perguntou alguma coisa sobre o poder. Gosto do poder ou coisa assim. Eu disse: “O verdadeiro gosto do poder é a sua carga, a responsabilidade que lhe é inerente. Quem não gosta disso, quem não tem esse senso que reveste o poder de autoridade, gosta de usar o poder, mas não sabe o que é poder”. O falecido Ulisses Guimarães de certa feita declarou que o poder era para ele como o orgasmo. Com o devido respeito pelos mortos, mostra bem a deformação do político ambicioso. Muito triste... Erros, acertos, dúvidas, esperanças, lutas, tudo isso sob constante amor à responsabilidade. O que a gente tem amor é pela responsabilidade. E isso é o que a gente não perde. Não é o poder. O poder está implícito numa situação de responsabilidade. Mas o que a gente ama, o que a gente gosta mesmo é da responsabilidade. E quando a gente não gosta, acaba. O Figueiredo não gostava da responsabilidade. Não gostava. Também não tinha lá essas coisas do

poder, mas não gostava da responsabilidade. O presidente Geisel, o Castelo, tinham amor à responsabilidade. E isso é uma característica nossa. É lógico que o civil tem, a gente encontra sempre o sujeito que não ganha muito, o sujeito que exerce cargos penosos, difíceis. Mas por que ele fica lá, por que é que não larga aquilo? Porque ele tem amor à responsabilidade. E essa tal senhora comentou: “De fato é isso. Eu não preciso trabalhar, eu tenho dinheiro, estou bem na vida e tal. Mas por que é que eu fico lá, me chateando, naquele hospital, e ouvindo coisas. Às vezes não posso fazer isso, não posso fazer aquilo, fico agoniada...” “É porque a senhora tem amor à responsabilidade. Não precisa ninguém mandar. É que a senhora tem amor à responsabilidade”. Talvez faltasse ao Figueiredo.... Agora, uma coisa que amarga muito a pessoa responsável é ela sentir as limitações do poder. E só o responsável é que sente as limitações do poder. Quer dizer, um presidente saber que numa favela miserável tem gente morrendo, o camarada sem remédio, tem hospital falindo, e ele saber que não tem meios, não tem poder de resolver. Reclamam dele, falam dele, ele sabe que a reclamação é procedente, mas ele não tem meios para fazer.

G.S. - E o senhor viu o Geisel sofrer...

G.R. - Muita gente. Ele e o Castelo. Muito. E leva à exasperação, viu, porque não têm meios. Sabe que a reclamação é procedente, sabe que é uma coisa horrível, e a gente não poder atender.

M.A. - Mas essas informações chegavam todas ao presidente Geisel? Disseram que houve uma época em que andaram censurando a sinopse que ia para o Geisel.

G.R. - Convém não esquecer que os presidentes não nasceram presidentes. Foram durante anos e anos pessoas comuns – mesmo militares e principalmente políticos – dispondo do acesso normal dos meios de comunicação e conhecendo a tônica dos noticiários e da crítica. Portanto, os presidentes só não sabem quando não querem conhecer. Ou quando, conhecendo os fatos, falta-lhes meios ou vontade para corrigi-los ou modificar a situação. Não há censura quando há interesse em conhecer e, principalmente, autoridade e vontade. O Castelo lia jornal. Nesse tempo o SNI ainda não estava nem desenvolvido. O Castelo lia jornal e marcava: “Responderei no próximo discurso”. Com o SNI, era xerox de jornal. Mas de tudo. Não tinha censura não. Porque

o presidente tem que saber tudo. Ele faz qualquer coisa ou não faz. Essa coisa ia para ele, para o chefe do Gabinete Civil e para o chefe de Gabinete Militar. Nos Estados Unidos é um livro impresso todo dia. Um livro.

M.A. - Nossa Senhora!

G.R. - Tem um sujeito que tem que ler o livro para fazer um resumo para o presidente. Quer dizer, é um livro. Aqui também devem ter, porque é rádio, televisão e jornal de todas as capitais, ainda tem jornal do exterior. É um livro.

G.S. - General, eu queria lhe agradecer porque nessas horas que a gente conversou aprendemos muito.

[FINAL DO DEPOIMENTO]